

# Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO

Sim ao  
desarmamento!



## A LUTA PELO PODER

A ofensiva da direita para retornar em 2006  
e a resistência da esquerda e do governo Lula  
para dar continuidade à luta pelas mudanças

Mino Carta  
Renato Rabelo  
Mauro Santayana  
Aldo Rebelo

Luiz Gonzaga Belluzzo  
Augusto Buonicore  
Max Altman  
Altamiro Borges



# Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre



**ACRE**  
governo da floresta

**Investimentos Potenciais  
Acre e Região**

[www.ac.gov.br](http://www.ac.gov.br)

# Democracia mutilada: a bandeira da oposição e da mídia

**E**sta edição de *Princípios* procura dissecar um tema que de tempos em tempos irrompe-se no Brasil: as crises políticas – que não são senão a luta pelo poder.

Toda vez que um governo e um bloco de forças políticas e sociais unem-se em torno de um projeto de construção de um país soberano, democrático, desenvolvido, as forças conservadoras entram em ação com todo o seu poder de fogo para, primeiro, cooptarem-no, e, não sendo possível, passam a impedir o governo de governar ou pô-lo abaixo através de mecanismos golpistas de feição variada.

De onde vem tanta força? Nos dias de hoje, a oposição se constitui num sistema que abarca desde os amplos setores do poder econômico, financeiro, até o complexo de empresas de comunicação. Este sistema põe em ação todo o seu poderio visando levar à falência o governo das forças progressistas e, dessa maneira, criar condições para reconquistar o governo da República.

Aliás, o engajamento, quase que total, dos veículos de comunicação na ofensiva da direita contra o governo Lula e a esquerda brasileira eleva a importância do tema mídia & poder. Nos últimos meses, a mídia tem sido uma espécie de garganta eletrônica do PSDB e do PFL. Descaradamente, ela manipula e despreza fatos, adultera a verdade e promove linchamentos da reputação de partidos e personalidades. Não publica análises, proclama veredictos. Julga-se um poder supremo. Ai de quem criticá-la!

Esta luta acirrada pelo poder trouxe à tona outro fato tão recorrente quanto as investidas da direita: o esquerdismo atuando como linha auxiliar da reação nas ofensivas que aquela empreende contra as forças avançadas.

No longo histórico desse confronto, a eleição do deputado federal do PCdoB Aldo Rebelo à presidência da Câmara teve repercussões de potencialidades múltiplas: coesionou, novamente, PT, PCdoB e PSB e iniciou a re-aglutinação dos demais partidos e segmentos políticos da base aliada. E isso tudo somado resulta numa determinada contenção à agressiva investida da direita contra o governo. A crise, obviamente, está longe de se findar, mas daqui por diante ela passa por uma inflexão que favorece ao governo.

Mas, logo após a posse de Aldo – numa espécie de revide –, a oposição conservadora desencadeou, no bojo do debate sobre a reforma política, uma campanha contra a pluralidade partidária. Ao agir desse modo, a hipocrisia da mídia e da oposição se desnuda: ao se voltarem contra a reforma política demonstram que no fundo o que mais desejam é a continuidade do atual sistema partidário e eleitoral cívico de mazelas e falhas – que mais incentiva do que coíbe a corrupção. A todo custo querem perpetuar o sistema de campanhas eleitorais financiadas e cevadas pelo poder econômico e financeiro. Modelo forjado pelas classes dominantes, pelas elites conservadoras, para terem o controle quase absoluto dos processos eleitorais.

Ao mesmo tempo, PSDB e PFL e a mídia assumiram a postura de restringir a democracia, de golpear as conquistas democráticas da Constituição de 1988 que assegurou a livre organização partidária. O fim da ditadura militar e a conquista da liberdade, como decorrentes da luta de uma ampla frente democrática, fizeram prevalecer logo após a redemocratização, em 1985, a concepção de que a nascente democracia brasileira iria se consolidar com base na pluralidade partidária e no fortalecimento dos partidos.

O PSDB e o PFL estão à frente de uma campanha virulenta contra os pequenos e médios partidos. Aferram-se à defesa da cláusula de barreira de 5%, que é excludente e exagerada. Visam barrar a liberdade de escolha do eleitor. É um artifício importado de outras realidades para mutilar um cenário partidário ainda em formação.

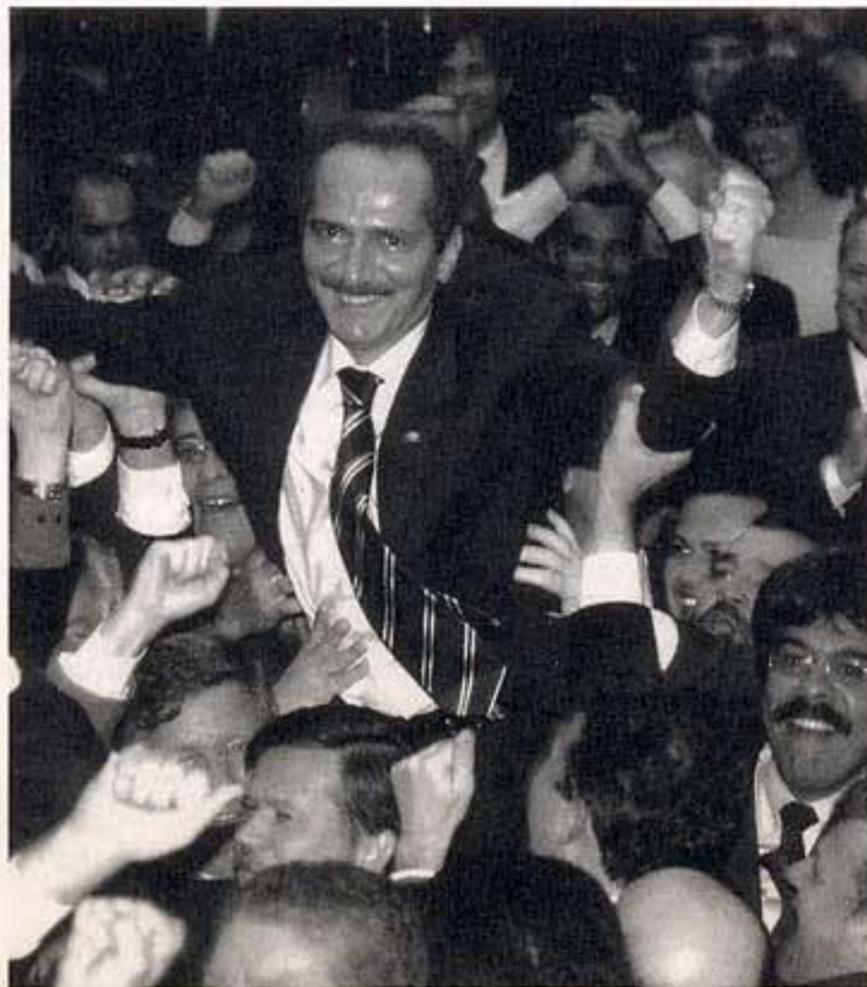
A oposição demonstra, desde agora, o que pretende fazer caso retorne ao governo da República. Quer um Brasil de liberdade restrita, regido por uma democracia mutilada. Quer governar sem os pequenos e médios partidos, sobretudo, sem os partidos históricos da esquerda brasileira, porque isso lhe facilitaria concretizar os planos de dar seguimento, por exemplo, à venda do que resta do patrimônio brasileiro.

Cabe às forças avançadas darem continuidade à resistência, recuperarem a iniciativa para que a esquerda, o governo Lula e seus aliados do campo democrático possam dar continuidade à luta pelas mudanças e impeçam o retorno da direita em 2006.

Os Editores

# Índice

CAPA



**A crise e as perspectivas**  
Renato Rabelo..... **6**

**“Recuperar a credibilidade da  
Câmara”**  
Entrevista com Aldo Rebelo..... **12**

**“A crise de hoje nasce de  
raízes antigas”**  
Entrevista com Mauro Santayana... **17**

**Mídia e democracia**  
Luiz Gonzaga Belluzzo..... **20**

**“O Brasil precisa de um partido  
de esquerda forte”**  
Entrevista com Mino Carta..... **22**

**Intrigas e golpes das elites  
no Brasil – os casos Vargas  
e Jango**  
Augusto Cesar Buonicore..... **27**

**Os intelectuais também têm  
lado**  
Max Altman..... **35**

**Esquerdismo, doença senil  
dos sectários**  
Altamiro Borges..... **38**



BRASIL

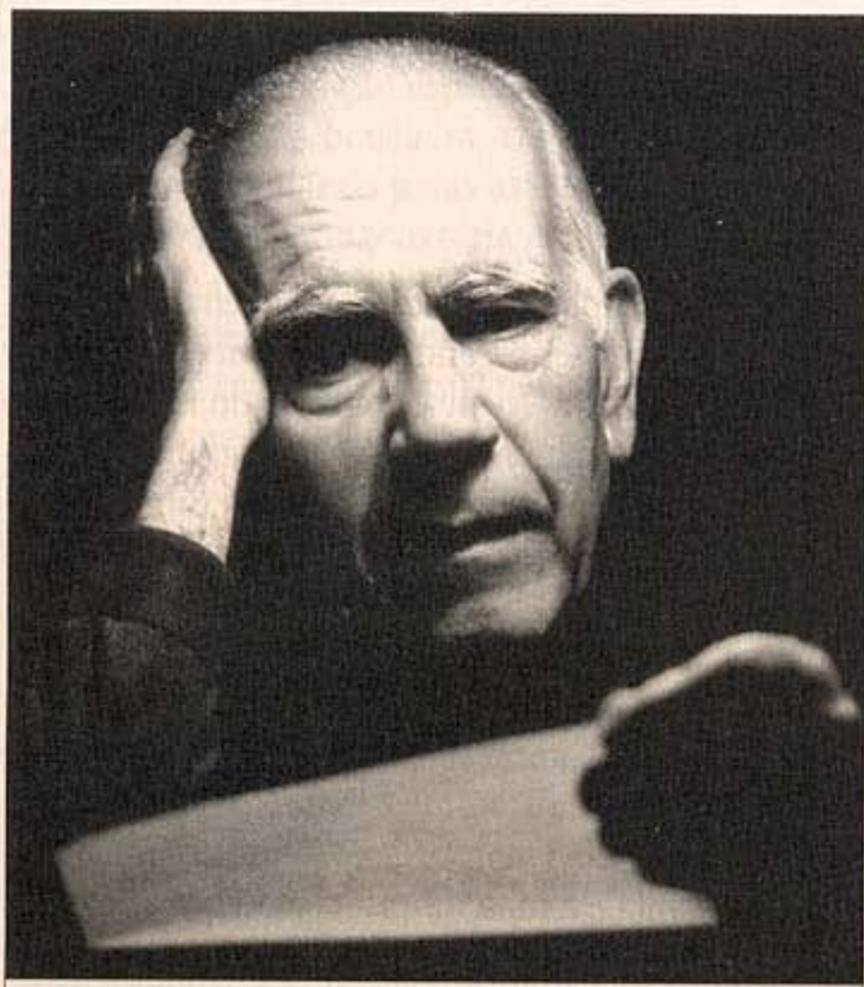
**Sim ao Desarmamento – apenas o início da caminhada**  
Renildo Calheiros..... **46**

INTERNACIONAL

**“Ascensão pacífica” da China como grande potência**  
Zheng Bijian..... **50**

**Vergonha: racismo no coração do Katrina**  
Joel Wendland..... **55**

**Eleições na Alemanha**  
Ana Saggiore Garcia..... **60**



CULTURA

**100 anos de Érico Veríssimo – Criação literária e intervenção social**  
Maria da Glória Bordini..... **65**

HISTÓRIA

**Miguel Arraes: duas mãos e o sentimento do mundo**  
Luciano Siqueira..... **70**

**Nos 70 anos das insurreições de novembro de 1935**  
Marly Vianna..... **74**

**Astrojildo Pereira (1890-1965)**  
Marcos Del Roio..... **80**

Capa: Flávio Nigro

# A crise e as perspectivas



Renato Rabelo.

**O projeto em defesa do Brasil, a candidatura para 2006 e as alianças de amplos setores formam a base para uma saída progressista na atual crise**

Renato Rabelo

**O** debate acerca da atual crise política por que passa o país tem grande importância porque o desfecho dessa longa contenda terá grande repercussão sobre o esforço realizado pelo povo e as forças avançadas pela busca de um novo caminho para o Brasil.

Antes de analisar esse confronto político, destacaremos algumas reflexões políticas que estão sendo discutidas no 11º Congresso do PCdoB que se conclui em outubro – análises que ajudarão a compreender melhor essa luta pelo poder ora travada em nosso país.

Na realidade do mundo atual, procuramos definir algumas de suas tendências e analisar a estrutu-

ra do sistema capitalista contemporâneo e suas perspectivas. Esforço empreendido também em relação à realidade brasileira. Neste Congresso do Partido, não nos prendemos somente ao aspecto conjuntural. Fazemos, ainda, um esforço para termos um conhecimento mais profundo e estrutural do país, seus grandes impasses e para onde caminha.

Mas não poderíamos deixar de abordar a realidade atual, porque nosso objeto de enfoque está em função também da compreensão do curso político. Todo debate que travamos no 11º congresso está situado e não foge à realidade em curso. Pelo contrário, a realidade concreta é a matéria-prima para que possamos sistematizar nossas posições, compreendê-las melhor e até ver qual alternativa pode ser construída.

## Um mundo unipolar e sob um ciclo conservador

Nosso país não é uma ilha. Ao contrário, ele está inserido numa realidade mundial, cujas características são, resumidamente, o desequilíbrio e as assimetrias. E isso provoca instabilidades e crises que nos afetam.

É um mundo de característica unipolar, com uma única superpotência no centro – os Estados Unidos – e caracterizado por uma ofensiva imperialista. Tal superpotência baseia seu poderio em grande parte no poder bélico e seu expansionismo é baseado no unilateralismo – passando por cima de organizações mundiais multilaterais de segurança coletiva, como a ONU.

Do ponto de vista estrutural, é o mundo capitalista da financeirização liberal, centrado em Nova Iorque e Washington, caracterizado pela hipertrofia da globalização financeira e pela desvalorização do trabalho. Nele, a taxa de crescimento da esfera financeira é muito mais elevada que a da esfera da produção e até mesmo a do comércio. A lógica financeira comanda – o “capital portador de juros” está no centro das relações econômicas e sociais impondo seu regime ao mundo real da produção e do trabalho. O que se convencionou denominar de neoliberalismo é exatamente esse *status* de reprodução do capitalismo atual.

Estamos inseridos neste sistema, e isso também nos afeta.

Esse sistema permeia o mundo atual, no qual prevalece um ciclo conservador, contra-revolucionário, de longa duração, cujo apogeu se deu no período marcado pelo emblema da chamada “queda do muro”, mas que ainda prossegue. Contudo, em face dessa investida imperialista e contra-revolucionária, há um aumento crescente da vontade e da luta de resistência dos povos. Essa sinalização de resistência é também um embrião de um processo transformador, revolucionário, que se eleva e se expande.

Não temos ilusões de que neste período histórico

*As forças conservadoras pretendiam desde sua derrota em 2002, e pretendem agora a todo custo, voltar à cena do centro do poder político.*

que ora atravessamos estejamos diante das rupturas radicais, das profundas transformações, ou de uma situação pré-revolucionária. Por isso mesmo, a orientação geral, do ponto de vista dos comunistas, deve levar em conta uma questão fundamental: a

acumulação de forças transformadoras, revolucionárias, e o avanço da sua unidade estratégica e tática.

Acreditamos que as lutas e ações por nós empreendidas no presente têm esse papel e nos orientamos no sentido da acumulação estratégica. As condições objetivas amadurecem e ao mesmo tempo vamos reunindo condições subjetivas para as grandes viragens. E, no nosso entender, esse período de acumulação pode durar ainda certo tempo. Ou, como assinala Marx, as viragens, as rupturas mais

profundas têm um rastro marcado em longo período de acumulação.

## O Brasil atual

O Brasil tem as suas peculiaridades. Dentro delas, podemos dizer que a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República significa muito das características próprias de nosso país.

Lula é uma expressão das forças populares e operárias, que são produtos do crescimento do capitalismo e da classe proletária no Brasil. Lula é um migrante que viajou do Nordeste para São Paulo, como muitos outros brasileiros que se integraram ao contingente do proletariado em nosso país. Ele representa, portanto, forças políticas, econômicas e sociais novas que nunca tinham chegado ao governo da República. O Partido dos Trabalhadores também é produto desse período histórico importante em que a classe operária cresce e joga maior papel político na cena brasileira. Lula e o PT, portanto, são expressões do crescimento do movimento popular e operário em nosso país.

A chegada ao governo da República em tão pouco tempo, pouco mais de 20 anos de vida do PT, é um

fato histórico inédito. O exemplo de o Partido Comunista do Brasil ser partícipe do governo da República conjuntamente com novas forças é um fato único na história política do Brasil.

E nós já dizíamos que isso abria um ciclo político novo, descortinando, portanto, novas possibilidades. Todavia, afirmar que foi aberto esse novo ciclo não equivale dizer que a consecução da mudança já estivesse *a priori* assegurada.

Questão que se impôs desde o nascedouro do governo para o cumprimento desse compromisso com a mudança é o desafio da viabilização e construção de um novo projeto nacional. Conceber e progressivamente tornar realidade um projeto de um Brasil novo, de um Brasil soberano, democrático e com justiça social. Ou seja, um desenvolvimento democrático, com distribuição de renda que demanda além de processo interno a integração da América do Sul. E é preciso ousadia e grande mobilização de forças políticas e sociais para tanto.

Quanto ao projeto, este é um tema que faz parte da discussão também que travamos no nosso 11º Congresso. Aí procuramos situar a encruzilhada e os impasses que limitam a transição para o projeto de mudança, decorrentes do caráter do governo que se instaurou. O governo Lula é um governo democrático, mas o resultado real demonstra que a transição para o novo projeto de desenvolvimento nacional tornou-se contraditória e limitada, não sendo o governo capaz de resistir e vencer a imposição de uma política macroeconômica beneficiária do sistema financeiro dominante. Houve alcance de vitórias parciais, não se atingindo os objetivos mudancistas perseguidos em função da existência de um pacto tácito na aplicação da política macroeconômica conservadora. Para nós, é preciso resistir e haver mudanças dessa política.

É necessário, portanto, construir novos pactos para que consigamos fazer com que essa transição caminhe na direção de um novo projeto de desenvolvimento. Do nosso ponto de vista, não só resistir e fazer mudanças da política macroeconômica, mas atingir a própria superação do padrão capitalista neoliberal requer uma luta de maior dimensão por seu sentido antiimperialista e anticapitalista, exigindo assim a condução de forças conseqüentes e mais poderosas forças políticas e sociais.

## A crise política

A crise política em curso não veio como produto imediato da aplicação da política econômica conservadora que estamos criticando. O fundo da nossa crítica é que esse modelo econômico vigente transfere uma soma enorme de renda da maioria da população – principalmente para um setor da classe dominante, que são os grandes credores, rentistas, banqueiros e a classe média alta –, acentuando a profunda desigualdade da sociedade brasileira.

A origem dessa crise política tem fatores objetivos e subjetivos importantes. Ela surge, indubitavelmente, como processo mais imediato, da própria condução política. Evidentemente, ela também tem raízes no sistema partidário e eleitoral vigente – já superado e com terríveis mazelas que se acumulam. A crise é, ainda – e nós não somos ingênuos –, produto de uma luta política acirrada de forças que nunca *engoliram* um governo como o de Lula e as novas forças que ascenderam ao governo com ele. As forças conservadoras pretendiam desde sua derrota em 2002, e pretendem agora a todo custo, voltar à cena do centro do poder político.

A crise já entra ao quinto mês, os fatos se sucedem e parecem não acabar. Com ela se instaurou um regime da delação premiada de julgados e condenados – num perigoso tipo de jogo inaugurado, com o que o escritor Luiz Fernando Veríssimo constatou com muita argúcia “um entusiasmo inquisitório”. As diversas forças conservadoras, dos seus partidos à grande mídia, procuram circunscrever a crise ao PT e ao presidente da República e por extensão desacreditar a esquerda perante a nação. Esse processo da luta pelo poder que a crise revela traz à tona mazelas do sistema de representação política que precisam ser superadas e, principalmente, provoca um revolvimento da realidade política impondo às forças de esquerda maiores desafios e novas respostas.

A crise política em curso é uma **luta política acirrada**, uma dura luta pelo poder. Essa é uma compreensão fundamental. E como sabemos, toda luta pelo poder tem dois lados básicos. É como um rio correndo em suas duas margens, não há uma terceira margem. Um dos lados básicos consiste da tentativa de novas forças de construir um novo Brasil – democrático, soberano, de justiça social. É essa a lu-

ta que perseguimos e tentamos com o governo Lula. O outro lado é o das forças conservadoras que sempre governaram nosso país, causadoras dos impasses mais profundos: dependência, desigualdade, limites à democracia. É essa elite conservadora, revanchista, detentora do poder real, que não aceita ficar fora do governo central, que usa todos os meios para a sua volta. Esta luta é a essência dessa crise.

Neste momento da atual luta política a iniciativa passou às mãos das forças conservadoras. Ou seja, a condução do sentido da luta política acaba sendo dada pelas forças conservadoras, que buscam atingir seus objetivos. Não queremos rebaixar em nada o esforço para apurar quem teve responsabilidades a respeito dos ilícitos cometidos. Os bens e recursos públicos para nós são invioláveis, não podem ser manipulados em proveito próprio. Essa é uma posição de honra dos comunistas. Mas é importante salientar que o objetivo das elites – que sempre privatizaram de várias formas o bem público – nesta luta política, é disseminar a consciência de que “governo de esquerda não dá certo”, que “essa gente não presta”. Ou, como Bornhausen confessou claramente numa conferência em São Paulo, no Ciesp: “Estou muito contente com tudo isso porque vamos ficar livres dessa raça por pelo menos uns trinta anos” – isso é textual! Portanto, esta é uma luta renhida e que tem um alvo determinado da parte deles: desmoralizar as esquerdas, as forças populares, recuperar o conservadorismo, estender a nossa histórica desigualdade.

### Qual será o desfecho?

Perguntamos: qual será o desfecho dessa luta política?

E isso é importante porque os setores conservadores pretendem dismantlar o nosso campo, o campo da esquerda, desmoralizando o governo nesse embate político. O objetivo das forças reacionárias conservadoras – numa linguagem de “jaguncismo políti-

co disseminada por elas”, como salientou o professor Wanderley Guilherme dos Santos – é “sangrar o governo Lula” até que este se torne impotente, rendido, além de, evidentemente, dismantlar o PT.

O desfecho dessa luta, na nossa ótica, depende dos seguintes fatores: 1) a capacidade do governo em superar a crise política atual; 2) a capacidade do PT de se recompor nas novas condições; e 3) a capacidade e responsabilidade das forças de esquerda de se coesionarem diante dos novos desafios.

A direita pretende com esse embate político projetar suas lideranças e prepará-las para a alternativa de sua volta. Tais lideranças procuram aparecer com uma capa de moral e de bons costumes, “indignadas” com o “mar de lama”, segundo elas. Justamente essa gente que quando exerceu o governo se viu envolta em inúmeros escândalos de corrupção. E nada foi apurado e ninguém foi punido. Deliberadamente, estimulam a extrema-esquerda no seu voluntarismo e na

sua política inconseqüente, para gerar confusão no campo da esquerda. E procuram neutralizar forças políticas intermediárias para “limpar seu terreno” de avanço.

Por isso, a direita trabalha pela antecipação da sucessão de 2006. Crescem febrilmente as articulações nesse sentido e o PSDB se coloca como centro da estruturação da oposição reacionária e conservadora. A mensagem vendida pela mídia de que o PSDB é de “centro-esquerda”, social-democrata, é diversionista. Esta legenda é o vetor estruturante da chamada direita moderna. Contudo, o PFL diz que terá candidato próprio. Isso é um mero jogo para se vender mais caro ao PSDB.

Neste cenário o PMDB joga um papel importante, porque ele tem sido o fiel da balança no quadro e no curso político brasileiro mais recente. O PMDB pode ir para o lado da direita ou para o lado da esquerda. No caso de se concretizar essa segunda hipótese estariam dadas as condições de se forjar um campo de centro-esquerda. É importante esse papel

*A direita  
trabalha pela  
antecipação da  
sucessão de 2006.  
Crescem febrilmente as  
articulações nesse sentido  
e o PSDB se coloca como  
centro da estruturação  
da oposição.*

do PMDB, pelo menos da maioria do PMDB, que nós não podemos subestimar. O destino dessa legenda será, novamente, alvo de aguda disputa.

Hoje, questão primordial é como recompor o campo de centro-esquerda.

O esforço já iniciado por PT, PSB e PCdoB é o primeiro passo importante para recompormos o núcleo de esquerda, centro de uma alternativa de centro-esquerda. Passos importantes foram dados mais recentemente em reuniões e trocas de idéias entre esses partidos. O próprio presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, propôs reuniões com determinada frequência com essas três legendas. E esse trabalho de contato, conversação, entendimento, diálogo entre os três partidos tem o sentido de recompor o núcleo de esquerda. Esse é um passo importante para nós. Isso depende também da transição e recomposi-

ção vivida atualmente pelo PT.

Mas, a recomposição da unidade das forças avançadas não se dá “no abstrato” e sim em torno de um projeto de desenvolvimento democrático e com soberania. Em outras palavras, essa questão pode ser apresentada da seguinte maneira: a reconstrução de um campo de centro-esquerda passa por uma repactuação das forças que formam este espectro político, tendo como base a elaboração desse projeto mencionado para o país.

Separamos essa iniciativa em duas ações articuladas. Neste momento é importante a defesa do mandato do presidente da República. O PCdoB tem defendido essa ação com grande convicção e essa diretriz, na nossa ótica, tem sido fundamental para construir a linha de resistência neste momento. Porque se a defesa do mandato presidencial não é empreendida a au-

## A eleição de Aldo Rebelo

*Qual o significado da eleição de Aldo Rebelo à presidência da Câmara dos Deputados no contexto da crise? O que isso significa para o PCdoB?*

*Renato Rabelo – O primeiro aspecto é que a eleição de Aldo Rebelo significa uma inflexão no curso desta crise.*

*A oposição conservadora, achando-se dona da situação, concluiu que havia chegado a hora adequada para “assaltar” a presidência da Câmara. Tomaram a iniciativa de desbancar o presidente da Casa, Severino Cavalcanti, e fizeram um movimento para retirá-lo – o que conseguiram rapidamente. Nesse meio tempo, já haviam ungido um candidato para substituí-lo. O objetivo seria ter na presidência da Câmara alguém da mais alta confiança deles. Os conservadores do PSDB-PFL jogaram tudo nisso, mas como a realidade demonstrou, calcularam mal.*

*É importante ressaltar outra questão: o “rolo compressor” foi feito por parte deles, mesmo que tenham procurado inculcar a inversão dos fatos com uma versão difundida na mídia. Eles calcularam tudo, mobilizaram todos os governadores e prefeitos do PSDB-PFL mais importantes. Os governadores tucanos entraram em ação para “segurar” suas bancadas. Até mesmo deputados que eles achavam vacilantes foram substituídos às pressas por deputados tidos como mais fiéis.*

*Foi um grande movimento e a mídia que compõe o sistema de oposição radical ao governo Lula trabalhou incessantemente para desmoralizar o PT, o governo e a candidatura de Aldo Rebelo. Em todos os cenários que os editorialistas imaginavam, o governo seria, no dizer deles, “mais uma vez derrotado”.*

*Do lado do governo, aquilo que eles disseram ter sido um “rolo compressor”, não foi mais que a aplicação de um orçamento cuja liberação de recursos encontrava-se atrasada. E tem mais: o governo, sua coordenação política, pelas dificuldades presentes, nem teve condições de colocar em ação todo seu potencial político. O rolo compressor foi da oposição, foi uma batalha construída por ela, para ser vencida por ela.*

*Aqui é importante sublinhar a correção da política que vem regendo a atuação do PCdoB. Desde o início desta crise, disseminamos uma mensagem ao povo e às forças avançadas da necessidade imperiosa de se barrar a investida da direita. Para isso impunha-se construir uma linha de resistência que ao nosso ver demanda as seguintes tarefas: a defesa do mandato do presidente da República, a recomposição do núcleo de esquerda e da base do governo, a mobilização popular e a implementação imediata de uma agenda positiva. Vínhamos trabalhando tal política. Percebemos qual era o objetivo da oposição e expomos a compreensão de que seria*

toridade política do presidente se dissipa. Dessa maneira jogou papel importante a palavra de ordem “fica Lula” em contraposição à furibunda investida da oposição para desestabilizar o governo.

Contudo, temos afirmado que a defesa do mandato presidencial requer da parte do Executivo a pronta aplicação de medidas positivas, como a imediata redução dos juros, que pode ser um dos exemplos dessa sinalização política. Cumprir as metas da reforma agrária acordadas com o presidente da República é outra necessidade. Outra sinalização também exigida é a definição e aprovação de uma política de valorização constante do salário mínimo.

O outro momento, articulado a esse, é a repactuação que consiste na reconstrução da alternativa de centro-esquerda, que precisa ser retomada. Nossos partidos defendem desde há muito o projeto em

defesa do Brasil, da democracia e do trabalho. É a defesa, portanto, de um novo Brasil, distinto do que deseja a oligarquia conservadora.

É preciso persistir nesse caminho. Se essa repactuação vai ser feita com Lula ou não a evolução política é que vai demonstrar. Não existe na relação entre o PCdoB e o presidente Lula uma aliança automática. Entretanto, apesar da campanha conservadora dominante anti-Lula, ele ainda é uma grande liderança do nosso povo e a defesa de sua autoridade tem um sentido democrático.

*Renato Rabelo é presidente do Partido Comunista do Brasil. Este texto reproduz parcialmente sua intervenção no debate realizado em 5/9/2005 em São Paulo e que contou com as presenças de Tarso Genro (presidente do PT) e Roberto Amaral (presidente do PSB).*

*uma batalha decisiva, pois se o governo perdesse seria a consolidação de uma investida e se caminharia para a morte política do governo. Se PSDB-PFL tivessem conquistado este posto – ao presidente da Câmara compete decidir sobre o curso dos pedidos de impedimento do presidente da República – teriam um trunfo para colocar o governo sob rendição.*

*Questão essencial à vitória do nosso campo ante o ataque da oposição e o seu plano de arrebatar a presidência da Câmara foi unir nossas forças, unir nosso contingente que estava disperso. Contribuiu para isso a procura de um nome que melhor pudesse reunir nossas forças. Esse nome foi preparado com habilidade, para surgir na hora certa. Temos de destacar o papel importante que o PCdoB e o líder do PCdoB na Câmara jogaram neste processo.*

*Procurou-se, então, recompor as forças, primeiro o campo tradicional de esquerda para, em seguida, surgir o candidato. E o PT compreendeu que deveria ser escolhido o candidato que reunisse melhores condições para ampliar as possibilidades de vitória da base aliada. Anteriormente, com esse mesmo entendimento, o PSB também havia declinado de postular o cargo.*

*Assim surgiu o nome de Aldo Rebelo como a liderança capaz de enfrentar um confronto dessa natureza. O bloco adversário lançou boatos de que a candidatura não se sustentaria um dia, mas foi surpreendido, pois não levou em conta que o nome de Aldo já vinha sendo construído. No processo de preparação da candidatura, procurou-se reconstruir a base, a partir da coesão da esquerda, e, a partir daí, buscou-*

*se sua ampliação. O que se tornou realidade, com o apoio do PL já no primeiro turno. O importante é que se conseguiu recompor nossa base em condições adversas. No segundo turno, viabilizou-se um respaldo mais amplo.*

*Foi uma luta renhida, porque a oposição conservadora fez um enorme trabalho para uma batalha preparada com hora e lugar por ela definidos.*

*A vitória teve conseqüências políticas significativas. Com isso o governo recompõe a confiança, a autoridade – condições essenciais para reunir a base dentro do objetivo de recompor a resistência, de defesa do mandato do presidente e de ação governamental positiva. Há, hoje, uma convergência entre os analistas de que sem essa vitória o governo caminharia para uma total perda de controle da situação.*

*O resultado demonstra que a política do Partido Comunista do Brasil é uma política justa que o situa no centro dos grandes confrontos e o faz participar das batalhas no nível que elas se apresentam.*

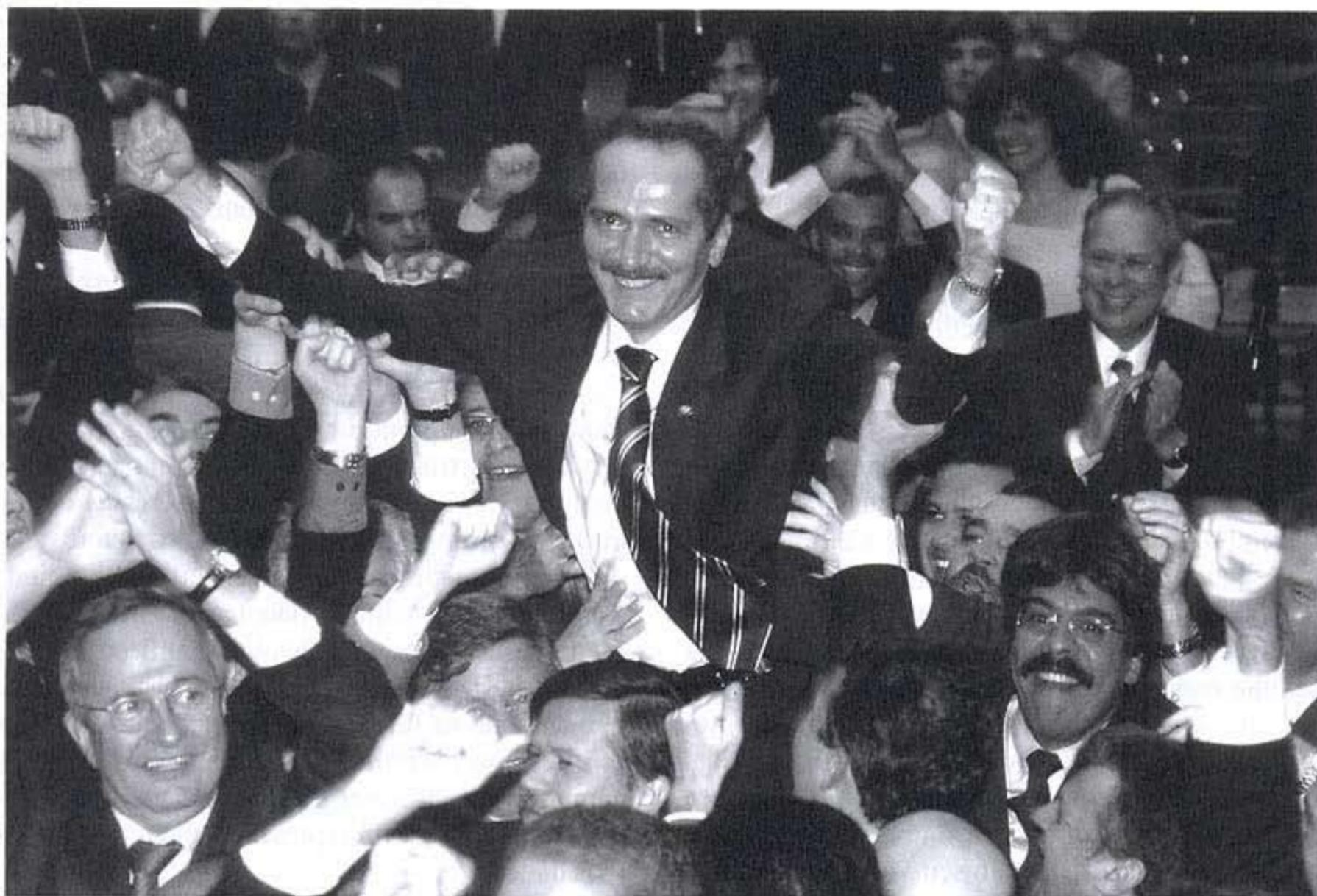
*A eleição de Aldo é um fato político relevante com aguda interferência na luta pelo poder em andamento hoje do Brasil. Devido a isso provocou também repercussão internacional. Isso foi ressaltado por várias personalidades políticas. Para o ministro Ciro Gomes, por exemplo, essa vitória tem um significado maior, histórico – não só porque estanca as sucessivas vitórias que a investida da direita vinha obtendo, com repercussão importante para 2006, mas pelo fato de se ter um comunista na presidência da Câmara. É um fato inédito na história brasileira.*

# *“Recuperar a credibilidade da Câmara”*

Por Adalberto Monteiro e Márcia Xavier

*O deputado federal pelo PCdoB/SP, ex-presidente da UNE, Aldo Rebelo, foi eleito para a presidência da Câmara dos Deputados. A disputa foi acirrada entre a base de apoio do governo Lula e a candidatura dos setores conservadores capitaneados por PSDB-PFL.*

*Pela primeira vez em nossa história um comunista ocupa função tão relevante no Estado. Aqui, Rebelo fala sobre os desafios da Câmara neste momento e a situação do país*



*Aldo Rebelo com a base do governo.*

*O senhor se elegeu com o compromisso de assegurar a independência da Câmara dos Deputados e de empreender uma relação harmônica deste poder com os demais poderes e, sobretudo, de recuperar a autoridade política da Casa. Como tornar realidade esses compromissos no curso dessa acirrada luta política que rege a vida política nacional?*

**Aldo Rebelo** – A harmonia e a independência são preceitos da Constituição, porque a Câmara dos Deputados é a casa da representação do povo, portanto, precisa de independência para o exercício da soberania da representação popular. Mas ao mesmo tempo é um poder do Estado, sendo este constituído em função dos interesses nacionais e dos interesses da população. Não há como deixar de se considerar que os poderes de Estado tenham como objetivo a busca do bem comum e é em busca dessa finalidade que se estabelece o princípio da

harmonia. O fato de o Brasil ser uma sociedade plena de desigualdades e de deformações exige de quem dirige o Poder Legislativo atividade suficiente para conduzir a combinação desses princípios, preservando a sua independência quando isso corresponder aos interesses da nação e da população e buscando a harmonia quando esses interesses assim o exigirem.

*Sua eleição se deu num cruento confronto entre a oposição e as forças aliadas do governo na Câmara. Em que medida sua gestão de presidente poderá contribuir para superar a instabilidade política e conter a investida da oposição contra o governo?*

**Aldo Rebelo** – O Brasil é um país ordinariamente instável. Quando digo ordinariamente, digo no sentido da expressão usada por Graciliano Ramos de algo normal, previsível e rotineiro. A

instabilidade tem como causa os desequilíbrios do país, desequilíbrios regionais, sociais, econômicos, culturais, desigualdades, injustiças... E todas as pressões de uma sociedade desequilibrada recaem naturalmente sobre as instituições do Estado. O Executivo, o Legislativo, o Judiciário e demais instituições.

A história do Brasil é o retrato mais eloqüente dessa instabilidade, visto a olho nu, das crises institucionais sucessivas que se arrastam desde a Independência do Brasil. Basta registrar que o condutor da nossa Independência, seu ideólogo e chefe político, José Bonifácio de Andrada e Silva, foi vitorioso em 7 de setembro de 1822 e em novembro já estava fora do poder – em março do ano seguinte estava exilado. O marechal Deodoro da Fonseca liberou uma rebelião cívico-militar para destronar o imperador Pedro II, em seguida banuiu a família real sem dar um único tiro, demonstração da sua autoridade na liderança daquele movimento. Eleito primeiro presidente constitucional do Brasil, durou um ano no poder e a despeito de sua grande coragem pessoal foi obrigado a renunciar, passando seu posto ao seu vice, Floriano Peixoto, que governou o restante do mandato sob guerra civil.

Getúlio Vargas, considerado por um embaixador britânico a maior raposa política do Ocidente, foi levado a dar-se um tiro no peito em agosto de 1954. Dez anos depois o presidente João Goulart foi deposto e o próprio general Geisel, o mais importante presidente do período militar, teve de enfrentar uma crise palaciana e fechar o Congresso Nacional por ter perdido uma votação no chamado *Pacote de abril*. O presidente Fernando Collor foi apeado do poder num processo de impedimento e o presidente Fernando Henrique Cardoso usou os meios que todos conhecem para ganhar sua reeleição.

Portanto, falar de instabilidade no Brasil é falar de algo quase que cotidiano, permanente, e o nosso desafio é ter noção desse processo e buscar superar as causas que provocam essa instabilidade. Mas, muitas vezes, o que fazemos é combater as suas conseqüências. É como tentar consertar a imagem deformada de um objeto no espelho, ou seja, o Brasil precisa consertar o objeto, precisa reformar o

país, torná-lo mais justo, mais democrático e mais independente. Porque se trata da nossa democracia ainda em construção. A nossa sociedade dividida em abismos – a separar os mais ricos dos mais pobres – e a nossa fragilidade nacional estão na raiz da instabilidade que enfrentamos.

*Como a Câmara pode funcionar para corrigir essa imagem deformada do país?*

**Aldo Rebelo** – A Câmara é a representação de todos esses desequilíbrios. Nela está a representação dos trabalhadores sem-terra; dos grandes empresários rurais; dos grandes interesses econômicos; dos funcionários públicos, dos setores médios da sociedade e até da parcela que cultiva ainda a idéia de que o Brasil não tem vocação para a grandeza no cenário mundial. A política oferece a chave para se construir dentro da Casa a maioria que defenda os interesses nacionais, que preserve os interesses do povo e tenha compromisso com a democracia, sem negar à minoria a sua expressão, porque ela também representa uma parcela da sociedade.

*A “engenharia política” que lançou o seu nome e que regeu sua campanha parece ter produzido, além da vitória como fruto, um novo coescionamento entre PT, PCdoB, PSB e o início da reaglutinação da base aliada. Essa análise procede?*

**Aldo Rebelo** – Para mim, esse núcleo só pôde se unificar em torno da minha candidatura pela identidade e pelo compromisso que essas forças guardam na sua trajetória. O Brasil não iniciou hoje a sua jornada pela democracia, pela liberdade e pelos interesses nacionais e populares. Essa jornada está integrada ao curso da nossa história e essas três forças, com papéis diferenciados em momentos diferenciados da vida do Brasil, tiveram um compromisso comum.

Neste momento de crise, no meu entender, esse compromisso comum falou mais alto. E o fato de elas terem apresentado uma candidatura única foi fator decisivo para atrair outros aliados e fazer a campanha vitoriosa.

*Isso representa uma reaglutinação da base para as votações e para a formação de uma agenda de trabalho?*

**Aldo Rebelo** – No meu entendimento, representa mais um passo na reconstrução dessa governabilidade e esses partidos tiveram um papel fundamental na interpretação do momento político e dos desafios para as forças progressistas no Brasil.

*Como o senhor justifica o fato de o terem escolhido, de um partido pequeno como o PCdoB, para ser o candidato que iria unir todas essas forças?*

**Aldo Rebelo** – Havia nomes dos três partidos cogitados para assumir essa tarefa. No PT, Arlindo Chinaglia (SP), líder do governo, que anunciou sua candidatura; o deputado Sigmaringa Seixas (DF); e os deputados Paulo Delgado (MG) e José Eduardo Cardoso (SP); entre outros. No PSB falou-se nos nomes dos deputados Beto Albuquerque (RS) e Eduardo Campos (PE), e pelo PCdoB aparecia o meu nome. Acredito que talvez tenha pesado o fato de eu ser o mais antigo parlamentar dessas bancadas na Câmara dos Deputados e de ter buscado com determinação a unidade dessas forças para defender os interesses democráticos e populares do nosso país.

*Aldo assume a presidência da Casa.*



*Os meios de comunicação destacaram o fato único na história do Parlamento brasileiro de um dirigente do Partido Comunista do Brasil exercer o mais alto posto da Câmara dos Deputados. Que significado tem a eleição de um dirigente comunista para o terceiro cargo na hierarquia da sucessão constitucional da Presidência da República?*

**Aldo Rebelo** – O fato expõe o paradoxo brasileiro, ou aquilo que o Gilberto Freyre traduziu como sendo o país da escassez e dos exageros. Nós temos às vezes a estética da radicalização, do confronto, mas, ao mesmo tempo, no fundo, há a possibilidade da convivência e da plasticidade nas composições políticas e das saídas para a crise. Mesmo quando o enfrentamento é duro e árduo e o conflito de idéias e de caminhos políticos ganha radicalidade é possível também obter soluções criativas, que muitas vezes não seriam possíveis nessas democracias antigas, carregadas de regras ortodoxas e sem a disposição para a mobilidade como o processo democrático no Brasil.

*Esta edição de Princípios procura fazer uma análise mais acurada da crise política. Certa feita o senhor afirmou que a investida da oposição para desestabilizar o governo Lula não era algo novo na história brasileira. Na sua ótica, que motivações de fundo suscitaram essa crise?*

**Aldo Rebelo** – Dei exemplos disso em uma resposta anterior. Só vejo uma explicação possível: os conflitos refletem o choque desses interesses de uma sociedade desigual e desequilibrada, na qual os que não têm nada buscam uma sombra, os que têm alguma coisa procuram mantê-la e outros que têm muito querem preservar seus privilégios. Para mim, do choque de interesses redundam as crises e as lutas po-

líticas que percorrem o nosso caminho.

*Algumas correntes de esquerda apontaram como causa da crise a política de alianças do governo Lula. É conhecida sua tese de que pelas características políticas do Brasil, e também pelo perfil do governo Lula, é necessário para a governabilidade a formação de uma base política heterogênea. O senhor continua convicto da correção de sua tese?*

**Aldo Rebelo** – Insisto na tese de que o Brasil não pode ser governado por um único partido. Por ser uma sociedade muito complexa, muito diferenciada, muito diversificada e desigual, por não ter uma sólida tradição partidária, ter mais uma tradição de movimentos que se organizaram no passado para expulsar os holandeses no Nordeste, para fazer a independência, a República, a Abolição da escravatura, para redemocratizar o país e mesmo para eleger o presidente Lula. Os partidos não têm ainda a grande expressão da vida democrática e da vida política do país. São movimentos às vezes organizados em torno de lideranças e personalidades que cumprem esse papel. É preciso, portanto, construir os partidos, mas não desprezar essa tradição – desconhecida por alguns doutrinários e teóricos que podem descrever em longas exposições a natureza dos sistemas políticos da Europa e da América do Norte, mas não compreendem as singularidades da vida política do Brasil.

*A oposição se movimenta com agressividade e otimismo para retornar ao Palácio do Planalto em 2006. O senhor acredita na possibilidade de uma nova vitória das forças avançadas do país na sucessão presidencial do ano próximo?*

**Aldo Rebelo** – Toda eleição no Brasil é uma disputa política muito forte, envolvendo articulações ideológicas e partidárias e, no meu entender, nas próximas eleições não será diferente. Quem souber com mais habilidade – no espectro mais progressista e no mais conservador

– atrair aliados de centro, estará com a possibilidade maior de alcançar a vitória.

*Com relação à agenda da Câmara quais os temas prioritários?*

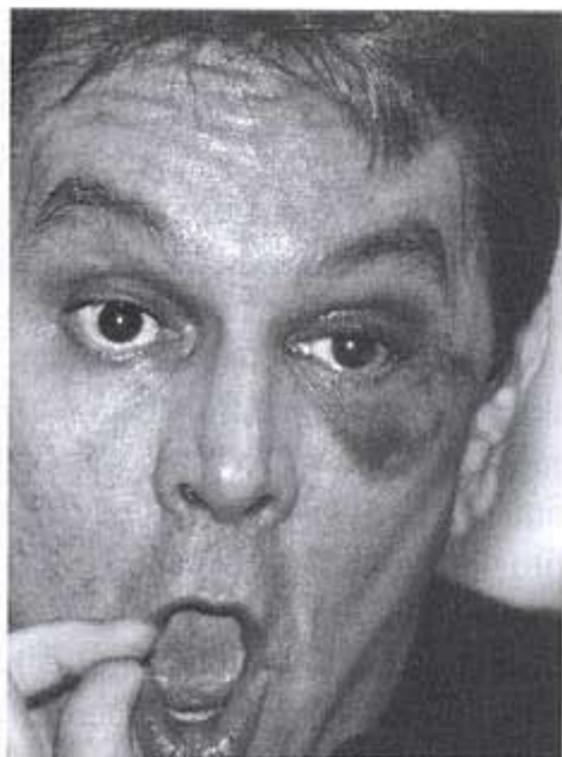
**Aldo Rebelo** – O primeiro desafio é recuperar a credibilidade da Câmara e a confiança da população no Poder Legislativo. Isso não vai acontecer num passe de mágica. Será muito mais resultado de um processo de persistência de perseverança e de construção com todos os partidos. Se a maioria governista com responsabilidade fala em nome do governo Lula, a oposição governa uma parte importante do país – o PSDB dirige estados importantes como Minas Gerais e São Paulo, o PFL governa a Bahia, por exemplo. Para mim, a produção do trabalho na Câmara deve ser fruto da divisão das responsabilidades entre os partidos e se deve buscar também a retomada da agenda de votações, priorizando temas e assuntos de interesse do país e da população.

*Em seu discurso antes da eleição, o senhor se referiu a suas origens sertanejas. Disse que sua própria candidatura já significava muito para um filho de um vaqueiro alagoano. Que repercussões podem ter este fato de um “homem do povo” presidir a Câmara dos Deputados?*

**Aldo Rebelo** – O Brasil, como uma sociedade nova, em construção, permite muitas vezes à mobilidade política ser mais rápida que a mobilidade social. Há exemplos ao longo da história de pessoas ligadas ao povo, de origem popular que, pelo caminho da política, ocuparam funções importantes no país – desde Floriano Peixoto, que era mestiço, também alagoano. Isso demonstra ainda a capacidade do nosso povo de enfrentar os desafios da vida e procurar superar as dificuldades e cumprir o seu papel transformador.

*Adalberto Monteiro é jornalista e editor de Princípios; Márcia Maria Monteiro Xavier é jornalista, correspondente do portal Vermelho em Brasília. Colaborou a jornalista Rita Polli.*

Entrevista com Mauro Santayana



# “A crise de hoje nasce de raízes antigas”

Por Edvar Bonotto e Elias Jabbour

**Mauro Santayana, jornalista, comentarista de TV, colunista e colaborador de diversos jornais, com mais de cinco décadas de experiência, fala à *Princípios* acerca da crise política e do papel dos meios de comunicação neste processo de antigas raízes**

*Há mais de quatro meses o país vive uma aguda crise política que, na aparência, emerge como uma crise “ética” e com a corrupção como questão principal. Ao mesmo tempo se vê intensa movimentação em relação à sucessão presidencial de 2006. Qual é a essência mesmo desta crise?*

**Santayana** – A crise de hoje é um broto que nasce de raízes antigas. Em primeiro lugar, os chamados operadores do PT não souberam fazer as coisas como elas foram feitas no tempo de Fernando Henrique. Os tucanos agiam no atacado: iam diretamente aos grandes lagos, não cuidavam de pescar em córregos. Foi assim que atuaram, tratando de

vender o patrimônio nacional com subfaturamento – e a diferença sendo dividida entre compradores e vendedores, conforme a imprensa suspeitou na época. Mas houve também negócios com superfaturamento: o Sr. Daniel Dantas disse à CPI que a CRT foi comprada pelos fundos de pensão por R\$ 850 milhões, quando não valia R\$ 650 milhões. Aonde foi parar a diferença? Essa pergunta ficou no ar, a partir da denúncia de Dantas de que a operação só foi feita mediante pressão do governo Fernando Henrique sobre os fundos de pensão. Quanto à sucessão presidencial, ela entra na crise como enfermidade oportunista, uma espécie de pneumonia em paciente sem suficiente proteção imunológica. Obviamente, a oposição – aproveitando-se da debilidade do governo –, intensifica sua atuação no sentido de ocupar o espaço com denúncias, fundadas ou não. Por outro lado, há suspeitas, baseadas em fatos conhecidos, de que Marcos Valério tenha sido infiltrado no PT pelo PSDB. Está mais do que provado que ele, antes de servir ao PT, serviu ao PSDB. Quem dele primeiro se utilizou para o financiamento de campanhas foi o Sr. Eduardo Azeredo, então governador de Minas Gerais, que tentava reeleição em 1998, mas foi derrotado por Itamar Franco. E se houver investigação mais rigorosa se descobrirá que Marcos Valério participou – juntamente com o Sr. Walfrido dos Mares Guia, hoje ministro de Turismo, e João Heraldo de Lima, atual diretor do Banco Rural –, da enrolada privatização dos bancos estatais mineiros, Crédito Real e Bemge. Da mesma forma, participaram da tentativa de privatização total da Cemig (inicialmente com 30%) em uma operação comandada pelo Sr. Daniel Dantas e seus companheiros do Opportunity: Pérsio Arida e Elena Landau. Essa manobra de privatização total foi impedida pela ação decisiva do então governador Itamar Franco.

*O senhor tem se destacado no cenário jornalístico pela defesa dos interesses nacionais, a exemplo de suas denúncias de mazelas do governo Fernando Henrique Cardoso. Que relação o senhor faz entre a tentativa de desestabilização do governo Lula e o interesse estratégico de privatizar o patrimônio nacional restante?*

**Santayana** – É preciso entender que se a direita,

como expressão política, sempre soube se unir, como expressão econômica ela tem algumas contradições. Por mais globalizada que esteja a economia, há sempre competição pesada nas grandes corporações. Há uma cisão entre o capital financeiro e o capital produtivo. Ao capital financeiro interessa os juros altos pagos pelo setor público. Pouco importa o endividamento crescente, porque aos banqueiros não interessa a devolução do principal, mas sim os rendimentos. Ao setor produtivo interessa o aumento do consumo, o aumento do nível de emprego; enfim, o desenvolvimento da economia.

Mas há um fato novo: hoje os grandes aglomerados se encontram sob o domínio dos grandes bancos, nacionais e internacionais. Obviamente, a direita tenta retornar plenamente ao poder, a fim de acabar com o que resta do Estado Nacional. A minha esperança é de que se acelere a decadência dos Estados Unidos. E entendamos que todos os grandes males de nossa época se encontram nesse modelo de sociedade exportado por meio da imposição de sua cultura, ao mundo inteiro.

*Por ser um jornalista experiente, como o senhor analisa o papel dos meios de comunicação em diferentes momentos de crises agudas – como o suicídio de Getúlio, a deposição de Jango e a jornada que levou à eleição de Tancredo Neves?*

**Santayana** – Há alguns meses, o embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima me dizia que o Brasil ficou menor. Claro, vegetativamente, a economia cresceu, mas o país ficou menor em seus valores. É natural que haja uma imprensa oposicionista – ai de nós se não houvesse. Mas o que distingue os meios de comunicação daquele tempo é que naquela época havia pluralidade ideológica dos jornais – que eram declaradamente a favor ou contra o governo. Se quiséssemos saber o que pensava a UDN bastava comprar o *Diário de Notícias*, a *Tribuna da Imprensa*, o *Globo*, o *Estado de S. Paulo*. Se quiséssemos a opinião do PSD, o *Correio da Manhã* no Rio de Janeiro e excelentes jornais dos estados. E se pretendêssemos saber quem defendia claramente Getúlio, o *Última Hora*. Em São Paulo, Getúlio nunca teve imprensa. Os comentaristas políticos, tanto à esquerda, quanto à direita, eram homens de

alto nível intelectual. Jornalistas como Prudente de Moraes, neto, J. E. de Macedo Soares, Danton Jobim, Moacir Werneck de Castro, João Mangabeira. Além disso, os jornais só destacavam para a cobrir os fatos políticos – tanto no poder legislativo, quanto no poder executivo – os seus melhores repórteres: Castelinho, Otacílio Lopes, Flávio Tavares, Villas-Boas Correia, Hermano Alves, Luís Orlando Carneiro, e tantos outros que sabiam distinguir os fatos dentre os boatos e intrigas. Hoje os jovens repórteres, que aprenderam nas escolas e não na vida, quase sempre se orientam por sua boa-fé. E, em política, como dizia Tancredo, boa-fé é pior do que má-fé.

*O senhor escreveu que “enquanto homens como o Sr. Daniel Dantas e o Sr. Gustavo Franco não forem devidamente investigados, e não se controlarem as remessas de capital (...) de nada adiantarão as CPIs”. Comente, por favor, um pouco sobre essas questões.*

**Santayana** – Os dois devem ser investigados a partir de motivos diferentes. Daniel Dantas é acusado de lavar dinheiro, mediante aplicação de recursos de brasileiros em fundos em seu banco no exterior, o que é proibido. Gustavo Franco deu, mediante simples portaria do Banco Central, via livre para a fantástica evasão de divisas pelas agências bancárias de Foz do Iguaçu, por intermédio das CC-5 – que são cartas de curso para o saqueio. Só que o saqueio do que é nosso e não do que é de nossos inimigos. As entradas e saídas de capital devem ser rigorosamente controladas pelo governo. Deixar entrar no país bilhões de dólares em empréstimos especulativos, em aplicações de curto prazo é agir como o pai de família que dá aos filhos talões de cheque e cartões de crédito sem limitações. Quando chegar a hora da cobrança é todo o patrimônio da família que se encontra em jogo. Da mesma forma é necessário controlar rigorosamente a saída de dinheiro. Temos de ser soberanos, sobretudo porque não somos – como os Estados Unidos e a União Européia –, emissores de dinheiro de curso mundial.

*Para o senhor não existem países sem crise, pois a história é uma crise permanente*

*e encerra a luta de pobres contra os ricos. Desenvolva um pouco mais esse raciocínio, se possível fazendo analogia com a crise política atual que afeta o país.*

**Santayana** – Os povos criaram os Estados primitivos como instrumento dos fracos contra os fortes. A primeira razão do Estado é a instituição da justiça, mediante as regras de convívio – a que chamamos lei. Lei é ligação, é amarra, é compromisso moral. Ao longo dos séculos, a vida política tem sido de tensão permanente entre ricos e pobres. A República Romana, até hoje inigualável exemplo de Estado, expressava essa tensão no conflito político entre os “populares”, ou democráticos, e os “optimates”, ou seja, aristocratas da ordem eqüestre. O poder estava ao alcance dos pobres, se eles se destacassem nas fileiras militares, a que todos os romanos estavam sujeitos. Foi assim que o plebeu Caio Mario chegou ao consulado, devidamente eleito, e o exerceu durante seis mandatos. Em nosso caso, o poder sempre esteve nas mãos não da aristocracia – porque nunca tivemos aristocracia –, nem mesmo no Império –, mas na dos homens ricos. Os “aristocratas” do Império foram sempre, e o exemplo de Joaquim Nabuco é suficiente, embaçados admiradores da cultura francesa e anglo-saxônica. Primeiro, o poder foi exercido pelos proprietários de terras, associados à incipiente burguesia importadora e exportadora das praças do Rio de Janeiro e do Recife (um pouco mais tarde, também a de Santos) e, depois, pelos banqueiros, mas todos eles submetidos ao interesse estrangeiro. Desde o início do século 18, com o Tratado de Methuen, já não eram mais os portugueses que nos exploravam. Eles eram meros capatazes do capital inglês. Do domínio inglês, passamos para o domínio norte-americano. A nossa história tem sido uma sucessão de crises, crises econômicas (quando passávamos de um ciclo a outro), crises sociais, crises políticas. De vez em quando a crise fica mais aguda, mas ela é, no fundo, o conflito entre os que exploram o trabalho alheio e os que resistem contra essa exploração. Marx morreu, como se sabe, mas ainda não o conseguiram enterrar.

*Edvar Bonotto é doutor em direito pela PUC-SP e Elias Jabbour é mestre em Geografia Humana pela FFLCH-USP.*

# Mídia e democracia

**A liberdade de opinião e de informação vem se ampliando e favorecendo o esclarecimento dos cidadãos ou se transformando em seu contrário, num exercício do poder monopolista que viola os direitos reconhecidos como essenciais?**

Jaime Leão



Luiz Gonzaga Belluzzo

**E**m 1947, a Comissão sobre a Liberdade de Imprensa, nomeada pelo Congresso dos Estados Unidos, advertiu em seu relatório final: existe uma razão inversamente proporcional entre a vasta influência da imprensa na atualidade e o tamanho do grupo que pode utilizá-la para expressar suas opiniões. Enquanto a importância da imprensa para o povo aumentou enormemente com o seu desenvolvimento como meio de comunicação de massa, “diminuiu em grande escala a proporção de pessoas que podem expressar suas opiniões e idéias através da imprensa”.

O relatório procurou apontar “o que a sociedade tem direito de exigir de sua imprensa”. Definiu duas regras essenciais para o legítimo exercício da liberdade de informação e de opinião: 1) “Todos os pontos de vista importantes e todos os interesses da sociedade devem estar representados nos organismos de comunicação de massa”. 2) “É necessário que a imprensa dê uma idéia dos grupos que constituem a sociedade. Dizer a verdade a respeito de qualquer grupo social – sem excluir suas debilidades e vícios – inclui também reconhecer os seus valores, suas aspirações, seu caráter humano”.

As recomendações exaradas nesse relatório

refletem o espírito do tempo nos Estados Unidos e na Europa Ocidental: a aposta no aperfeiçoamento dos processos de controle democrático do Estado e do poder privado. O trauma das duas guerras mundiais e da Grande depressão saturou o ambiente intelectual dos anos 40 do século XX da rejeição ao mercado descontrolado e ao totalitarismo.

O sociólogo Karl Mannheim, um pensador representativo de sua época, escreveu, em 1950, no livro *Liberdade, poder e planejamento democrático*: “Não devemos restringir o nosso conceito de poder ao poder político. Trataremos do poder econômico e administrativo, assim como do poder de persuasão que se manifesta através da religião, da educação e dos meios de comunicação de massa, tais como a imprensa, o cinema e a radiodifusão”. Para ele, devemos temer menos os governos – que podemos controlar e substituir – e muito mais os poderes privados que exercem sua influência no “interior” das sociedades capitalistas.

Na aurora do século XXI, as forças democráticas sobreviventes – os que ainda conseguem respirar no “admirável mundo novo” construído pelo capitalismo da era Bush –, mal conseguem defender o que restou dos direitos sociais e econômicos obtidos pelos subalternos no imediato pós-guerra. O leitor atilado há de julgar se a liberdade de opinião e de informação vem se ampliando e favorecendo o esclarecimento dos cidadãos ou se transformando em seu contrário: num exercício do poder monopolista que viola os direitos reconhecidos como essenciais no relatório da Comissão sobre a Liberdade de Imprensa.

O filósofo Paulo Virilio chegou a uma conclusão drástica: a mídia contemporânea é o único poder com a prerrogativa de editar suas próprias leis, ao mesmo tempo em que sustenta a pretensão de não se submeter a nenhuma outra. A justificativa para tal procedimento trafega

entre o cinismo e a treva: uma vez afetada a liberdade de imprensa, todas as liberdades estarão em perigo. Cinismo, diz ele, porque essa reivindicação agressiva trata de negar o óbvio: os meios de divulgação e de formação de opinião vêm se concentrando, de forma brutal, no mundo inteiro, nas mãos de grandes empresas ca-

pitalistas. O objetivo natural e legítimo do ganho monetário está, mais do que em qualquer outra atividade, acumpliciado de forma inexorável ao desejo de ampliar a influência e o poder sobre a sociedade, a administração pública e a política.

É neste sentido muito especial que deve ser interpretada a pretensão à superioridade da liberdade de opinião e de informação. Ela exprime hoje a generalização do controle social e político exercido pelos gran-

des produtores de informação e de opinião sobre os direitos dos cidadãos. Exercem os seus privilégios com eficiência crescente, numa sociedade encantada pela “inversão” de significados e pelo ilusionismo da liberdade de escolha do indivíduo-consumidor. A censura da opinião e até do silêncio alheios e a intimidação sistemática devem “aparecer” aos olhos do público consumidor como legítimo exercício dos direitos de opinar, de informar e de defender a comunidade.

Mas não é sábio exagerar no pessimismo: nos próximos anos, a luta política é que vai decidir se as tecnologias de comunicação da terceira revolução Industrial vão nos conduzir ao totalitarismo consentido, à moda de George Orwell, ou ao aperfeiçoamento democrático, à agora informatizada, processos decisórios de democracia direta capazes de corrigir as distorções dos regimes representativos de hoje, infestados pelo poder da grana e pelos vícios do privatismo.

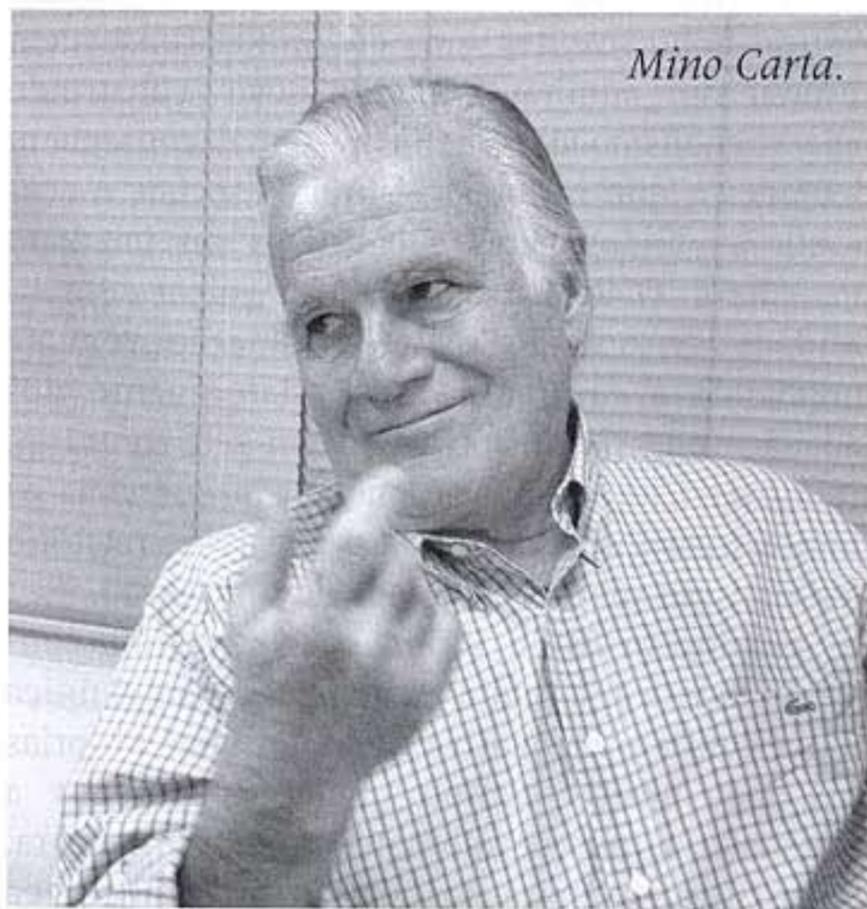
*Os meios de divulgação e de formação de opinião vêm se concentrando, de forma brutal, no mundo inteiro, nas mãos de grandes empresas capitalistas.*

*Luiz Gonzaga Belluzzo é professor da Unicamp. Este artigo foi publicado originalmente na revista CartaCapital, nº 362.*

# “O Brasil precisa de um partido de esquerda forte”

Por José Carlos Ruy e Priscila Lobregatte

**Para o diretor de CartaCapital, criador de Veja, Jornal da Tarde e outras importantes publicações, um proletariado consciente e um partido avançado são essenciais para o progresso social**



Mino Carta.

*Recentemente CartaCapital trouxe um duro artigo seu sobre a qualidade do jornalismo brasileiro – pelo menos o jornalismo das grandes empresas de comunicação. Vivemos uma era de vale-tudo na mídia?*

**Mino Carta** – A mídia no Brasil sempre foi uma das faces do poder. Portanto, nada disso surpreende. A diferença esteja, talvez, no fato de que os jornalistas e profissionais em outros tempos, ainda que sujeitos a regimes muito peculiares, tinham melhor qualidade. Claro, ela sempre serviu ao poder, sempre foi um instrumento nas mãos do poder, mas, evidentemente, os profissionais tinham melhor conhecimento do idioma, lidavam melhor com o vernáculo do que hoje. Portanto, de um modo geral, embora não tenha mudado a mídia desse ponto de vista – ou seja, sempre a serviço do poder – ainda assim os profissionais tinham melhor qualidade do que hoje. O jornalismo brasileiro, desse ponto de vista, decaiu brutalmente. De resto, intelectualmente, o Brasil decaiu muito. Então, nem nisso pode haver grandes surpresas. Havia jornalistas como Rubem Braga, Joel Silveira, Claudio Abramo, Jânio de Freitas – que ainda está aí militando, tem uma coluna na *Folha de S. Paulo* – Abílio Costa Filho. Enfim, havia jornalistas de muito boa qualidade, gente que lidava bem com o vernáculo. Sem contar que se tratava de pessoas com uma visão do mundo bastante ampla, com um conhecimento do que interessa efetivamente, e extenso. Homens que sabiam aplicar o senso comum em determinadas circunstâncias, que não diziam barbaridades. E que, de uma maneira ou de outra, no relacionamento com os outros jornalistas tinham um comportamento justo, sem se sujeitarem de forma tão clamorosa à idéia da concorrência. Não estavam tão preocupados com os interesses dos seus patrões. Portanto, é inegável, isso já aconteceu no Brasil. Mas piorou muito, também nesse ponto de vista. No mais, entretanto, sempre serviu ao poder.

*A imprensa já foi descrita como o quarto poder. Ela faz parte do sistema de poder formado pela classe dominante e pelo grande capital?*

**Mino Carta** – Neste exato momento em que estamos vivendo? Ora, nesta crise fica demonstrado claramente o quanto essa mídia serve ao poder. Essa pressão toda, essa forma muito peculiar de denunciamento corresponde, efetivamente, ao propósito do poder de degenerar Lula até o último momento. No fundo, não me parece que o objetivo seja derrubar Lula. Acredito, inclusive, que um recente editorial de *O Estado de S. Paulo* é perfeito: “Ruim com o Lula, pior sem ele”.

Porque os banqueiros nunca ganharam tanto neste país como neste momento, graças à política do senhor Palocci. De um modo geral quem tem dinheiro está se saindo maravilhosamente bem porque com esses juros qualquer um ganha dinheiro. Só que, quais são as outras vantagens? Nenhuma. Produção, zero – ou, pelo menos, em baixa. E cinquenta empresas aproximadamente conseguem exportar. Exportam. Já aí ganham pouco – porque sem dúvida elas ganham –, mas esse ganho está sujeito às regras mundiais e não às do Brasil. Portanto, o lucro é menor. E o resto é o que se move. E a produção é pura fumaça.

Nunca concordei muito com a idéia de que querem um golpe, sobretudo porque acredito não convir a eles derrubar Lula. Não convém ao poder derrubar Lula. Sempre pensei que estivesse em andamento um processo de sangramento deste governo para, em primeiríssimo lugar, impedir a reeleição e, em segundo, esmagar qualquer idéia de governo de esquerda no país.

*Recentemente o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos acusou a imprensa de querer pautar o governo. Como são essas relações entre governo, imprensa e grande capital?*

**Mino Carta** – Sim. Mas, toda a mídia – com raríssimas exceções – se presta a esse jogo. Porque é o que serve ao poder, o que convém ao poder. Talvez ela queira pautar o governo. Mas, mais que isso: ela se tornou um instrumento, é o próprio bisturi que sangra lentamente. É a sanguessuga que se presta ao serviço do poder.

*Qual a relação entre o jornalismo das*

*grandes empresas de comunicação e a chamada verdade dos fatos?*

**Mino Carta** – Nenhuma, relação zero. A verdade dos fatos, que chamo nos meus devaneios de verdade factual, é ignorada; não importa o fato. O que importa é a interpretação do fato. O deputado Antonio Delfim Netto diz: “Só sai o que realmente interessa ao poder”; “Só se acompanha o assunto que interessa ao poder”. E é verdade. Veja, por exemplo, a crise de 1992, que levou ao *impeachment* de Collor. Em outubro de 1990, ou seja, um ano e meio antes da entrevista de Pedro Collor para a *Veja*, o instrumento-mor, publicada em abril de 1992, já havia aparecido essa denúncia do Pedro: a revista *IstoÉ* preparou uma matéria, assinada pelo Bob Fernandes, que ficou durante três meses atrás do PC Farias. Hospedou-se, inclusive, no mesmo apart-hotel. Houve inclusive uma tentativa de compra deste que vos fala, por parte de um emissário da ministra Zélia Cardoso de Mello, que foi à redação da *IstoÉ* numa tarde de sexta-feira do final de outubro de 1990. Collor estava no poder havia sete meses. E esse sujeito foi lá e ofereceu, abertamente, algo que eu não sabia o que era. Respondi a ele: “Ponha-se daqui para fora”. E, ao colocá-lo para fora ainda disse: “Não sou o dono disto aqui. O dono se chama Domingo Alzugaray”. Ele se foi embora. Depois de umas duas horas o Domingo foi até mim, com os olhos fora das órbitas, e me disse: “Escuta, me ofereceram uma grana preta para não publicar esta matéria. O que você acha?”. Respondi: “Acho que devemos publicar”. E a matéria saiu. Mas eles teriam gastado dinheiro à toa, porque ninguém foi atrás daquela matéria, não repercutiu. A *IstoÉ* nessa ocasião já tinha uma tiragem de 200 mil exemplares, era de alguma maneira uma revista com uma circulação bem maior do que a nossa atual. Mais que o dobro de tiragem. E ninguém foi atrás porque naquele momento não interessava.

*Mas o PT e o governo são acusados por ações que não apareceram hoje, mas constituem uma prática antiga...*

**Mino Carta** – Para mim, esta situação é realmente o fecho perfeito do golpe de 1964. Completasse a obra de uma forma impecável. O golpe de 1964 teve profundas ligações com a eleição de Getúlio e

com a morte de Getúlio. Começa ali o movimento para impedir que o Brasil vire um país contemporâneo do mundo, com partido de esquerda de verdade, com os sindicatos fortes, à sombra de uma industrialização que avançasse rapidamente. Uma coisa eu digo, o João Havelange ensinou ao mundo, com o futebol, como se compram os votos das federações. A classe dominante brasileira é formidável, desse ponto de vista: é a vocação da predação elevada ao cubo.

Com isso, o país fica inviável. Veja a reforma política. Há quem diga “Olha, o parlamentarismo”. Imagina! O parlamentarismo precisa de partidos mais que o presidencialismo. O presidencialismo se contenta com um bom bipartidarismo, enquanto o parlamentarismo precisa de partidos eficazes. E nós não os temos. A única exceção parecia ser o PT. Nós não temos partidos. Temos clubes.

*Você foi um dos criadores da revista Veja, da Editora Abril que, durante muitos anos, foi a revista brasileira mais importante e hoje foi transformada em um panfleto político de má qualidade. Como isso aconteceu, em sua opinião?*

**Mino Carta** – Em primeiro lugar, aconteceu um fato inegável: todas as grandes empresas de comunicação brasileiras estão quebradas. Por quê? Isso é incompetente. É incompetente, perdulário, tem manias de grandeza. Então, gastam demais. É isso. Começam a ceder às imposições da publicidade, dos publicitários. Além disso, tem a famosa bonificação de venda. O negócio é Ibope, ou tiragem. E nesse critério qualidade não importa. E então o periódico – convencido de que o público é composto de idiotas – baixa o nível. É uma mídia que pretende nivelar por baixo. Sou de uma geração de jornalistas que tem a convicção de que é preciso nivelar por cima. Mas hoje acham necessário nivelar por baixo.

Esta é uma crise espantosa porque é política e é moral. Mas, é espantosa e mostra como este país é inviável. Nessas condições é inviável.

*O que seria necessário para o país se tornar viável?*

**Mino Carta** – Não sei. Não gostaria de afirmar coisas muito bombásticas, mas acredito que sem um gravíssimo abalo social isto aqui não conserta. Não tem muita alternativa. É um país medieval. É preciso acabar com a Idade Média. O Brasil de hoje é muito pior que o Brasil de cinquenta anos atrás. Era um país entregue a formas políticas populistas, mas era um país incrivelmente promissor que realmente tendia a um desenvolvimento forte, veemente, vigoroso, à sombra exatamente da revolução industrial. Havia um projeto no fundo nascido do Getulio Vargas, embora ele tenha sido a certa altura um ditador. Mas percebeu algumas coisas e dotou o país de alguns instrumentos mínimos. Depois tivemos “O petróleo é nosso!”, em 1952, que consolida esse caminho. O que não tinha ainda acontecido era o surgimento de um proletariado na acepção europeia do termo, quer dizer, uma classe operária consciente da sua força. Mas antes que ele surgisse deu-se o golpe de 1964. Em nome do quê? Da subversão em marcha e do caos econômico. A subversão eu continuo procurando, desesperadamente. Sinto cada vez mais falta dela. Naquela ocasião eu fiquei à procura da subversão, mas ela não deu o ar da sua graça. É preciso uma classe operária consciente de sua força. A revolução francesa precisou dos *sans culotte* para tomar a Bastilha.

O Partido Comunista Italiano foi decisivo para o progresso da Itália. Por quarenta anos foi dono de Milão, Gênova, Bologna etc, e nunca pegaram ninguém envolvido em corrupção. Eles tinham um projeto para a Itália. E um projeto muito independente, como se sabe. E que chegou ao apogeu com o Enrico Berlinguer. Aldo Moro foi morto em 1978 porque estava em gestação o famoso compromisso histórico, um projeto de juntar as forças, as forças melhores. O Partido Comunista Italiano chegou quase a 40% dos votos a uma certa altura. O que era uma brutalidade para um país católico, como a Itália.

Tenho muitos amigos entre os comunistas italianos. O Massimo D’Alema, por exemplo, quando vem para cá, sempre nos encontramos. São pessoas de excelente qualidade. E porque eram comunistas sabiam perfeitamente que não poderiam ter o mais pálido deslize. Quer dizer,

você representa efetivamente a esquerda, então, precisa dar o exemplo. A sua obrigação é essa.

*Hoje se fala muito em modernidade, mídia eletrônica etc. No passado, a televisão adiantava notícias que só saíam no jornal no dia seguinte; hoje, a internet coloca no ar em tempo real um enorme conjunto de informações. Qual o impacto dessa nova realidade? Há espaço para a mídia impressa? O historiador Clóvis Moura já lembrava que quando o telefone foi introduzido no Brasil foi usado para melhorar a repressão aos escravos fugitivos. Isto é, a modernidade a serviço do atraso...*

**Mino Carta** – Eu não havia pensado nisso, mas essa comparação com a prestação de serviços a que o telefone se prontificou a oferecer aos donos do poder é muito correspondente a isso. Pense na televisão, antes ainda dos computadores, da internet. Pense no que foi a televisão em termos de manipulação. Como se vê a manipulação... A vitória do Lula foi algo extraordinário, porque pela primeira vez, na minha existência, vi a vitória do candidato da oposição no Brasil para a presidência da República. E contra uma mídia muito fortalecida pela presença exatamente dessa tecnologia. Com manipulação diária, cujo resultado é a repetição dos mesmos conceitos. Todo mundo repete os mesmos conceitos, as mesmas idéias. Repete as mesmas palavras. Com isso se vê como a manipulação foi eficaz.

Isso é terrível para o Brasil. Como eu dizia, pela primeira vez na história do país vi a oposição ganhar contra essa mídia eletrônica, policiada por sistemas fantásticos, tecnologias avançadíssimas etc. Ganham. Sessenta e dois por cento do eleitorado votaram no PT. Isso é uma escolha complicada num país como o Brasil. Muito complicada e muito importante. E revolucionária. E o PT não entendeu. Ele não conseguiu... Não teve, a meu ver, nem inteligência, nem coragem para implementar um projeto diferente com todas as cautelas recomendáveis, com todas as precauções devidas para não naufragar logo. Mas, um projeto diferente. Mas

ele foi tão para baixo, ele caiu tanto que até do ponto de vista da operacionalização ele recorreu aos métodos dos outros.

*Como a CartaCapital consegue se manter nesse ambiente?*

**Mino Carta** – Eu diria que visamos a um público especial – não ousa dizer inteligente porque isso parece jactância. Como poderia ter sido o público do Retrato do Brasil, digamos. É um público que pensa. Não precisa, necessariamente, concordar com nossas idéias. Mas é o público que está disposto a nos ouvir. Portanto, em primeiro lugar, a escolha do público é muito clara. E não nos incomodamos, exatamente, em competir com quem tem tiragens fluviais. Não é esse o objetivo. Somos, a meu ver, incrivelmente honestos, muito honestos. Além disso, pagamos o que se deve pagar e não temos dívidas com ninguém e isso nos dá uma independência enorme. E conseguimos fazendo muita economia. Esses fatores conjugados explicam a presença de *CartaCapital*, que completa nesses dias, exatamente, onze anos – quatro como semanal. Também esse projeto foi sendo feito aos poucos, com muita paciência. Primeiro, fizemos uma revista mensal, durante um ano e meio. Depois, quinzenal, durante cinco anos e meio. E agora, semanal, há quatro.

*Minha impressão é de que o nível cultural dos jornalistas caiu muito nas últimas décadas. Há entre eles uma forte adesão a uma visão conservadora do mundo, um espírito novidadeiro e, cada vez mais, uma queda na capacidade de enxergar o conjunto...*

**Mino Carta** – Eu, infelizmente, nunca acreditei muito no jornalismo, porque o jornalismo é necessariamente superficial. Não há nunca – por causa do tempo e dos tamanhos – a perspectiva para entender bem o que de fato aconteceu. Mas a honestidade é questão central. Que você conte as coisas como as viu, deixando bem claro que aquilo que está dizendo é como você viu, mas que pode existir uma outra verdade. Isso me parece a tarefa mínima do jornalista. Para mim, não é este o jornalismo que está sendo

praticado no Brasil hoje. E o mundo de um modo geral está vivendo uma quadra complicada. Talvez estejamos vivendo uma espécie de Idade Média, no mundo inteiro. Com um império absolutamente inadequado, representado magnificamente pela figura – até mesmo caricata –, do senhor Bush, que é o nosso imperador. E talvez não nos damos conta disso. Agora, é sempre muito difícil, apesar de tudo, comparar o Brasil com outros países que avançaram. Não tenho dúvidas de que essa história da globalização conseguiu transferir para o globo males que eram nacionais, às vezes localizados. Há os ricos e os pobres. E os ricos vão viver cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. Só que isso foi transferido para o globo, que ficou muito pequeno, até em função dos avanços tecnológicos. Mas de qualquer maneira, para mim, certas comparações são sempre muito difíceis. Temos de pensar Brasil, então, quando dizem “a ideologia acabou” querem dizer o quê? Que a esquerda acabou, basicamente? Não sei; vai ver é mais difícil ser de esquerda em países onde a renda média per capita é de 25 mil euros e essa riqueza é bem distribuída. Mais ou menos bem distribuída, porque no fundo nós queremos o quê? A igualdade de oportunidades, que é fundamental. Agora, aqui, nem pensar. Então, se pensarmos exatamente neste país, não chegamos a US\$ 3 mil em renda média per capita – se fosse bem distribuída, mas não é. Um por cento da população detém 50% dos bens. Somos vice-campeões mundiais em má distribuição de renda. Esse é um dado do Banco Mundial, não uma invenção do Kremlin, de 50 anos atrás.

Por isso nós ainda somos, sim, um país medieval que precisa de ideologia. Um partido de esquerda num país como o Brasil – forte, aguerrido, capaz de até canalizar, para o melhor, as energias – é fundamental para fazer uma mediação com o povo sofrido que até hoje não se deu conta do seu sofrimento, que não tem consciência da cidadania. Se não houver um bom partido de esquerda é uma tragédia. Não é bom. É muito ruim para o país. E o PT jogou fora a oportunidade. E essas coisas não se repetem tão facilmente.

*José Carlos Ruy é jornalista e editor de Princípios; e Priscila Lobregatte é jornalista de A Classe Operária.*

# *Intrigas e golpes das elites no Brasil – os casos Vargas e Jango*

Augusto Cesar Buonicore



*Cena do golpe de  
1964: as elites em  
ação.*

O atual ataque das elites ao governo Lula dá continuidade a um histórico de ações contra a possibilidade de mudança e pela continuidade dos privilégios das elites entreguistas

### Vargas, Lacerda e o mar de lama... e de sangue

Na eleição presidencial de outubro de 1950, Vargas obtém 48,7% dos votos pela coligação PTB/PSP. O resultado não deixa de ser surpreendente, pois ele teve contra si a maior parte dos grandes órgãos da imprensa brasileira. No entanto, nas eleições para a Câmara dos Deputados a UDN, principal partido de oposição, elege 81 deputados; o PSD 112; e o PTB, sigla pela qual se elegera Vargas, apenas 51.

Assim, a governabilidade estava ligada à possibilidade de se estabelecer uma aliança entre PTB e PSD – ambos criados pelo próprio Vargas em 1945. O PSD acaba sendo o principal beneficiado da aliança. Na composição inicial do governo ele fica com quatro ministérios e ao PTB cabe apenas o do Trabalho. Também é garantido um ministério para a UDN, visando a neutralizar algumas de suas alas não antivarguistas. Ao PSP de Adhemar de Barros cabe apenas um – embora importante – o Ministério da Fazenda.

No ano anterior, quando alertado sobre os ataques que sofreria por parte da imprensa conservadora, Vargas responde incontinentemente: “Não preciso da imprensa para ganhar”. Seu interlocutor retruca que esta poderia não ajudar para ganhar, mas ajudaria a perder. Quem faz essa importante advertência é o jornalista Samuel Wainer, que estava no centro de uma das crises que atingiram o segundo governo Vargas.

Naqueles anos um jornal se destaca pelos seus ataques furiosos à candidatura e ao governo Vargas: o *Tribuna de Imprensa*. Ainda em junho de 1949, Carlos Lacerda, seu fundador e diretor, escreve: “O Sr. Getúlio Vargas, senador, não deve ser candidato à presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar”.

Consumada a vitória eleitoral, a oposição liberal-conservadora passa a utilizar maquinações golpistas para impedir a posse do novo presidente, alegando que ele não tinha conseguido maioria absoluta dos votos. A tese é absurda, mas conta com o apoio entusiástico da grande imprensa. O debate parlamentar se estende até a diplomação de Vargas pelo Supremo Tribunal Federal em janeiro de 1951.

Nos meses seguintes, a mesma imprensa usa a estratégia de não noticiar nada, fazendo descer um

manto de silêncio sobre suas realizações do governo. Na primeira reunião dos ministérios, por exemplo, apenas um repórter aparece: Samuel Wainer. Naquele dia consolida-se a idéia de criação de um jornal que defendesse o governo.

O silêncio da imprensa liberal-conservadora não demora a dar lugar a ataques sistemáticos. Inicia-se uma gradual e persistente campanha visando a isolar politicamente o presidente. O mote inicial foi a denúncia da corrupção que, segundo a mídia, tomava conta do governo. Mais tarde, seria o perigo da comunização ocasionado pela política demagógica do presidente. Os políticos da UDN, dirigidos por Carlos Lacerda, se tornam o pólo dinâmico da oposição golpista.

No entanto, surgiu um obstáculo aos planos das forças golpistas: o *Última Hora*, dirigido por Samuel Wainer. Este jornal, fundado em junho de 1951, é um dos poucos – se não o único – a dar apoio ao presidente. Sua linha editorial popular e nacionalista acarreta-lhe, rapidamente, grande aceitação e possibilita-lhe disputar espaços com os grandes jornais da época. Wainer escreve em sua biografia, “Eu era um estranho naquele mundo aristocrático, e eles fariam rigorosamente tudo para expelir-me”.

Não tarda muito para que uma onda de denúncias se levante contra ele. Surgem acusações sobre supostas relações ilícitas entre Vargas e Wainer. Alega-se, entre outras coisas, que o jornal havia sido financiado ilegalmente pelo governo, através do Banco do Brasil. A pressão da mídia leva a que em março de 1953 se abra uma CPI na Câmara dos Deputados.

Escreve Hélio Silva: “Eclodiu a mais violenta campanha que um jornal já sofrera (...) Coerente em sua posição de liquidar a influência nacionalista do Governo Getúlio Vargas (...) caberia agora à oposição derrubar mais uma pilastra em que se apoiava Getúlio Vargas, a imprensa situacionista, representada unicamente pelo *Última Hora*”. Lacerda tinha espaço aberto na Rádio Globo de Roberto Marinho e nos jornais da rede Diários Associados, de Assis Chateaubriand, e na recém-criada Rede Tupi de Televisão. No auge da crise, o líder da oposição golpista chega a ter uma hora diária na TV para atacar Wainer e Vargas. Lacerda brada sobre o “mar de lama” que tomava conta do governo. A CPI se arras-

ta por cinco longos meses – entre junho e novembro de 1953.

A obtenção de créditos de bancos públicos para empresas de comunicação era regra no país. Todos os grandes jornais – inclusive *O Globo* e a *Tribuna da Imprensa* – estão endividados no Banco do Brasil, mas isso pouco importa para a oposição. Por isso, o foco da CPI deveria ser centrado apenas sobre o *Última Hora*. A CPI contra Wainer se transforma num processo contra o próprio governo. Por se recusar a delatar seus financiadores privados – e envolver o presidente –, Wainer é preso por desacato ao congresso. No final do processo ele é acusado de favoritismo, *dumping*, concorrência desleal, falsidade ideológica, violação da ética profissional. O cerco conservador não consegue destruir o jornal que continua a cumprir um importante papel na resistência democrática.

A resposta de Vargas diante da ofensiva conservadora é buscar se aproximar de sua base popular. Em junho de 1953 João Goulart assume o Ministério do Trabalho. Em outubro de 1953 Vargas sanciona a lei que estabelece o monopólio estatal do petróleo; em 20 de dezembro denuncia os excessos na remessa de lucro das empresas estrangeiras instaladas no Brasil; e em janeiro de 1954 assina decreto em que estabelece um limite de 10% para remessas de lucros e dividendos para o exterior.

O ápice da radicalização ocorre em fevereiro de 1954, quando Goulart apresenta a proposta de reajuste de 100% no salário mínimo. Levanta-se um grande protesto da burguesia e dos setores conservadores da sociedade. A UDN lança um manifesto denunciando Goulart como subversivo; oficiais das forças armadas lançam o documento conhecido como “Memorial dos Coronéis”, na mesma linha do manifesto udenista. Setores da oposição liberal-conservadora conclamam abertamente um golpe militar para destituir o presidente Vargas. Ainda em fevereiro o governo ensaia um recuo e, no dia 22, destitui Goulart. No entanto, a destituição não aplaca a oposição de direita, apoiada pelo imperialismo norte-americano.

Logo eclode uma nova crise, quando é revelado um suposto discurso secreto de Perón afirmando que Vargas havia se comprometido em ingressar num bloco com a Argentina e Chile, para constituir um

pólo de resistência ao hegemonismo norte-americano no cone sul. O acordo é confirmado pelo próprio João Neves da Fontoura, que havia sido ministro de relações exteriores de Vargas. Naqueles anos de guerra fria defender uma política externa independente era quase um crime para as elites conservadoras.

Os deputados da UDN pedem nova CPI para averiguar as relações entre Perón e Vargas. O deputado-banqueiro Herbert Levy acusa Vargas de ter recebido dinheiro de Perón para sua campanha e Aliomar Baleeiro de “alta traição”. O líder da oposição Afonso Arinos apresenta uma proposta de impedimento do presidente. O *Tribuna da Imprensa* e outros órgãos de imprensa lançam campanha pela destituição de Vargas.

Diante da radicalização crescente da oposição, Vargas decide também radicalizar suas posições. No primeiro de maio faz um discurso no qual afirma: “Hoje vocês estão com o governo. Amanhã vocês serão o governo” e apresenta o decreto que reajustou em 100% o salário mínimo.

O processo de impedimento acaba sendo levado ao plenário da Câmara dos Deputados. Mas, não existia base jurídica ou política para a

*Jango no comício da Central do Brasil.*



destituição do presidente. Em 16 de junho de 1954, a proposta consegue apenas 35 votos, 132 deputados se absterem e 136 votam contra. Uma prova de que a oposição não poderia contar com a maioria do Congresso Nacional na sua aventura golpista e que seria preciso encontrar um outro caminho, extralegal.

A tentativa de assassinato do jornalista oposicionista Carlos Lacerda e a morte de um major da aeronáutica, ocorridas em 5 de agosto de 1954, são o pretexto para a deflagração do golpe militar. Apesar do envolvimento da guarda pessoal do presidente no atentado, as investigações feitas pelos próprios inimigos do governo não comprovam qualquer envolvimento de Vargas no atentado.

Os militares golpistas instalam um processo à revelia da justiça e do parlamento – é a República do Galeão. No Congresso a UDN e o PL solicitam novamente a renúncia. O golpe em marcha contou com o apoio do vice-presidente Café Filho, eleito pelo PSP.

No dia 9 de agosto, o *Correio da Manhã* pede a Vargas que renuncie. Afirma o jornal: “A renúncia do Presidente da República não significa uma derrota, nem uma humilhação. Deixará o governo sem ser deposto ou vencido (...) Um regime não é um homem, e está nas mãos do Senhor Getúlio Vargas o gesto patriótico de um sacrifício pessoal para que se mantenha de pé o regime e íntegra a constituição, juntamente com a ordem pública e a tranqüilidade dos espíritos”.

Em 23 de agosto os golpistas organizam em São Paulo uma grande manifestação exigindo a renúncia de Vargas. No mesmo dia os advogados paulistas lançam manifesto no mesmo sentido. O Palácio do Catete é cercado por uma multidão que também exige a renúncia de Vargas.

Quando chega a notícia de que os oficiais superiores das três armas também haviam apresentado um ultimato ao presidente e que o golpe estava consumado, uma multidão carrega Lacerda ao encontro do vice-presidente. Pela rádio Lacerda vocifera que a renúncia não bastava e que Vargas deveria “apodrecer na Base Aérea do Galeão” e, depois, vai comemorar com champanhe francesa a vitória que acredita ter conseguido aquela noite. Talvez, como o senador Borhausem,

espera ver livre da raça trabalhista pelo menos por mais 30 anos, mas erra no cálculo.

Os comunistas brasileiros, mesmo diante da ofensiva reacionária contra Vargas, não conseguiram ver grandes diferenças entre os dois grupos em luta. No mesmo dia do golpe contra Vargas o jornal *Imprensa Popular* publicou uma entrevista com Prestes na qual afirmava: “O Sr. Vargas já confessou repetidamente que não se sente bem nas suas roupagens de presidente constitucional, mas falta-lhe ainda a força indispensável para realizar o golpe de Estado, liquidar os últimos vestígios constitucionais e implantar a ditadura terrorista que almeja. Neste sentido, a ameaça maior vem da UDN, que cinicamente ainda pretende passar por oposicionista e que tem à frente um grupelho de generais fascistas (...) procuram apresentar-se como salvadores da pátria e pensam ainda poder enganar o povo, criar um ‘novo governo’ (...) que lhe permita, melhor que Vargas, realizar a política de traição nacional, de fome e reação impostas pelos trustes norte-americanos”. Ele concluiu que era necessário “defender a Constituição e impedir qualquer golpe de Estado e militar, venha de onde vier”.

Em 24 de agosto, diante do golpe militar já consumado, o presidente se suicida. As condições da morte e, especialmente, o teor antiimperialista da sua carta-testamento levam a uma rebelião popular nas grandes cidades brasileiras. As redações dos jornais e sedes dos partidos oposicionistas são atacadas pela multidão enfurecida. A massa tenta atacar a embaixada norte-americana, encarada como o centro do complô contra Vargas. O principal líder da direita antivarguista e pivô da crise, Lacerda, é obrigado a se esconder e depois deixa o país. Por sua posição anti-Vargas os comunistas também acabaram sendo alvos da fúria popular. No Rio Grande do Sul o jornal comunista *Tribuna Gaúcha* teve sua sede depredada. Mas, as massas nas ruas, sem direção, conseguem impedir que os planos udenistas se realizem e uma ditadura militar seja implantada.

Esses acontecimentos fizeram com que os comunistas modificassem sua tática. Eles passaram a se aproximar das massas e dos políticos getulistas. Um documento publicado logo após a morte de Vargas afirmava: “O momento exige que trabalhistas

e comunistas se dêem fraternalmente as mãos e que juntos lutem em defesa das leis sociais conquistadas”. Esta aliança seria muito importante nos anos que se seguiriam.

### Jango e o cerco das elites conservadoras

Em 25 de agosto de 1961 o país é surpreendido com a renúncia do presidente Jânio Quadros, depois de pouco mais de seis meses de sua posse. Imediatamente as forças conservadoras saem a campo para impedir a posse do vice-presidente constitucional, João Goulart. Os ministros militares lançam uma nota afirmando: “Na presidência da República, em regime que atribui ampla autoridade e poder pessoal ao chefe de governo, o Sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida alguma, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o País mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil”. A manobra golpista não é bem sucedida e o próprio Congresso, naquele momento, recusa-se a ser coagido.

Amplios setores sociais e políticos se posicionam contra o golpe. Destaca-se a ação de Brizola, governador do Rio Grande do Sul, que organiza um amplo movimento de resistência, che-

gando mesmo a distribuir armas para a população e a formar batalhões operários. O III Exército, sediado naquele estado fica do lado das forças legalistas. A sede da UNE, presidida por Aldo Arantes, muda-se para Porto Alegre. O Comando Geral de Greve organiza uma greve nacional em defesa da posse do Jango. O Brasil chega à beira de uma guerra civil.

Os grandes partidos conservadores, temendo pelo pior, apresentam uma solução de compromisso. A posse de Jango seria garantida desde que se modificasse o sistema político e se instituísse o parlamentarismo. Ou seja, desde que fossem reduzidos os poderes do presidente.

A emenda parlamentarista é aprovada por 236 votos contra 55 – dados pelos deputados de PTB e PSB e, no dia 7 de setembro, Jango sobe a rampa do Planalto tendo ao lado seu primeiro-ministro Tancredo Neves. Os comunistas caracterizam o novo gabinete como de conciliação: “conciliação para evitar que fossem colhidos os frutos da vitória popular. Conciliação com os imperialistas, conciliação com os golpistas”.

Ao PTB cabe apenas um ministério: o das relações exteriores, dirigido por San Tiago Dantas. Nos primeiros meses de governo ele restabelece as

relações diplomáticas com a URSS. Na Conferência da OEA em Punta del Leste, opõe-se às sanções contra Cuba e se abstém na votação da proposta de sua exclusão da organização – propostas feitas pelos EUA. O Ministério da Fazenda, no entanto, cabe ao banqueiro Walter Moreira Salles, que procura implantar uma



*Comoção popular no enterro de Getúlio.*

política econômica ortodoxa sugerida pelo FMI.

O parlamentarismo mitigado traz crises permanentes. Quando Tancredo renuncia, Jango tenta indicar San Tiago Dantas, mas ele é rejeitado pelos partidos conservadores. O outro nome sugerido – o do conservador Auro de Moura Andrade – conduz a uma greve-geral promovida pelo CGT. A saída encontrada é a indicação de Brochado da Rocha, deputado de centro com verniz reformista. Isso representa uma vitória dos setores nacionalistas e populares.

O novo gabinete apresenta a proposta de antecipar o plebiscito sobre o sistema de governo para outubro de 1962, quando se renovaria o congresso, mas é rejeitada. O CGT decretou nova greve geral e uma nova proposta de antecipá-lo para janeiro de 1963 acabou sendo aprovada. Nova vitória da esquerda trabalhista.

Nas eleições legislativas o PTB quase dobra o número de deputados federais: de 66 passa a 116. Os pequenos partidos aliados – nacionalistas e trabalhistas como PSB, PTN, PRT, PST, PDC e MRT – conquistam 49 vagas. Um aumento significativo das forças pró-reformas, se comparado à legislatura anterior. No entanto, representa apenas 40% do Câmara Federal – número insuficiente para iniciar as reformas desejadas. Do outro lado, o PSD conquista 118 cadeiras, a UDN 91 e os pequenos partidos conservadores conseguem 35. Ou seja, 60% da Câmara ficam nas mãos de forças conservadoras.

O resultado não deixa de ser alentador, tendo em vista o volume de dinheiro que é utilizado para eleger uma grande bancada conservadora. Todo o processo de aliciamento e corrupção eleitoral é comandado pelo complexo IBAD-IPES.

Além de financiar os candidatos que fazem oposição ao governo Jango, ele apóia e coordena a ação de grupos direitistas, como o Movimento Sindical Democrático, a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), a Federação dos Círculos Operários, entre outros. O IBAD/IPES chega a ter cerca de 500 membros, englobando quase 70% dos líderes da Fiesp.

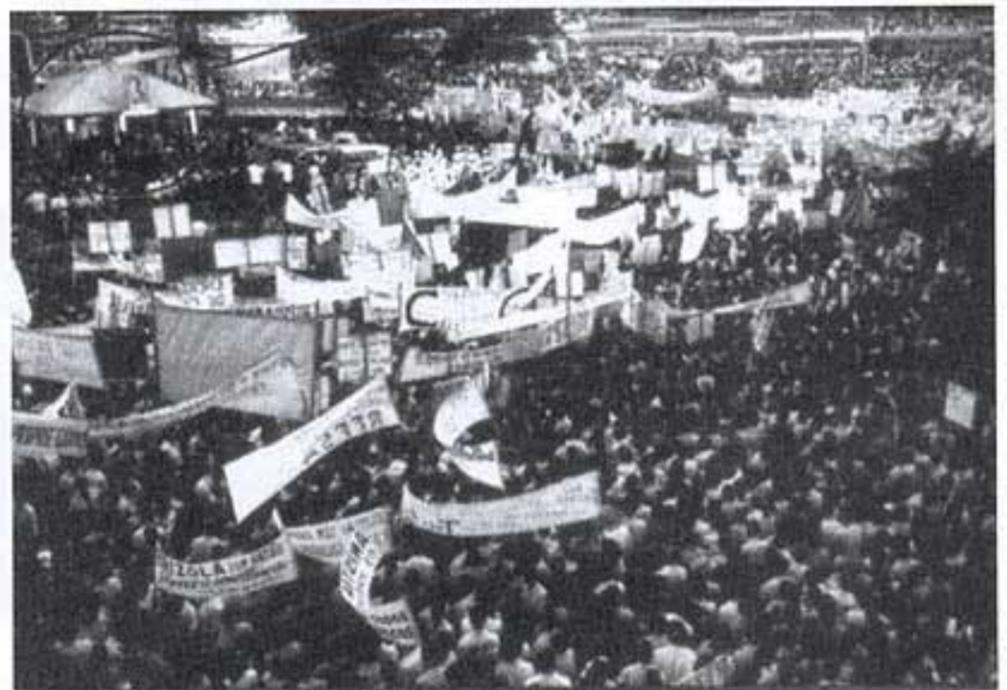
Seus fartos recursos provêm de doações

de empresas estrangeiras, particularmente norte-americanas, e nacionais. Entre as companhias estrangeiras que contribuem para os cofres do IBAD/IPES estão: Texaco, Shell, Esso, Coca-Cola, IBM, Hanna Mining Corp., General Motors, Souza Cruz, entre outras. Entre os contribuintes anônimos, a própria CIA. O dinheiro chega às mãos dos IBAD-IPES através do First National City Bank e do Royal Bank of Canadá. O escândalo é tão grande que é necessário abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito que acaba concluindo pelo fechamento do IBAD, acusado de corrupção eleitoral e política.

O quadro político é agravado pela eleição de Lacerda para o governo da Guanabara, Adhemar de Barros para o de São Paulo, Magalhães Pinto, de Minas e Meneghetti, do Rio Grande do Sul – todos opositores do presidente e ligados ao esquema golpista. Os setores nacionalistas elegem Miguel Arraes para o governo de Pernambuco e Mauro Borges para o de Goiás. A correlação, portanto, não é das mais favoráveis.

No plebiscito o presidencialismo conquista nove milhões de votos, o dobro da votação conseguida por Jango na eleição de 1960. O resultado cria a ilusão de que isso já representaria a vitória das próprias reformas, mas as coisas se mostram mais complexas e difíceis. No dia 23 de janeiro Jango reassume todos os poderes que lhe foram retirados na véspera de sua posse.

Um exemplo das dificuldades encontradas por



*O comício da Central do Brasil.*

Jango, por não ter maioria segura no congresso: a votação de uma emenda constitucional visando a facilitar a reforma agrária. O PTB apresenta, com apoio do governo, um projeto de emenda que permitiria a desapropriação de terras sem indenização prévia e em dinheiro. Em outubro de 1963 a emenda é derrotada na Câmara recebendo 117 votos (41%), contra 166 (59%). De um lado, dos 74 deputados do PSD presentes apenas cinco votam com o governo, dos 73 da UDN apenas um vota com o governo. De outro, todos os 85 deputados do PTB votam favoravelmente ao projeto.

Outro exemplo das dificuldades: a tentativa de decretação de Estado de Sítio, como resposta a uma provocação do governador direitista Carlos Lacerda. Este havia dado uma entrevista ao jornal *Los Angeles Time* criticando a passividade das Forças Armadas brasileiras diante de um governo “totalitário à moda latino-americana” e que “descambava para à esquerda”.

O pedido apresentado no Congresso Nacional sofre forte oposição dos partidos de direita e de esquerda. O CGT lança uma nota em que afirma: “Somos, por princípios, contrários ao Estado de Sítio porque entendemos que a manutenção e ampliação das liberdades democráticas são meios insubsti-

tuíveis e necessários às lutas contra os inimigos do Brasil e aos interesses do povo”. Sem apoio, Jango tem de retirar o pedido. Esta fraqueza presidencial foi a responsável pelo aumento do ritmo dos preparativos golpistas.

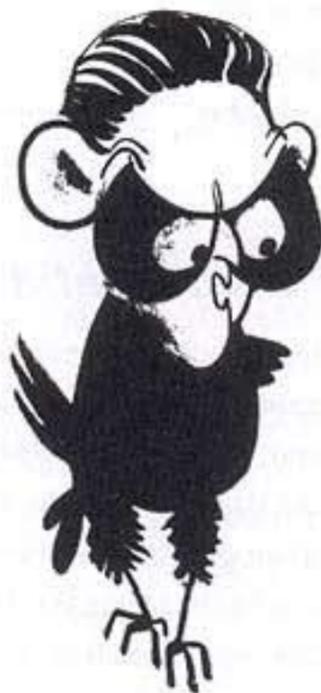
O PSD sempre teve uma posição ambígua em relação ao governo – isto se deve à contradição existente entre sua base social conservadora e sua origem varguista. Tenta flertar com o governo, tentando empurrá-lo para posições mais conservadoras. Conforme a crise política avança, a maioria do partido desloca-se para o campo da oposição golpista.

Nos últimos meses de 1963, Jango tenta organizar uma Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base que incluía o PSD. A proposta é rechaçada pela esquerda trabalhista (brizolista). A Frente Parlamentar Nacionalista tende a defender a proposta de Goulart, mesmo à custa de algumas concessões programáticas. A incapacidade de unificar a esquerda leva ao fracasso da ampliação da frente pró-reformas.

Diante da resistência crescente da direita, Goulart rompe a política de conciliação e adere à tese da frente de esquerda e nacionalista. Em novembro de 1963 sinaliza uma radicalização de sua política

## O Corvo

“O líder da oposição direitista, Carlos Lacerda, era conhecido como O Corvo. O apelido foi criado pelos jornalistas do *Última Hora* quando o viram todo de preto chorando ao lado do caixão do jornalista Nestor Moreira, morto numa delegacia de polícia. Ele não o conhecia, mas pretendia tirar proveito do ocorrido na sua campanha contra Vargas. Então, o cartunista Lan elaborou uma caricatura de Lacerda na forma de um corvo sombrio chorando ao lado de um caixão. O papel desempenhado na deposição e suicídio de



Vargas apenas fez com que a figura de Lacerda se associasse definitivamente àquela ave agourenta. Uma das características do lacerdismo, nas décadas de 1950 e 1960, era a constante tentativa de encobrir seu reacionarismo com uma retórica moralista. Através da bandeira de ‘luta contra a corrupção’, buscava angariar o apoio das classes médias urbanas, que acreditavam que o principal problema do Brasil era corrupção de seus políticos, especialmente os vinculados ao populismo varguista”. (AB)

reformista. O marco desta passagem, no entanto, é o comício de 13 de março na Central do Brasil, que reúne mais de 200 mil trabalhadores, no qual o presidente apresenta alguns dos seus decretos reformistas. A manifestação conta com o apoio de UNE, CGT, Ligas Camponesas, Frente Parlamentar Nacionalista e Frente de Mobilização Popular.

A direita não perde tempo e, em 19 de março, realiza uma gigantesca manifestação intitulada "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", que reúne cerca de 500 mil pessoas em São Paulo. Organizada por Igreja Católica, Fiesp, Associações Comerciais, Sociedade Rural Brasileira, diversos movimentos femininos e com o apoio ostensivo do governo do estado. Uma tentativa de dar base de sustentação para o golpe militar em preparação.

Nos dias seguintes a situação se agrava ainda mais. Em 26 de março eclode a Revolta dos Marinheiros e quatro dias depois Jango comparece à festa de aniversário da Associação de suboficiais e sargentos. A quebra da hierarquia militar é utilizada para galvanizar a opinião do conjunto da alta oficialidade e conduzi-la para os braços dos golpistas. Todos os grandes jornais – exceção do *Última Hora* – afirmam que a "ordem democrática" estaria ameaçada e que Jango preparava um golpe. Assim, fecha-se o cerco contra o governo.

Na noite de 31 de março tem início o golpe visando derrubar o presidente da República e o regime democrático. No dia seguinte, o presidente do Senado convoca uma sessão extraordinária e, com Jango ainda em território nacional, declara vaga a presidência da República. Sob o protesto dos parlamentares progressistas, empossa o deputado Raniere Mazzili. A grande maioria dos governadores,

assembleias legislativas e câmaras municipais apóiam a deposição de Goulart. Portanto, o golpe de 1964 não foi um mero complô militar, com apoio do imperialismo norte-americano, ele tinha sólidas bases nas classes dominantes brasileiras.

Como ocorrera em 1954 os comunistas, ligados ao PCdoB, não conseguiram ver as contradições que existiam entre o governo nacionalista de Goulart e o imperialismo norte-americano. Enquanto o conjunto das forças democráticas e nacionalistas se envolveu na campanha pelo plebiscito, defendendo a volta do presidencialismo, o PCdoB defendeu a abstenção. Assim, o Partido acabou se colocando no campo da oposição sistemática ao governo Goulart. Em julho de 1963 a manchete de *A Classe Operária* era "Nem Gorilas nem Goulart. Por um Governo Popular Revolucionário".

O golpe militar fez com que os comunistas fizessem uma autocrítica de suas posições esquerdistas. O documento "O golpe de 1964 e seus ensinamentos" reconheceu que se manifestaram no seu interior "tendências sectárias" que impediram que ele estabelecesse relações mais estreitas "com as correntes políticas democráticas" e cometesse "alguns exageros no combate ao que havia de errôneo na política do senhor João Goulart". Segundo o documento, estas tendências sectárias "obstaculizaram a maior participação do Partido no movimento democrático e antiimperialista e não permitiram que ele exercesse uma influência mais positiva nesse movimento".

---

*Augusto Cesar Buonicore é historiador e membro do Comitê Central do PCdoB.*

### **Bibliografia**

- BANDEIRA, Luís A. Moniz. *O governo João Goulart – As lutas sociais no Brasil: 1961-1964*, Ed. UnB/Revan, 2001.
- BOITO JR, Armando. *O Golpe de 1964: A burguesia contra o populismo*, Brasiliense, SP, 1982.
- D'ARAÚJO, Maria Celina S. *O Segundo Governo Vargas (1951-1954)*, Ática, SP, 1992.
- DREIFUSS, René. *1964: A conquista do Estado*, Vozes, Petrópolis, 1981.
- GOMES, Angela de Castro (org.) *Vargas e a Crise dos Anos 50*, Relume Dumará, RJ, 1994.
- SILVA, Hélio. *1954: Um Tiro no Coração*, Civilização Brasileira, RJ, 1978.
- \_\_\_\_\_. *1964: Golpe ou contragolpe?* Civilização Brasileira, RJ, 1975.
- TOLEDO, Caio Navarro. *O governo Goulart e o golpe de 64*, Brasiliense, SP, 1984.

# Os intelectuais também têm lado

Max Altman

**O plano de um dos lados, o da direita, é retornar ao poder e retomar sua política neoliberal de privatizações, de criminalização dos movimentos sociais, de perpetuação das desigualdades sociais, de submissão ao império...**

O “silêncio dos intelectuais” tem sido tema de controvérsia a ocupar generosos espaços na imprensa. Mas não estão silentes. Verifica-se que eles têm se pronunciado isoladamente em artigos e entrevistas e coletivamente lançando manifestos sobre a longa crise política que o país atravessa. A função do intelectual na sociedade foi tema de estudos de Gramsci e, segundo o pensador italiano, é exatamente a sua função social que define o intelectual como categoria. Cunhou a expressão “intelectual orgânico” como aquele que se envolve nos embates de seu tempo e adota posições conseqüentes com o seu pensamento ideológico em contraposição com o intelectual tradicional que se limita a transmitir idéias de predecessores sem se envolver com a conjuntura.

Os intelectuais, tanto os que se embrenham nas lutas sociais quanto os que se reservam aos gabinetes de estudo ou de trabalho, têm lado. Moldam a consciência ao longo de sua formação, adotam uma postura ideológica central, encarando os problemas, as crises, as transformações, as revoluções segundo esta visão. Quando mudam de lado, por força de

acontecimentos relevantes ou até por fatores subjetivos, mudam de ideologia. Passam a adotar um conjunto de idéias básicas que possam sustentar sua nova posição. Em contrapartida, há intelectuais que se aferram a princípios como dogmas imutáveis, pouco importando a dinâmica das transformações sociais ao seu redor e no mundo. Mas todos têm lado.

A sociedade humana evoluiu ao longo dos tempos dividida em classes sociais, portanto em interesses conflitantes, que em determinados momentos entravam em agudo conflito, produzindo revoluções. Intelectuais, filósofos, pensadores atentos ao processo histórico formularam suas doutrinas. Um dos pontos culminantes da história da humanidade foi a Revolução Francesa. Lá, no ambiente do hemiciclo da Assembleia Nacional, se cunharam as expressões esquerda e direita. À esquerda do plenário se sentavam os revolucionários, jacobinos – radicais – e girondinos – moderados. À direita, os defensores da monarquia – radicais – e os conservadores burgueses – moderados. Esta classificação ganhou enorme peso político e passou, com o correr dos anos, a definir os lados. Surgiram nuances, porquanto correntes político-ideológicas valiam-se dos fundamentos de um e outro lado. Daí nasceram as posições centro, centro-esquerda, centro-direita. Modernamente, o liberalismo, nas-

cido nos séculos 17 e 18 em oposição à monarquia absolutista, com Locke e Montesquieu como seus principais expoentes, constitui a base doutrinária, com todas as suas variantes, da direita. E o socialismo, surgido no século 19, tendo Marx e Engels como seus pilares, também com suas variações, é o fundamento ideológico da esquerda.

Na crise por que passa o Brasil, uma das grandes dificuldades mostradas pelos intelectuais é entender a essência dos acontecimentos. Necessitam para a sua formulação teórica de informações. Se não estão travando os embates diuturnamente, valem-se dos meios de comunicação. Ora, os grandes meios, impressos e eletroeletrônicos, pertencem a empresas privadas, defendem seus interesses de mercado e em situações definidoras com as atuais não se pejam em sustentar firmemente seu lado. Porém o fazem com inteligência e sutileza nem sempre percebidas, colocando os intelectuais em uma verdadeira dúvida racional decorrente da sua incapacidade objetiva de obter uma resposta ou chegar a uma conclusão. Grande parte de nossos intelectuais – e agora me refiro aos intelectuais de esquerda – não tomou consciência da desinformação e se deixou levar pelo espetáculo, pelas aparências, pela pressão e pelo terror midiático.

Outra grande dificuldade manifestada por boa parte de nossos intelectuais é compreender o exercício da política. Ela não se trava apenas no terreno da ideologia. A fim de construir uma correlação de forças favorável necessita de tática, precisa entender as manobras do inimigo, saber recuar e avançar em cada momento. Um verdadeiro jogo de xadrez porém com muito mais variáveis e muito mais dinâmicas. O exercício da política é um intrincado jogo que leva em conta situações objetivas mas se depara com questões subjetivas, até mesmo psicológicas e emocionais. Lida com questões de prestígio, vaidades,

interesses mesquinhos, traições, covardia, ressentimento. Tendo em vista os objetivos estratégicos, há composição de forças momentâneas outras mais duradouras. Numa sociedade complexa como a brasileira o antigo mistura-se com o novo. As épocas históricas emaranham-se umas nas outras. Os mesmos termos como “classe social” ou “dialética histórica” não têm o mesmo significado, não recobrem as mesmas realidades concretas. Outra questão incorretamente enfrentada é o da ética. Comportamentos

éticos podem dissimular grandes interesses. A grande imprensa em nome da defesa da ética contra eventuais ilegalidades ou irregularidades fere diariamente a ética jornalística, torcendo, distorcendo, mentindo, humilhando, intrigando, caluniando, praticando o linchamento de pessoas honestas, demonizando outras em nome de sua posição política. Honradez pessoal, honestidade no trato de bens materiais devem balizar o comportamento dos dirigentes de esquerda e é preciso ser muito rígido nessas questões. Mas a ética na política tem outras conotações. Há uma estrutura legal que favorece abertamente o lado dos que têm posses e enormes facilidades de angariar recursos para financiar as atividades dos partidos e correntes que lhe são favoráveis e que limita enormemente a ação dos que se opõe a eles. Essa deformação deve de algum modo ser rompida, valendo-se de uma reforma política e eleitoral que crie um mínimo de equilíbrio, o máximo de representatividade ideológica, barre os partidos de aluguel e resolva razoavelmente a questão do financiamento de campanhas.

Não se pode tolher divergências, a tolerância deve pautar nossas atitudes, mas nossos intelectuais devem entender que se avizinha uma feroz luta pelo poder. E que essa luta requer inquebrantável unidade de todas as forças do nosso lado. Apesar de terem seus interesses fundamentais preservados, as oligarquias brasileiras não toleram a presença de um presidente oriundo das camadas populares. Querem acabar com essa raça, a raça dos trabalhadores, dos

*Apesar de terem seus interesses fundamentais preservados, as oligarquias brasileiras não toleram a presença de um presidente oriundo das camadas populares.*

movimentos sociais, dos partidos populares, por um bom tempo, se possível para sempre. Tentam humilhar, desmoralizar e fazer sangrar o presidente Lula, destruir seu partido de sustentação, impedir de toda forma a reeleição. O plano do outro lado, da direita, é retornar ao poder e retomar sua política neoliberal de privatizações, de criminalização dos movimentos sociais, de perpetuação das desigualdades sociais, de submissão ao império e a preservação de seu secular domínio e de seus instrumentos de poder.

Começamos a romper o cerco. O espírito de resistência dos militantes do Partido dos Trabalhadores, de que resultou o êxito de sua eleição interna, foi o primeiro sinal. A eleição do deputado Aldo Rebelo com base numa sólida aliança do PT, PCdoB e PSB, para a presidência da Câmara transformou-se no marco da contra-ofensiva. Todos pudemos ver como a mídia reagiu à vitória do nosso lado, tentando desqualificar a Aldo Rebelo pessoalmente como um “coleccionador de fracassos”, falando de “rolo compressor” e “vitória de mensaleiros”. Contudo, esse tipo de reação demonstra a contundência da derrota. A direita apostou tudo na conquista da presidência da Câmara e perdeu. A mídia, com suas reportagens, seus editoriais, seus colunistas e blogueiros, ela sim, funcionou como um verdadeiro rolo compressor. E hoje demonstra todo o seu desespero porque tinham certeza de abocanhar mais esta fatia do poder. No entanto, nem a mídia nem os partidos por ela pautados irão desistir. Têm meios e têm força. Têm objetivos e não vão medir os métodos para atingi-los. Outra manifestação da contra-ofensiva é o acordo energético entre Petrobras e Petróleos de Venezuela firmado por Lula e Chávez, numa demonstração inequívoca de que optamos decididamente pela integração e soberania de nossas nações e pela autodeterminação de nossos povos, sem mais submissão aos centros mundiais de poder imperial.

É preciso ampliar o contra-ataque, somar forças,

*Nem a mídia  
nem os partidos  
por ela pautados  
irão desistir. Têm  
meios e têm força.  
Têm objetivos e  
não vão medir  
os métodos  
para atingi-los.*

trazer todo o campo progressista para a luta, consolidar a aliança PT-PCdoB-PSB, isolar os desertores e provocadores, saudar e apoiar a renovada disposição de luta das centrais sindicais, dos sindicatos, das entidades estudantis, das entidades populares, dos trabalhadores do campo e da cidade. Esses três partidos que defendem o socialismo como objetivo estratégico, embora com visões distintas, souberam unir-se para enfrentar uma batalha decisiva. Que se reúnam desde já e tragam as principais lideranças

populares a fim de elaborar um programa político comum que servirá de base à campanha presidencial de 2006 pela reeleição de Lula e derrota da direita. Que atraiam outras forças como os setores nacionalistas do PMDB e do PDT. Um segundo mandato de Lula deverá contemplar uma análise crítica do mandato atual, em seus mais distintos aspectos, em especial a política econômica.

Numa perspectiva histórica, é fundamental que as forças de esquerda e do campo progressista estejam fortemente unidas,

para a nobre tarefa da construção de uma sociedade mais justa e igualitária, em que o progresso da nação se reflita na melhoria das condições de vida, em que o crescimento econômico esteja acompanhado de forte distribuição de renda. Esta sociedade deverá ser radicalmente democrática, participativa. A reforma política deverá abrir espaços às manifestações da sociedade a fim de que sua força criativa emerja exponencialmente.

Para essa grande transformação é rigorosamente necessário uma grande base social de sustentação e uma elaboração teórica que defina, oriente e ilumine os caminhos. Para esta essencial tarefa os nossos intelectuais devem ser chamados a participar ativamente. Discutir, aprofundar o debate e construir uma competente fundamentação político-ideológica para este novo ciclo histórico.

*Max Altman é jornalista.*

# *Esquerdismo, doença senil dos sectários*

**Na atual crise, as forças conservadoras contam com os aliados de discurso esquerdista**

Altamiro Borges

**N**a grave crise política instalada no Brasil há cinco meses, os campos estão cada vez mais delimitados e a polarização se exacerba. Num pólo, as forças democráticas e populares que apóiam o governo Lula e que, mesmo criticando seus equívocos e contradições, enxergam nesta experiência sui generis a chance de o país superar o cancro do neoliberalismo. No outro, o bloco liberal-conservador que, derrotado na sucessão em 2002, agora investe sujo para retornar ao governo e para impor uma vingança maligna às forças populares que ousaram apeá-lo do poder. Ele almeja, de forma hipócrita e golpista, ver-se “livre desta raça por uns 30 anos”, segundo a confissão fascistoide e racista do banqueiro Jorge Bornhausen, presidente do PFL.

No meio desse fogo cruzado, dois partidos procuram se firmar como “a autêntica” oposição de esquerda – o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), organizado em 1992, e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que obteve seu registro legal em setembro último. Apesar da tímida diferenciação com a oposição liberal-conservadora, na prática, ambas organizações concentram sua artilharia pesada contra o governo Lula e fazem de tudo para fustigá-lo em cada batalha. Elas gastam bem mais energias, recursos e verve nesta oposição inflexível do que na crítica às manobras sorrateiras da direita. Não é para menos que a mídia burguesa, sob controle de nove famílias, tem dado generosos espaços para estes agrupamentos!

A recente eleição para a presidência da Câmara Federal evidenciou as gritantes contradições dessa

“tática”. Enquanto o bloco liberal-conservador se unificou em torno do candidato do PFL e o prefeito de São Paulo e presidenciável tucano, José Serra, chegou a liberar dois secretários para votar<sup>11</sup>, o PSOL orientou seus deputados a se absterem; já o PSTU repetiu o seu slogan do “Fora Todos”. A apertada vitória do deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP), que conteve a sanha direitista pelo impeachment do presidente, talvez até tenha sido motivo de tristeza para alguns que padecem há tempos do esquerdismo, a doença senil dos sectários! Partidários do quanto pior melhor, eles lamentaram o adiamento da “revolução”... ou da próxima eleição.

Enquanto o bloco PSDB-PFL lidera a oposição de direita ao governo Lula, pregando o seu “sangramento” ou “morte prematura”, PSTU e PSOL encabeçam uma agressiva campanha “de esquerda” com o mesmo intento. Eles até já se uniram em atos de rua com este objetivo, sempre com o alarde da mídia. A oposição é intransigente, sem perdão. Para o PSTU, agora é a hora de “pôr para fora este governo, este Congresso, o PT e a oposição burguesa. Fora Todos! Uma alternativa real para este país só virá com um novo tipo de governo e regime, com uma revolução socialista”<sup>12</sup>. Já o PSOL propõe um mecanismo institucional para derrotar o governo Lula. Defende “a convocação de um plebiscito nacional para que o povo decida pela antecipação ou não das eleições de 2006. A posição do PSOL é pela antecipação das eleições”<sup>13</sup>.

### Posição principista

Em linhas gerais, PSTU e PSOL têm avaliações similares sobre a natureza do governo Lula e a correlação de forças no Brasil e no mundo. Entretanto, divergem sobre a tática, a estratégia e a forma de organização partidária. Tanto que os dois partidos desenvolvem verdadeira guerra fratricida na disputa pela liderança da chamada “oposição de esquerda”. Nesta refrega, sobram discursos radicalizados. Mas, como já ensinou Vladimir Ilitch Lênin, “a fraseologia revolucionária é a repetição de palavras de ordem sem relação com as circunstâncias objetivas, ao sabor dos últimos acontecimentos... Palavras de ordem excelentes, que arrastam e embriagam, mas desprovidas de

base sólida, tal é a essência da fraseologia revolucionária”<sup>14</sup>.

No caso do PSTU, a oposição frontal ao presidente Lula se manifestou antes mesmo de este tomar posse. Já em novembro de 2002, num libelo principista, Mariúcha Fontana, editora do jornal deste partido, anteviu: “O governo Lula, por suas alianças e programa, será um governo burguês de submissão ao imperialismo”. Ela também não poupou o PT, que ainda abrigava os futuros idealizadores do PSOL. “Antes de chegar ao governo central, o PT já era um obstáculo para uma ruptura das massas com a recolonização imperialista, a exploração e a institucionalidade burguesa. Hoje, no governo central, o partido sofreu uma mudança de qualidade: passou a ser o agente direto da aplicação do projeto burguês e imperialista no país”<sup>15</sup>.

Desde o início, o PSTU apostou todas suas fichas no rápido desgaste do governo Lula, na súbita ascensão do movimento de massas e, lógico, no seu crescimento. Chegou a teorizar que, da mesma forma como os metalúrgicos do ABC paulista foram responsáveis pela retomada da onda grevista e pela criação do PT e da CUT, o funcionalismo público seria a vanguarda de um novo ascenso revolucionário que, como efeito, desaguaria no PSTU. A partir deste “otimismo voluntarista”, ele fez de tudo para demarcar os campos no interior das esquerdas, visando principalmente estimular fraturas no PT. Nem mesmo o MST, reconhecido por sua capacidade de mobilização social, foi poupado das ácidas críticas<sup>16</sup>. O ápice desta demarcação hostil se deu com a criação do Conlutas, numa ação tresloucada de divisão do sindicalismo brasileiro<sup>17</sup>.

A tática de “forjar um partido revolucionário de massas alternativo ao PT”, porém, não deu os resultados almejados. Os primeiros dissidentes petistas, que se rebelaram no triste processo de votação da regressiva reforma da Previdência, optaram por criar um partido próprio, num encontro realizado em junho de 2004, e decidiram excluir o PSTU, tachando-o de “seita sectária” adepta de uma organização “fossilizada, rígida e cristalizada”<sup>18</sup>. Para piorar, algumas lideranças do funcionalismo aderiram ao novo partido e o PSTU ainda perdeu vários quadros, inclusive de sua direção. O projeto de eleger a senadora Heloisa Helena em 2006 pareceu mais exequível e sedutor! As dife-

renças táticas e organizativas se tornaram abissais.

Diante do fiasco da iniciativa e dos estragos na sua base, o PSTU voltou suas baterias contra o PSOL. De possíveis aliados, os dissidentes petistas viraram inimigos figadais. Eduardo Almeida, um dos ideólogos da organização, não se cansa de rotular o novo partido de reformista, “sem opção programática de ruptura anticapitalista”, e eleitoreiro, “a serviço da candidatura de Heloisa Helena”<sup>101</sup>. José Maria de Almeida, presidente do PSTU, também critica a cópia do modelo petista de organização com base nas tendências. “A única liberdade é a dos dirigentes, parlamentares e figurões para fazer o que bem entendem, enquanto a base é chamada para fazer campanha eleitoral a cada dois anos”<sup>101</sup>.

### Pretensões eleitorais

Diferentemente do PSTU, que é uma organização ultracentralizada, o PSOL é quase um partido-frentista. No seu interior convivem, nem sempre harmoniosamente, umas dez correntes. Na sua executiva nacional provisória – composta por 15 integrantes –, ao menos oito deles já tiveram ligações com a mesma matriz do PSTU – a Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT), criada em 1982 pelo trotskista argentino Nahuel Moreno. Com dupla militância, atuam no Movimento de Esquerda Socialista (MES), da deputada Luciana Genro, na Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST), do deputado Babá, no Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL) e no Socialismo e Liberdade (SOL) – o mais recente agrupamento a deixar o PSTU.

Repetindo a controversa experiência do PT, do partido de tendências, o PSOL reúne desde intelectuais adeptos da luta processual pela hegemonia na sociedade, como os gramscianos Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder, até seitas trotskistas ultraesquerdistas. “Dentro do partido temos setores que se declaram reformistas e outros que se declaram revolucionários”, explicou Luciana Genro ao Correio da Cidadania. Já no encerramento do prazo eleitoral para troca de partidos, em 30 de setembro, o PSOL ainda recebeu cinco deputados federais e outras vertentes frustradas com o Processo de Eleições Diretas (PED) do PT.

Para evitar traumas, sua executiva nacional decidiu flexibilizar o estatuto, inventando uma tal de “filiação democrática” que permite aos novos integrantes não seguirem automaticamente as decisões partidárias. “O PSOL deixou claro que programa, estatuto e manifesto são provisórios, para ficar mais flexíveis para o ingresso de pessoas que querem discutir a nova agremiação. É uma filiação generosa que nos ofereceram, sem que isto implique desde já em um compromisso definitivo, porque nem eles têm cristalizadas as suas posições”, revelou Plínio de Arruda Sampaio, que ficou em quarto lugar na eleição petista e, logo depois, deixou o partido<sup>111</sup>. Tal decisão gerou mal-estar nos filiados que votaram na sua chapa e duras críticas.

Para o teólogo Leonardo Boff, os que saem do partido “agravam a dispersão das forças de esquerda que ficam enfraquecidas como alternativas às forças conservadoras”. Já o sociólogo Emir Sader acusou-os de “tomarem uma decisão eleitoralista, submetendo a sua decisão de saída do PT ao calendário eleitoral, para poder inscrever-se em outra sigla e eventualmente conseguir se reeleger”<sup>112</sup>. E o deputado Raul Pont, candidato ao segundo turno do PED, lamentou a precipitação. “Em vários debates, Plínio disse que apoiaria a candidatura da esquerda no segundo turno. As outras candidaturas desse campo firmaram o mesmo compromisso, caso ele fosse para a disputa. Ao retirar seu nome, ele enfraquece a unidade”<sup>113</sup>.

Em decorrência destes e de outros arranjos, o PSOL tem uma estrutura organizativa bastante frouxa, um programa genérico e uma estratégia difusa. O que garante amálgama ao novo partido parece ser o projeto eleitoral de 2006, com o açodado lançamento da senadora Heloisa Helena para Presidência da República. Essa “estranha combinação de ultra-esquerdismo e eleitoralismo”<sup>114</sup>, ainda aposta na adesão de vários petistas desiludidos com o PT e o governo Lula. Enquanto algumas correntes internas mais esquerdistas já sonham em “aproveitar a crise para lutar pela ruptura democrática e anticapitalista”<sup>115</sup>, outras bem mais pragmáticas ficam excitadas com os bons índices de popularidade da sua presidenciável no Ibope. Apesar das divergências latentes, todas vivem um clímax temporário!

## Arapuca da direita

O problema é que a burguesia também está atenta e as ilusões de classe costumam ser desastrosas. Por enquanto, o PSOL e mesmo o desidratado PSTU podem servir aos objetivos das elites de satanizar o PT e desgastar o governo. Enquanto o primeiro prega a convocação de um referendo revogatório do mandato do presidente Lula e o segundo esbraveja “Fora Todos”, tudo bem; está dentro do script golpista da elite. Nesta hora, como fulmina Emir Sader, a direita eleva “os dissidentes do PT a novos queridinhos da mídia, cedendo-lhes o espaço que negam para o MST, para o ataque ao neoliberalismo e ao capitalismo, contra o imperialismo e suas guerras, bancos e especuladores. E essas pessoas se deixam manipular pela mídia”.

Os que padecem do esquerdismo senil e os antipetistas desiludidos parecem não perceber que a estratégia da direita não se limita a trucidar o PT e a desgastar o governo Lula; ela deseja mesmo é aniquilar toda a esquerda política e social brasileira. Na hora certa, ela tentará colocar no seu devido cantinho os setores que hoje esbanjam a “fraseologia revolucioná-

ria” e que investem na construção da chamada “oposição de esquerda”, sem levar em conta a brutal ofensiva do bloco liberal-conservador, a natureza contraditória do governo Lula e a adversa correlação de forças.

Neste rumo, vale sugerir aos companheiros a leitura do editorial de agosto da revista *Primeira Leitura*, o mais influente e hidrófobo panfleto dos tucanos: “[Heloisa Helena] é o Jair Bolsonaro da esquerda. Só que ele é tratado como débil mental ideológico; ela como pensadora alternativa... Boa parte do que HH diz junta ignorância de causa com bobagem. Com mais rigor do jornalismo, teria uma reputação à altura do seu desempenho: não é menos folclórica do que o Dr. Enéas... [Mas] quero que ela saia candidata e leve os votos da esquerda – ou sei lá que gente é essa”<sup>(16)</sup>. O artigo grosseiro deveria, ao menos, servir de alerta para os desiludidos, os inocentes e os sectários.

*Altamiro Borges é jornalista, membro do Comitê Central do PCdoB, editor da revista Debate Sindical e autor dos livros Encruzilhadas do sindicalismo e Venezuela: originalidade e ousadia (Editora Anita Garibaldi).*

## Notas

- (1) Kennedy Alencar. “Intervenção do governo definiu a vitória”. *Folha de S.Paulo*, 29/09/05.
- (2) Eduardo Almeida. “Por um governo socialista dos trabalhadores”. *Jornal Opinião Socialista*, 15/09/05.
- (3) “Resolução Política da Executiva Nacional do P-SOL”, 18/08/05.
- (4) Vladimir Lênin. *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. Estampa, Portugal, 1971.
- (5) Mariúcha Fontana. “Governo Lula e os desafios da esquerda revolucionária”. *Revista Marxismo Vivo*, novembro de 2002.
- (6) Altamiro Borges. “O governo Lula e a ‘tática’ do PSTU”. Portal Vermelho, 1º/07/03.
- (7) Altamiro Borges. “Trotsky, o PSTU e a cisão da CUT”. *Revista Espaço Acadêmico*, maio de 2005.
- (8) Ruy Polly. “O velho sectarismo e o novo partido”; Guilherme Vargues. “Por que um novo partido de esquerda socialista e democrática”. André Ferrari. “Construir um partido de esquerda de massas”; Pedro Fuentes. “Una respuesta necesaria a ‘un vendaval oportunista recorre el mundo’”.
- (9) Eduardo Almeida. “O novo partido velho”, “Sobre reformistas e revolucionários” e “O novo partido, cada vez mais parecido com o PT”. *Jornal Opinião Socialista*.
- (10) José Maria de Almeida. Editorial do jornal *Opinião Socialista*, fevereiro de 2004.
- (11) Verena Glass. “Quatro deputados federais, Plínio Sampaio e Hélio Bicudo deixam o PT”. Agência Carta Maior, 26/09/05.
- (12) Emir Sader. “O PT morreu? Viva o PT”. Agência Adital, 27/09/05.
- (13) Marco Aurélio Weissheimer. “Pont quer novos rumos para o PT”. Agência Carta Maior, 27/09/05.
- (14) Emir Sader. “A esquerda e o governo Lula”. *Outro Brasil*, maio de 2005.
- (15) Roberto Robaina e Pedro Fuentes. “Aproveitar a crise para lutar por uma ruptura democrática e anticapitalista”. Portal do PSOL.
- (16) Reinaldo Azevedo. “HH”. *Revista Primeira Leitura*, agosto de 2005.

# Festa

## TU ÉS! O

**OLÍNDIA 2006**  
**1ª Capital Brasileira da Cultura**



Teatro de Mamulengo

Desfile de bonecos gigantes

Encontro de Papangus

Maracatu de Estandarte

# Olinda!

## BRASIL É!

*Olinda, o maior patrimônio histórico e cultural do Brasil, agora é, também, a primeira Capital Brasileira da Cultura.*

*Esse título, criado pelo Ministério da Cultura para promover e divulgar a diversidade cultural existente no Brasil, resgata símbolos esquecidos, reafirma a identidade cultural do povo brasileiro, valorizando e preservando o nosso patrimônio material e o imaterial.*

*Parabéns, Olinda. Parabéns, cidadão olindense. Parabéns, Brasil.*

*Olinda, primeira Capital Brasileira da Cultura. Nosso maior patrimônio é a cultura.*



e Virado

Passista de frevo

Caboclos de lança

Roda de Ciranda

## Os erros históricos do voluntarismo

Altamiro Borges

Além da similaridade na raivosa oposição ao governo Lula, o PSTU e o PSOL têm outro ponto de contato na leitura voluntarista que fazem sobre a atual correlação de forças no Brasil e no mundo. Isto talvez se explique pela forte influência exercida em ambos partidos das concepções do trotskista argentino Nahuel Moreno, fundador da Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT). Para a chamada corrente “morenista”, que parece sofrer do mal crônico do “otimismo voluntarista”, segundo corrosiva ironia de uma importante seção que rompeu com a LIT nos anos 1990<sup>11</sup>, a revolução socialista estaria sempre à espreita na próxima esquina. O menor sinal de resistência popular é encarado como “um vírus revolucionário”<sup>12</sup>.

Essa visão idealista – que coloca a vontade acima da realidade concreta –, parece derivar da leitura mecânica da obra mais famosas de Leon Trotsky, Programa de Transição, base para a criação da IV Internacional em 1938. Neste texto, seguido como bíblia pela “ortodoxia trotskista”, o autor é taxativo: “Os falatórios de toda espécie, segundo os quais as condições históricas não estariam ‘maduras’ para o socialismo, são apenas produto da ignorância ou de um engano consciente. As premissas objetivas da revolução proletária não estão somente maduras: elas começam a apodrecer... Tudo depende, antes de mais nada, da sua vanguarda revolucionária. A crise histórica da humanidade se reduz à crise da direção revolucionária”.

Um balanço mais detido da trajetória da LIT, matriz do PSTU e de vários grupos alojados no PSOL, deveria servir para tirar férteis lições de suas trágicas experiências. O “otimismo voluntarista” já conduziu esta corrente mundial a diversos becos sem saída, a graves erros políticos. Alguns casos são emblemáticos. Eles só confirmam que a avaliação incorreta da real correlação de forças pode resultar em graves derrotas e duros revezes para o movimento operário. Como ensina Vladimir Lênin, o segredo da tática revolucionária é a análise concreta da realidade concreta. É ilustrativo lembrar alguns desses episódios.

### Trágicas experiências

Um que ficou famoso, gerando irônicos comentários na esquerda mundial, se deu na **Nicarágua** em 1979. Em pleno processo revolucionário nesta nação centro-americana, a corrente morenista decidiu organizar a Brigada Simon Bolívar e enviar militantes de vários países para engrossar a guerrilha contra a ditadura de Somoza. Após a vitória da revolução sandinista, entretanto, esta brigada passou a fazer oposição aberta ao novo

governo de reconstrução nacional, taxando-o de “burguês e pró-imperialista”. Acusando o grupo de “provocador trotskista” e de fazer o jogo da reação e do imperialismo, a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) decidiu, em agosto de 1979, expulsar os seus membros não nicaraguenses do país<sup>13</sup>.

O Secretariado Unificado da IV Internacional – que na época ainda conseguia reunir o grosso das correntes trotskistas –, enviou então uma delegação a Manágua para averiguar o caso. Esta declara, em 3 de setembro, que “todas as atividades que busquem hoje em dia criar divisões entre as massas mobilizadas e a FSLN são contrárias aos interesses da revolução. Este é o caso, em especial, da Brigada Simon Bolívar. Numa situação política e econômica que exige a maior unidade na luta possível, a FSLN teve razão em exigir que os membros não nicaraguenses deste grupo saíssem do país” (Intercontinental Press, 24 de setembro de 1979). O deprimente episódio ocasionou mais uma fratricida divisão no trotskismo mundial.

Outro momento dramático na história da LIT – e das esquerdas em geral – se deu com a desintegração da URSS e do **bloco soviético**, a partir do final dos anos 1980. Na clássica tese trotskista, estes regimes seriam “Estados operários degenerados”, que demandariam “revoluções políticas” para retomar o curso socialista. Moreno, porém, tratou de “atualizar o Programa de Transição”, prevendo duas etapas nesta estratégia: a “revolução de fevereiro”, democrática, seguida da “revolução de outubro”, socialista. Com este esquema unilateral, que não levava em conta o complexo jogo de interesses no Leste Europeu, a LIT e suas filiais saudaram, eufóricas, os tristes episódios que resultaram na restauração da barbárie capitalista na região.

Em 1990, após seu III Congresso, a LIT esbanjava otimismo. “Do mesmo modo que os últimos meses significaram uma virada histórica para a humanidade, eles foram para a LIT o salto para ganhar influência em setores de massas (...) O trotskismo está vivo porque a revolução mundial matou o stalinismo e colocou em marcha a grandiosa luta de massas (...) Está se abrindo a hora do socialismo com democracia” (Correio Internacional, julho de 1990). Tamanho erro de cálculo custou caro. Como repisa uma seita rival “antes da destruição dos estados operários, o morenismo apoiou todos os movimentos que serviram de ponta de lança do imperialismo contra a URSS, como a reacionária guerrilha islâmica impulsionada pela CIA no Afeganistão (...) Na Polônia, reivindicou um governo de Lech Walessa e ‘todo poder ao Solidarnosc’”<sup>14</sup>.

Mais recentemente, esta corrente entrou novamente em

parafuso com os rápidos e turbulentos episódios da **Venezuela**. Seus seguidores se fragmentaram em vários pedaços. A maior referência do "morenismo" neste país, o ex-deputado constituinte Alberto Franceschi, é hoje um dos principais porta-vozes da direita; foi um dos líderes da tentativa frustrada de golpe em abril 2002; tornou-se um próspero produtor agrícola e um poderoso empresário do ramo de transporte. Na década de 1980, como líder do MIR da Venezuela, Franceschi foi peça-chave na fundação da LIT e, junto com Nahuel Moreno, escreveu as "Teses sobre guerrilha" (1986), um texto de polêmica com os revolucionários cubanos.

Já o seu sucessor na internacional "morenista", o Partido Socialista dos Trabalhadores (PST), esbarrou no sectarismo da LIT. Isto porque apóia o governo Hugo Chávez, mesmo mantendo a linha das "denúncias e exigências", outra invenção de Moreno. Esta postura gerou a ira de várias seitas trotskistas. "A posição do PST é tão vergonhosa que o seu próprio partido-irmão, o PSTU, denunciou que 'o conjunto da esquerda apoiou Chávez (...) e o fez sem denunciar o caráter populista e demagógico de seu programa'"<sup>51</sup>. Devido a essas fraturas, a LIT sucumbiu no país. Em documento recente, garante que Chávez "quer negociar com a direita e o imperialismo" e que "hoje não existe na Venezuela uma organização nacional no campo do proletariado com uma política revolucionária e classista, em oposição ao governo pela esquerda"<sup>61</sup>.

### Equívocos grosseiros

Outro trauma desta corrente provém da **Argentina**. Neste caso, a ferida é profunda e nunca se cicatrizou. Afinal, o "morenismo" nasceu nesse país. Nele, teve início da militância de Hugo Miguel Bressano como assessor dos Sindicatos dos Têxteis (AOT) e dos Trabalhadores em Frigoríficos Anglo-Ciabasa. Convertido ao trotskismo nos anos 1940, ele se projetaria com o nome de Nahuel Moreno. Sua militância foi marcada por vários ziguezagues, tanto que muitos o tacham de "camaleão político"<sup>71</sup>. Na sua trajetória, ele organizou vários partidos e foi o construtor do influente Movimento ao Socialismo (MAS).

Impregnado até a medula do "otimismo voluntarista", Moreno tentou várias vezes apressar artificialmente os fatos políticos, desprezando a correlação de forças. Com o fim da ditadura e a vitória de Raul Alfonsín, profetizou o imediato trânsito ao socialismo. "Estão dados todos os elementos para que triunfe a Revolução de Outubro", afirmou. Os equívocos aventureiros acabaram por implodir o MAS, o "partido-mãe" da LIT. Hoje a corrente "morenista" está reduzida a frangalhos, tendo a minúscula Frente Operária e Socialista (FOS) como filiada da LIT e

quase uma dezena de seitas trotskistas. Apesar disso, ela permanece com sua cegueira voluntarista. Após a revolta popular de 2001-02, ela concluiu: "Em nosso país se iniciou uma verdadeira revolução (...) que deixou em ruína o regime democrático-burguês"<sup>81</sup>.

Por último, neste breve balanço dos grosseiros erros da corrente "morenista", uma pitada de **Cuba**. Após um rápido namoro com a revolução cubana, Nahuel Moreno passou a tratar a "ditadura de Fidel Castro" como um feroz inimigo. Resoluções da LIT recomendavam incentivar a "revolução política" no país. Um renomado trotskista brasileiro chegou a dizer que "apoiaremos uma revolução que consideramos iminente contra o regime burocrático de Fidel (...) Achamos que é necessário lutar contra o Partido Comunista"<sup>91</sup>. Agora, quando os EUA conspiram febrilmente contra a ilha, a LIT volta à tona com os seus devaneios.

Mesmo com o governo cubano reconhecendo que faz concessões para manter as conquistas da revolução, ela insiste em desconhecer a correlação de forças. Enquanto a maioria da esquerda reafirma o seu apoio à ilha, a LIT condena suas recentes decisões judiciais. "As medidas repressivas do regime cubano merecem o repúdio, porque não são mais que medidas dirigidas a amordçar os trabalhadores e o povo, enquanto as medidas econômicas abrem as portas do país ao imperialismo europeu (...) Devemos dizer claramente que os socialistas não se confundem com o regime repressivo de Castro"<sup>101</sup>. Aplausos de George W. Bush!

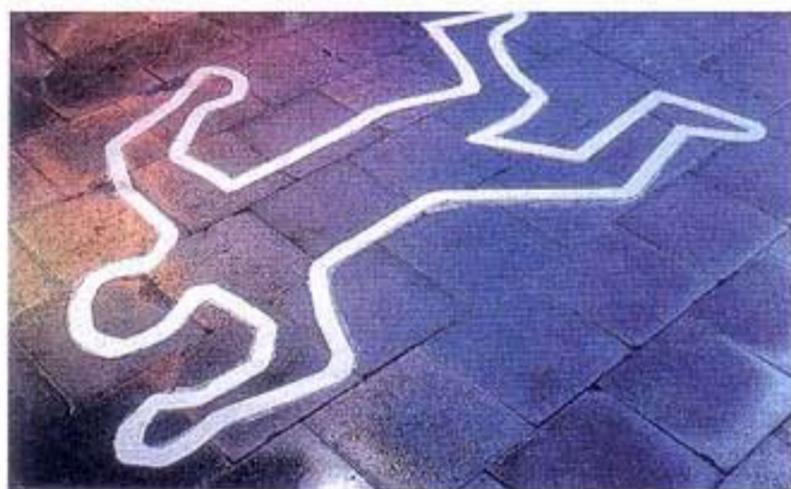
### Notas

- (1) Jean Philippe Dives. "Elementos para balanço da LIT e do morenismo". Documentos do MAS.
- (2) Joaquim Soriano. "O novo curso da Convergência Socialista", *Em Tempo*, julho/agosto de 1990.
- (3) Osvaldo Coggiola. *O trotskismo na América Latina*. Brasiliense, São Paulo, 1984.
- (4) "Fim da URSS, divisão da LIT e o legado de Moreno". Liga Bolchevique Internacionalista (LBI).
- (5) "A esquerda venezuelana é um apêndice do chavismo". *Boletim da Corrente Bolchevique pela Quarta Internacional (CBQI)*.
- (6) Américo Gomes. "Venezuela: revolução na encruzilhada". *Marxismo Vivo*, dezembro de 2002.
- (7) Osvaldo Coggiola. *Trotsky ontem e hoje*. Oficina de Livros, Belo Horizonte, 1990.
- (8) Alejandro Iturbe. "Estalló la revolución". *Correo Internacional*, n. 93, janeiro de 2002.
- (9) Ricardo de Azevedo. "Qual é a tua, Convergência?". *Revista Teoria e Política*, abril de 1990.
- (10) "Por que estamos contra os recentes fuzilamentos em Cuba". *Correo Internacional*, junho 2003.

# *Sim ao Desarmamento — apenas o início da caminhada*

**A violência, ainda que atinja todos os cidadãos, é especialmente danosa às massas populares**

Renildo Calheiros



**P**esquisas de opinião pública há muito atestam que a insegurança é a segunda maior preocupação do brasileiro – só superada pelo desemprego. Apesar dessa realidade, o debate em torno de políticas eficientes de combate à violência, muitas vezes, ficava na superfície e restrito a um universo reduzido de interlocutores. No período anterior ao Referendo de 23 de outubro de 2005, porém, a segurança pública esteve no centro das preocupações dos partidos e dos cidadãos.

Durante a campanha do referendo, o Partido Comunista do Brasil participou e defendeu o Sim ao desarmamento. Para o Partido, não se podia subes-

timar o referendo, sobretudo porque a violência, ainda que atinja a todos os cidadãos, é especialmente danosa às massas populares. Em 29 de agosto, a Comissão Política Nacional do PCdoB, oficializou essa posição em Nota, nela indicando o voto Sim ao desarmamento.

A Frente Parlamentar por um Brasil Sem Armas teve cuidado especial para evitar mistificações quanto ao tema. Tínhamos clareza de que, ao proibir o comércio de armas e munição, conseguiríamos atuar contra os crimes por motivos fúteis, mas, de jeito algum, eliminaríamos o problema da violência e da criminalidade em geral, ainda que houvesse a expectativa de reduzi-lo.

Quem desarma o bandido é a polícia. Por um lado, pretendíamos tão-somente prevenir acidentes e homicídios que acontecem, em geral, num universo de pessoas que se conhecem, que não possuem antecedentes criminais e que, em um gesto impensado, reagem à bala diante de conflitos corriqueiros do dia-a-dia.

Mas, por outro lado, tínhamos a percepção de que, no curso da campanha, teríamos oportunidade de provocar a reflexão em torno das questões de segurança pública. Sendo assim, teríamos oportunidade de envolver e comprometer a sociedade na busca de soluções duradouras no enfrentamento do problema do crescimento da violência. Isso, de fato, aconteceu.

A redução do número de homicídios, já com a campanha de entrega voluntária de armas, junto com a consolidação da cultura de paz no Brasil, são importantes conseqüências de todo esse processo.

No esteio dessa mobilização, é preciso levar adiante o debate sobre políticas públicas sérias que visem a enfrentar as causas que geram a violência. O que devemos sempre considerar – e esse é um grande aprendizado da campanha do referendo –, é que nenhum governo, por mais engajado que esteja nessa luta, poderá reduzir a criminalidade, sem que a população seja efetivamente incluída na solução do problema.

Neste artigo, farei um breve retrospecto da nossa contribuição desde o início do processo de discussão sobre a necessidade de restringir a venda de armas de fogo até a campanha do referendo. Tentarei ainda

esboçar algumas idéias sobre o diagnóstico da violência e propor outras tantas, que contribuam para a construção de políticas públicas que combatam a violência nas suas raízes ao invés de apenas atuar nas conseqüências desta mazela.

### Estatuto do Desarmamento

Para criar uma lei de restrição à venda de armas de fogo, em julho de 2003, foi instalada a Comissão Mista Especial do Porte de Armas. A matéria também estava sendo apreciada pela Subcomissão Permanente de Segurança Pública da CCJC do Senado. O parecer do deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), na comissão mista, foi aprovado em apenas 15 dias e acompanhou o substitutivo do relator da CCJC, senador César Borges (PFL-BA), que incluía propostas apresentadas anteriormente sobre o assunto. Na época vice-líder do governo, atuei junto ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, na construção de soluções de consenso.

Em 23 de julho de 2003, o Estatuto foi aprovado pelos senadores e enviado à Câmara, onde sofreu algumas mudanças. Por fim, os senadores revisaram as alterações e aprovaram a redação final em 9 de dezembro do mesmo ano. Em 22 de dezembro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 10.826, conhecida como Estatuto do Desarmamento, que começou a vigorar no dia seguinte.

Uma vez que 28 dos 37 artigos do Estatuto não eram auto-aplicáveis, o governo constituiu uma comissão que, após receber contribuições da sociedade, elaborou o texto da regulamentação. O Decreto Presidencial (nº 5.123) foi publicado no *Diário Oficial da União* no dia 2 de julho de 2004, começando a vigorar nessa data.

Dentre os principais pontos do Estatuto, destacam-se: restrição do porte de arma de fogo para o cidadão comum; aumento das exigências para a obtenção de autorização para a compra de arma de fogo; aumento da idade das pessoas que podem comprar arma de fogo (mínimo de 25 anos) e fim da comercialização das armas de fogo e das munições (se aprovado no Referendo).

O Estatuto previu uma Campanha de entrega voluntária de armas, que foi iniciada em julho de 2004. A expectativa era de que, até o final de outubro

de 2005, cerca de 500 mil armas de fogo tivessem sido retiradas das ruas – no dia 1º de setembro, haviam sido entregues, no total, 443 mil. A meta inicial era chegar a 80 mil. O resultado – muito acima dessa meta inicial – demonstra o engajamento da população com a idéia de que paz não combina com armas nas mãos de civis.

As informações estatísticas tiveram papel decisivo para o convencimento de amplos setores da sociedade sobre a efetiva eficácia da política de recolhimento voluntário de armamento de pequeno porte.

No Brasil, segundo pesquisa do Ministério da Saúde, a campanha do desarmamento provocou uma redução das internações hospitalares causadas por arma de fogo nos estados de São Paulo, de 7%, e do Rio de Janeiro, de 10,5%, entre janeiro de 2004 e fevereiro de 2005. Em São Paulo, foi notificada uma redução na taxa de homicídios de 18,5% no ano passado e 22% na capital. E em Pernambuco, segundo a Secretaria Estadual de Defesa Social, houve uma redução de 10,8% do número de assassinatos, comparando-se os primeiros 9 meses de 2003 e 2004.

No início de setembro, o Ministério da Saúde divulgou levantamento apontando que o índice nacional de mortes por armas de fogo caiu 8,2% no ano passado, na comparação com 2003. Isso representou 3.234 vidas poupadas. Pela primeira vez, em 13 anos, houve redução do número de mortos por armas de fogo no país. De acordo com a pesquisa, foram 39.325 mortes em 2003, contra 36.091 no ano passado, quando o governo federal iniciou a campanha. A redução foi verificada em 18 estados. Os que mais recolheram armas em números absolutos – como São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco –, observaram as maiores diminuições no número de mortos por armas de fogo.

Considerando, no entanto, a curva de crescimento do número de mortes por arma de fogo, um estudo da UNESCO – “Vidas poupadas - O impacto do Desarmamento no Brasil” – demonstrou que a notícia ainda fora mais alvissareira: 5.563 vidas foram salvas em 2004, se levamos em conta não apenas os valores absolutos do ano anterior, mas sim, esses valores corrigidos pela expectativa de elevação dos homicídios. O número absoluto de mortes caiu 8,2% – como se esperava que o número crescesse 7,2% em 2004 em relação a 2003, concluiu-se

ter havido uma queda de 15,4% no geral.

Segundo esse estudo da UNESCO, tal resultado foi consequência tanto da campanha quanto do Estatuto do Desarmamento.

## Referendo

O foco do debate da Frente Parlamentar Brasil Sem Armas foi mostrar que, embora a proibição do comércio de armas de fogo e munição não fosse suficiente para resolver a questão da criminalidade era uma forma de reduzir os homicídios por uso irrefletido de armas ou por acidentes com elas. Conflitos banais, muitas vezes, transfiguravam-se em tragédias pela simples presença de um revólver, de uma pistola.

Nos casos de brigas de trânsito, nos bares, nos campos de futebol, discussões entre familiares ou conhecidos, a tendência no calor da situação é usar a arma, se essa estiver à mão. Caso contrário, o conflito – vencido o impulso da reação imediata –, tende a arrefecer, sem que redunde em homicídio ou produza ferimentos graves. Além dos crimes por motivos banais, as armas de fogo também são responsáveis por um grande número de acidentes, muitos dos quais envolvendo crianças. Por dia, de cada três crianças atendidas em hospitais brasileiros com ferimentos por armas de fogo, duas delas foram atingidas acidentalmente por esses artefatos.

Apresentamos, ainda, pesquisa da Unesco, no Brasil, em 2002, na qual revela-se que os jovens também são as principais vítimas das armas de fogo. Trinta e oito vírgula oito por cento das mortes de jovens entre 15 e 24 anos de idade foram ocasionados por arma de fogo e 16% por acidentes de trânsito. Tais estatísticas colocam o Brasil no primeiro lugar em números de mortes de jovens nessas circunstâncias. Somos o país em que mais se mata e mais se morre por arma de fogo no planeta, diz a ONG Viva Rio.

E mais: ao compararmos armas de fogo com armas brancas percebemos que 63,9% dos homicídios são cometidos pelas primeiras, enquanto 19,8% são causados por facas e outras da mesma natureza. Outra estatística estarrecedora: a chance de morte por agressão com arma de fogo é de 75%, contra 36% com armas brancas.

Em quatro anos, de 1979 a 2003, meio milhão de

peças morreram no Brasil em consequência de tiro. Todas essas informações, e muitas outras, foram fartamente divulgadas durante a campanha da Frente Parlamentar Brasil Sem Armas, que antagonizou o debate com a Frente Parlamentar a Favor do Direito de Defesa, que defendia o Não à proibição.

### Ações Sociais

O referendo foi uma oportunidade única para que fossem discutidas ampla e profundamente as causas da violência e as formas de combatê-la. A desigualdade estrutural do capitalismo é o pilar que sustenta a “indústria da violência” que se abastece do enorme exército de jovens brasileiros postos à margem da sociedade.

Não podemos, portanto, pensar em políticas sérias de segurança, sem que seja colocado em xeque o modelo econômico e político do Estado Mínimo. E sem que afirmemos a urgência da reconstrução do Estado Nacional, que deve estar comprometido com a busca do desenvolvimento com justiça social e com o bem-estar do povo.

O crescimento da insegurança pública no país acompanhou a orientação neoliberal das políticas econômicas postas em prática pelas gestões que antecederam ao governo atual. E mesmo nas críticas ao governo Lula – ao qual apoiamos –, sempre reafirmamos a necessidade de ousar e romper com os resquícios de política monetarista da administração tucana.

Produzir superávits primários cada vez maiores, atendendo ao reclamo do mercado financeiro, e reduzir investimentos em infra-estrutura são medidas que conduzem, invariavelmente, ao aumento da exclusão social, do desemprego, das desigualdades regionais e, por consequência, da violência e da criminalidade.

Sem emprego, sem moradia, sem escola, sem segurança alimentar, sem acesso à saúde a juventude desfavorecida dos grandes centros urbanos torna-se alvo fácil do crime organizado. Onde não há Estado atuante sobra espaço para o Estado-Paralelo das corporações criminosas.

Portanto, esperamos reduzir as mortes e ferimentos por armas de fogo com a proibição do comércio de armamentos de pequeno porte, mas, só

iremos reduzir drasticamente as estatísticas da morte quando formos capazes de implementar políticas públicas de inclusão social. É preciso que a juventude tenha razões para acreditar no futuro. A esperança só vencerá o medo quando houver emprego, educação, habitação, saúde e, sobretudo, quando houver a percepção de que o Estado é presente e efetivo na defesa do cidadão. Para isso, as forças de repressão (as polícias) deverão ser bem treinadas e equipadas para proteger o seu povo.

Em paralelo, é necessário rompermos com a cultura de conivência com a corrupção, que degenera gerações inteiras e faz os jovens acreditarem que a virtude da retidão é para aqueles incapazes de se darem bem na vida. Precisaremos, ainda, lutar pelo fim da impunidade, na qual as leis só servem para proteger aqueles que dispõem de recursos para contratar caros advogados. A impunidade que distingue o bandido de origem rica e o bandido de origem pobre, oferecendo ao último, quase sempre, as grades e ao primeiro, muitas vezes, a liberdade.

### Conclusão

Feito o balanço das conquistas – a aprovação do Estatuto do Desarmamento, a campanha voluntária de entrega de armas de fogo e a realização do primeiro referendo, no mundo, sobre o comércio de armas –, só podemos constatar a vitória do povo brasileiro que reafirma sua vocação pacífica, mas jamais passiva. Ganha a sociedade que teve oportunidade de ouvir diferentes argumentos e idéias sobre a questão da segurança pública e, certamente, saberá cobrar dos partidos, dos políticos, das organizações não-governamentais posições e ações efetivas nessa área.

O Estatuto do Desarmamento ofereceu os meios legais e institucionais para o governo combater a violência. Mas, não há ilusões nem mistificações: isso não é suficiente. Só a redução das desigualdades sociais criará o ambiente ideal em que a violência e a criminalidade não conseguirão fincar raízes profundas na sociedade brasileira.

*Renildo Calheiros é líder da bancada do PCdoB na Câmara dos Deputados.*

# “Ascensão pacífica” da China como grande potência

A nova trajetória estratégica chinesa  
contempla suas condições nacionais e as adapta  
às tendências históricas

Zheng Bijian



**N**os últimos anos, o rápido desenvolvimento da China vem atraindo a atenção mundial. A implicação de vários aspectos do crescimento chinês – desde a influência crescente e a força militar até o aumento da demanda por suprimentos de energia – está sendo calorosamente debatida não só no âmbito da comunidade internacional, como na própria China. Assim, torna-se crucial entender corretamente as realizações da China e sua trajetória em direção a um maior desenvolvimento.

Desde o início da abertura e da reforma de sua economia em 1978, o PIB da China vem crescendo numa média anual de 9,4%, uma das maiores taxas de crescimento no mundo. Em 1978, a China representava menos de 1% da economia mundial e totalizava US\$ 20,6 bilhões de dólares em comércio exterior. Hoje, representa 4% da economia mundial e o seu comércio exterior é da ordem de US\$ 851 bilhões – o terceiro maior em termos mundiais. Ela também vem atraindo centenas de milhões de dólares em investimento estrangeiro e mais de uma trilhão de dólares em investimentos domésticos por organizações não-públicas. Há cerca de doze anos a China estava engatinhando nos serviços da telefonia móvel. Hoje, conta com mais de 300 milhões de assinantes de telefones celulares, maior que a população de várias nações juntas. Em junho de 2004, cerca de 100 milhões de pessoas tinham acesso à Internet.

De fato, a China alcançou a meta estabelecida em 1978: teve uma significativa otimização de bem-estar de seu povo, embora o seu desenvolvimento muitas vezes tenha sido estreito e desigual. Os últimos 27 anos de reformas e crescimento têm mostrado ao mundo a magnitude da força de trabalho da China, além de sua criatividade e poder de compra; seu compromisso com o desenvolvimento; e seu grau de coesão nacional. Uma vez mobilizado, seu potencial é a contribuição ao mundo como uma máquina de crescimento sem precedentes.

Não se pode esquecer, entretanto, de olhar o outro lado da moeda. O crescimento econômico sozinho não permite um quadro completo do

desenvolvimento global de um país. A China possui uma população de 1,3 bilhões de habitantes. Qualquer pequena dificuldade em seu desenvolvimento econômico e social tende a se espalhar sobre um grupo amplo, podendo-se transformar num enorme problema. A população chinesa ainda não atingiu o pico nem tem previsão de declínio até atingir, em 2030, 1,5 bilhões de habitantes. Além disso, a economia chinesa é ainda apenas 1/7 da economia dos EUA e 1/3 da economia japonesa. Em termos de per capita a China permanece como um país em desenvolvimento de baixa-renda, situando-se com dificuldade entre os 100 no mundo; por isso, seu impacto na economia mundial ainda é limitado.

Os imensos desafios no caminho do desenvolvimento, por ela ainda enfrentados, estão firmados nas dificuldades existentes para tirar a população da linha da pobreza. A escassez na disponibilidade de recursos naturais para servir a uma população imensa – especialmente energia, matérias-primas e água – é um obstáculo crescente, principalmente quando a eficiência do uso e a taxa de reciclagem de tais recursos são baixas. Os recursos hídricos per capita da China são a quarta parte do consumo médio anual e as áreas de terras cultiváveis per capita chegam a 40% da média mundial. Os recursos chineses em petróleo, gás-natural, em cobre e alumínio, em termos per capita, são da ordem de 8,3%, 4,1%, 25,5% e 9,7% das respectivas médias mundiais.

### Estabelecendo prioridades

Para as próximas décadas a nação chinesa estará preocupada com a seguridade e uma vida mais confortável e decente para o seu povo. Desde a 3ª Sessão Plenária do 11º Comitê Central do Partido Comunista da China, realizada em 1978, as lideranças chinesas vêm se concentrando no desenvolvimento econômico. Por meio dessas realizações, a China tem delineado uma nova trajetória estratégica que contempla suas condições nacionais, e simultaneamente as adapta às tendências históricas. Essa trajetória rumo à modernização pode ser chamada de “a trajetória do desenvolvimento para uma ascensão pacífica”. Na história moderna, algumas potências emergentes têm pilhado recursos

naturais de outras nações por meio de invasões, colonização, expansão, ou mesmo guerras de agressão, em grande escala. Longe disso, a emergência da China tem sido pautada por capital, tecnologia e recursos conseguidos por meios pacíficos.

A escolha estratégica chinesa mais significativa foi abraçar a globalização econômica, ao invés de manter-se afastada deste fenômeno. No final dos anos 1970, quando uma nova revolução tecnológica e a nova onda de globalização econômica foram se desdobrando como o grande acontecimento do momento, Pequim agarrou-se a essa tendência e reverteu as práticas equivocadas da Revolução Cultural. Com base no julgamento de que o desenvolvimento da China dependeria de seu lugar num mundo aberto, Deng Xiaoping e outras lideranças chinesas decidiram aproveitar a oportunidade histórica e voltar o foco de seu trabalho para o desenvolvimento econômico: fizeram reformas que significaram a abertura e o fortalecimento do mercado interno e a penetração nos mercados externos, além da implementação de sistemas de contratos internos nas áreas rurais e abertura dos portos de 14 cidades da costa, prenunciando um período de decolagem econômica.

Nos anos 1990, mais uma vez a China teve de fazer uma opção estratégica, devido à crise financeira asiática e subsequente disputa de forças em prol e contra a globalização. A decisão chinesa de participar da globalização econômica estava enfrentando um grande desafio. Mas ao pesar cuidadosamente as vantagens e desvantagens da abertura e projetando as lições da história recente, Pequim decidiu abrir a economia chinesa ainda mais, com a adesão à Organização Mundial do Comércio e o aprofundamento das reformas econômicas em âmbito interno.

A China baseou o processo de modernização fundamentalmente em seus recursos internos. Confiou nas inovações ideológicas e institucionais e na reestruturação industrial. Por meio da exploração do mercado interno em crescimento e da transformação da enorme poupança pessoal dos seus cidadãos em investimento, ela introduziu sua economia no novo momento. As capacidades de seus cidadãos estão sendo ampliadas e o progresso tecnológico acelerado. Mesmo ao tentar aprender e absorver produtos úteis de outras sociedades, inclusive dos países capitalistas avançados, a China vem mantendo sua independência e autoconfiança.

Ao ter como objetivo o crescimento pacífico, os dirigentes chineses esforçam para melhorar as relações da China com todas as outras nações. Apesar dos altos e baixos de suas relações com os EUA ao longo dos anos, bem como outras mudanças significativas na política internacional – como o colapso da União Soviética – Pequim prosseguiu acreditando que há mais oportunidades que desafios para o ambiente internacional de hoje.

*Mesmo ao absorver produtos do Exterior, a China mantém sua independência.*



## O caminho à frente

De acordo com os planos estratégicos da China, serão necessários mais 45 anos – até 2050 – para que ela seja considerada moderna e medianamente desenvolvida. A China enfrentará grandes desafios até chegar lá. Como descrito anteriormente, a escassez de recursos é o primeiro problema. O segundo aspecto abrange a poluição ambiental, o desperdício e a baixa taxa de reciclagem no país que, conjuntamente, formam um obstáculo maior para o desenvolvimento sustentável. A terceira questão é a falta de coordenação entre o desenvolvimento econômico e o social.

Este último desafio está refletido na série de tensões que Pequim deve enfrentar entre: o aumento do PIB e o progresso social; o desenvolvimento tecnológico e o aumento das oportunidades de emprego; desacelerar o desenvolvimento nas regiões costeiras e acelerá-lo no interior do país; o fortalecimento da urbanização e o cuidado com as áreas agrícolas; a diminuição da lacuna entre ricos e pobres e a manutenção da vitalidade e eficiência econômicas; atrair mais investimentos estrangeiros e ampliar os mercados domésticos e solidificar a independência nacional; a abertura da competição de mercado ou a proteção da população em desvantagem. Para obter sucesso no enfrentamento desses dilemas são necessárias políticas bem coordenadas, de modo a fortalecer o desenvolvimento rápido e bem equilibrado.

As políticas que vêm sendo aplicadas pelo governo chinês, diante desses três grandes desafios podem ser sumarizadas como três grandes estratégias – ou “três transcendências”.

A primeira delas é transcender ao antigo modelo de industrialização e implantar um novo. A antiga industrialização era caracterizada na disputa por recursos, por meio de guerras sangrentas e grande investimento, consumo de energia e poluição – na qual, para alcançar seus objetivos, a Chi-

na teria de prejudicar a outras nações e a si mesma. Ao invés disso, ela está determinada a criar um novo caminho de industrialização, baseado na tecnologia, na eficiência econômica, no baixo consumo de recursos naturais em relação ao tamanho da sua população, na diminuição da poluição ambiental e na otimização da alocação de recursos humanos. O governo chinês está tentando encontrar novos meios de reduzir a porcentagem de fontes de energia importadas pelo país e depender mais da própria China. O objetivo é construir uma “sociedade parcimoniosa”.

A segunda estratégia é transcender os meios tradicionais de emergência das grandes potências, como a mentalidade da guerra fria que definiu as relações internacionais ao longo de linhas ideológicas. A China não seguirá o caminho da Alemanha que conduziu à 1ª Guerra Mundial ou da Alemanha e do Japão que levaram à 2ª Guerra Mundial, quando esses países saquearam violentamente recursos e almejavam a hegemonia. Nem tampouco ela seguirá a trajetória das grandes potências disputando a dominação global durante a guerra fria. Pelo contrário, ela transcenderá as diferenças ideológicas num esforço pela paz, o desenvolvimento e a cooperação entre todos os países do mundo.

A terceira estratégia é transcender os modelos ultrapassados de controle social e construir uma sociedade socialista harmoniosa. As funções do governo chinês vêm se transformando gradualmente com a auto-administração suplementando a administração estatal. A China está fortalecendo suas instituições democráticas e o papel da lei e vem tentando construir uma sociedade estável baseada numa civilização espiritual. Para tanto, foram lançados vários programas ideológicos e de educação moral.

Podemos perceber várias forças dinâmicas para levar adiante as três estratégias. Por exemplo, há numerosos agrupamentos de cidades em vi-

*De acordo com os planos estratégicos da China, serão necessários mais 45 anos – até 2050 – para que ela seja considerada moderna e medianamente desenvolvida.*

goroso desenvolvimento nas áreas costeiras do leste e do sudeste do território chinês, além de outros similares que estão surgindo nas regiões do centro-oeste. Estas cidades constituem as locomotivas do crescimento e são os maiores centros manufatureiros e comerciais, absorvendo a mão-de-obra rural excedente. Apresentam também excelentes índices de produtividade, bom nível cultural, e experiência internacional acumulada que o restante da China pode absorver e aprender. A expansão da classe de renda média e o crescimento da necessidade de acesso aos mercados internacionais vêm em sua maioria destas regiões.

O excedente dos trabalhadores rurais na China – com fortes aspirações de escapar da pobreza – é uma outra força que impele a sociedade chinesa em direção à civilização industrial. A cada ano, cerca de 10 milhões de agricultores chineses migram para áreas urbanas, de maneira ordenada e protegida. Eles atendem cidades chinesas com nova produtividade e novos mercados e ajudam a pôr fim ao atraso das áreas rurais. Inovações na área da ciência e tecnologia e na cultura também têm levado a China rumo à modernização e à prosperidade no século 21.

O governo chinês estabeleceu metas para o desenvolvimento nos próximos 50 anos. O período divide-se em três estágios. No primeiro – de 2000 a 2010 – o PIB total deve ser duplicado. No segundo – que terminará em 2020 – o PIB total deve ser dobrado novamente. Neste ponto, estima-se que o PIB per capita alcance a cifra de US\$ 3,000. No terceiro período – de 2020 a 2050 –, a China continuará a avançar até que se torne uma nação socialista civilizada, democrática e próspera. Nesta ocasião, ela terá se livrado do subdesenvolvimento e estará equiparada às nações desenvolvidas no mundo, podendo então propagar ter sido bem sucedida ao atingir sua meta: a “ascensão pacífica”.

*O governo chinês estabeleceu metas para o desenvolvimento nos próximos 50 anos.*

*O período divide-se em três estágios.*

*No primeiro – de 2000 a 2010 – o PIB total deve ser duplicado.*

## Impacto no Mundo

O crescimento pacífico da China também abrirá sua economia de forma que sua população poderá servir como um mercado crescente para o restante do mundo, proporcionando maiores oportunidades – ao invés de representar uma ameaça – para a comunidade internacional. Alguns números ilustram a

sua contribuição atual para o comércio mundial: em 2004, as importações feitas pela China dos países membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático aumentaram cerca de 33,1%; do Japão por volta de 27,3%; da Índia 80%; da União Européia 28%; e dos EUA 31,9%.

A China não é a única potência que procura um crescimento pacífico. A sua integração econômica ao Leste Asiático contribuiu para mostrar à comunidade da região que é possível crescer pacificamente como um todo. Não estaria nos seus inte-

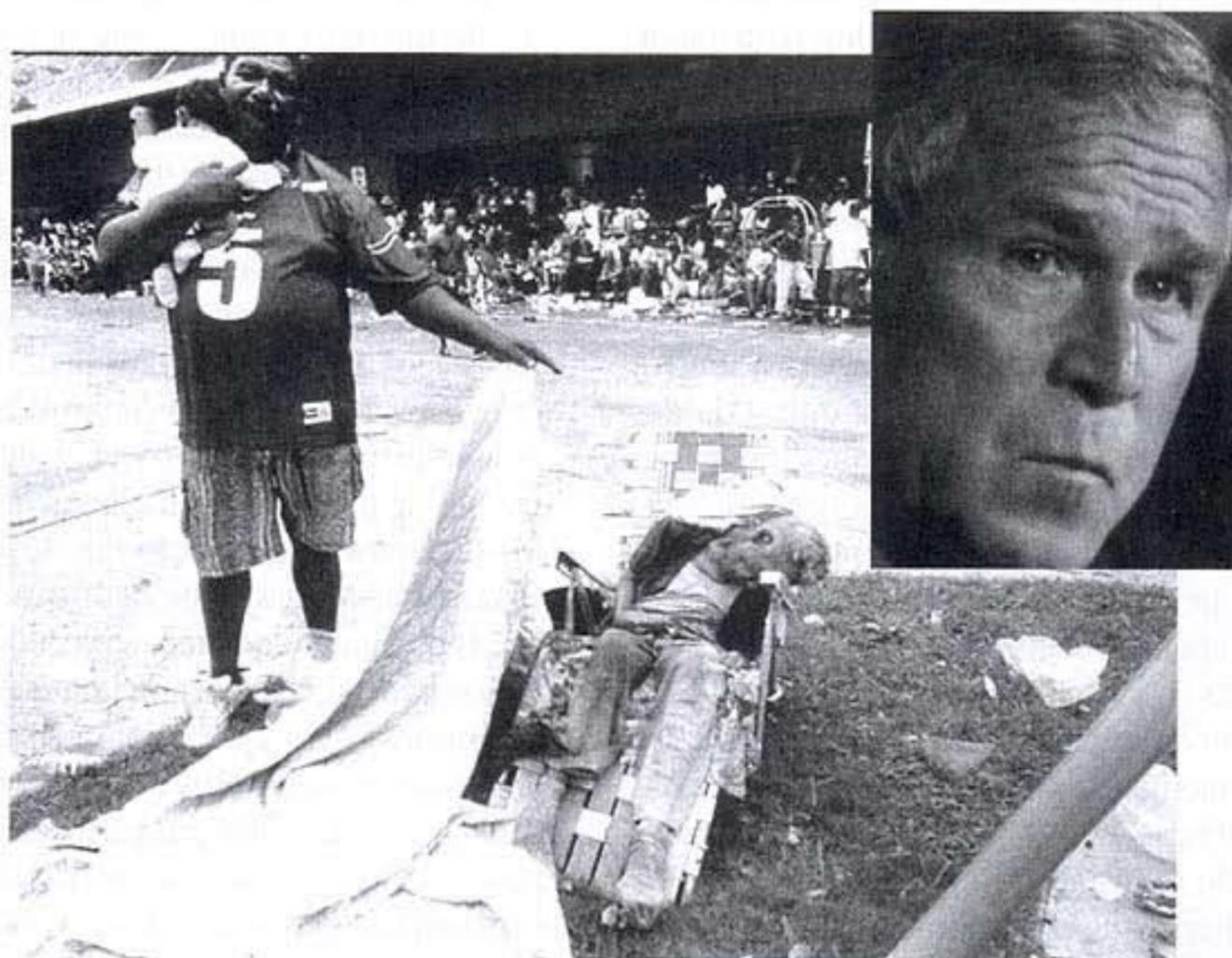
resses excluir os EUA desse processo. De fato, Pequim deseja que Washington jogue um papel na seguridade da região bem como nos questões econômicas.

O início do século 21 é testemunha de que vários países estão se desenvolvendo por diferentes meios, seguindo modelos diversos e com passos diferenciados. Simultaneamente, os países desenvolvidos crescem ainda mais. Esta é uma tendência que deve ser bem recebida.

A China não procura a hegemonia ou a predominância nos negócios mundiais, mas defende uma nova ordem internacional política e econômica que lhe permita realizar totalmente as reformas incrementais e a democratização das relações internacionais. O desenvolvimento chinês depende da paz mundial que, por sua vez, será reforçada pelo crescimento da China.

*Zheng Bijian é presidente do Fórum de Reformas da China. Publicada originalmente na revista Foreign Affairs, set./out. 2005, vol. 84, n. 5.*

# *Vergonha: o racismo está no coração do Katrina*



**Enquanto bilhões de dólares eram escoados para as abastadas corporações doadoras do Partido Republicano, dezenas de milhares de pessoas pagaram um preço muito alto pelo crime de Bush**

Joel Wendland

“O deio a forma como a mídia nos retrata”, disse o astro de hip-hop Kanye West na maratona da NBC para levantar fundos para a Cruz Vermelha nos esforços para auxílio às vítimas do Furacão Katrina. “Se aparece uma família negra, a mídia diz: ‘Eles estão saqueando’. Se a família for branca, o comentário é ‘Eles estão procurando comida’”.

West descartou o script escrito especialmente para o *show* e denunciou uma sociedade racialmente dividida, assim como a administração Bush, pelo fracasso em fornecer ajuda adequada, eficiente e rápida, no sexto dia da calamidade na cidade de Nova Orleans, cuja população é em sua maioria negra. West criticou também a ordem de “atirar para matar” dada pelas autoridades de Louisiana. Mais tarde, em outro noticiário, a NBC censurou a declaração em que West dizia que “George Bush não liga a mínima para a população negra”.

A população de Nova Orleans é composta de dois terços de negros e 28% de brancos.

Então, pode-se concluir como racista a motivação que levou Bush a cortar a verba que seria destinada ao projeto de contenção de diques, favorecendo a diminuição dos impostos pagos pelos ricos e a sua guerra contra o Iraque que, segundo a opinião da maioria das pessoas, fracassou no seu intento de tornar o mundo mais seguro?

A resposta certamente é sim.

A despeito da habilidade do presidente Bush em sorrir ironicamente e fazer piadas em várias das suas aparições públicas nos dias imediatamente posteriores ao início do furacão Katrina, as primeiras estimativas indicam que este pode ser o maior desastre natural da nossa história.

Entretanto, como noticiado pela grande mídia, o desastre não foi uma surpresa. Há anos, especialistas já vinham avisando sobre a possibilidade de uma catástrofe que seria causada por um furacão de categoria 4 ou 5 na Costa do Golfo. Na Louisiana, especificamente, as autoridades locais procuraram, imploraram e exigiram fundos federais para implementar projetos para a defesa contra furacões, verbas estas que poderiam ter evitado a inundação devastadora de Nova Orleans.

Entretanto, o governo Bush vem continuamente cortando as verbas para esses projetos. “Estamos avisando há muito tempo que só havia a opção ‘de pagar agora ou pagar mais tarde’”, declarou o republicano por Louisiana, Bobby Jindal, ao *Boston Globe*, após o furacão ter se transformado num desastre de causas humanitárias astronômicas. Robert Hartwig, economista-chefe do Instituto de Aviso de Sinistro de Seguros, teve sua opinião reproduzida nos Serviços de Notícias Newhouse no início de setembro: “Está ficando muito evidente que há um número enorme de vulnerabilidades que não estão sendo atendidas”. Toby Chaudhuri, diretor de comunicação da Campanha pelo Futuro da América, fez ecoar seu sentimento: “Este é um momento muito difícil para muitos de nós”, salientou, “mas não podemos nos esquecer de que da mesma forma que o Katrina foi um acidente, permitiu-se que a tragédia e o horror acontecessem. Isto não foi uma surpresa”.

Desde 2001, os programas nacionais para a mitigação de desastres, inclusive o Impacto do Projeto FEMA, um modelo-chave criado pelo governo Clinton, vêm sendo cortados, reduzidos ou sumariamente cancelados. Os cortes no orçamento federal para esses programas têm levado as comunidades de todo o país a lutarem pelas escassas verbas destinadas aos programas de preparação para desastres naturais. A Casa Branca aprovou a redução em 50% do Programa de Garantia de Mitigação de Desastres.

O orçamento de Bush para 2006 propõe cortes de verbas para o Corpo de Engenheiros do Exército. Esta organização vem ajudando a construir o sistema de diques de Nova Orleans e propõe inovações em 2004 e no início de 2005 para as quais não seria mais possível viver à custa da procura de verbas federais destinadas a outros fins. Esses cortes propostos, após a aprovação do orçamento federal de Bush para 2005, chegaram a 13% de redução do orçamento anual do Corpo de Engenheiros do Exército, que passou dos US\$ 4.6 bilhões em 2004 para US\$ 4 bilhões em 2005.

“Estou aqui há 30 anos e nunca vi corte de orçamento neste nível”, declarou à imprensa local, Al Naomi, gerente de projeto do Corpo de Engenheiros do Exército no distrito de Nova Orleans, antes da temporada de furacões de 2005.

“A situação financeira está tão difícil que houve um congelamento nas contratações, pela primeira

vez em 10 anos”, declarou em junho último Marcia Demma, chefe dos programas de gerenciamento do Corpo de Engenheiros do Exército.

“Acredito que isto seja uma extrema falta de visão”, alertou Mary Landrieu, senadora democrata por Louisiana, no início do verão. “Quando o Corpo de Engenheiros tem seu orçamento cortado, Louisiana sangra. Estes projetos têm caráter literalmente de vida ou morte para a população do sul da Louisiana e são de vital interesse econômico para toda a nação”.

O governo Bush desviou verbas para a “guerra ao terrorismo” e sua guerra contra o Iraque forçou os Estados a arcarem com muito mais responsabilidades para socorrer e apoiar a população em caso de desastres naturais e situações emergenciais. Infelizmente, os cortes orçamentários, estimulados pelos cortes nas garantias aos Estados, em diferentes níveis, significam poucas verbas para programas de gerenciamento de emergências. No ano fiscal de 2004, o orçamento médio para agências de gerenciamento de estado emergenciais foi de US\$ 40,8 milhões, uma redução de 23% em relação ao ano fiscal de 2003.

Numa medida que mostra a falta de preocupação de Bush com a urgência nos casos de desastres naturais, o presidente exige cortes de até 75% na porcentagem das verbas destinadas às unidades federais para as despesas com a prontidão no atendimento aos desastres naturais de grande escala, e referente a outros fundos dos Estados e municipalidades ocorreram cortes de 35 até 50%.

No caso de Louisiana especialmente, Bush rejeita o apelo feito por congressistas do Estado, que entraram com uma petição no início do ano para que se destaque uma verba especial do governo para tratar da região costeira do Estado. Recentemente, foi aprovado um acordo no valor de US\$ 540 milhões para Louisiana, a ser liberado nos próximos quatro anos – tal cifra está muito longe dos US\$ 14 bilhões que traduzem a necessidade do Estado. Em seu orçamento, o governo Bush propõe também apenas US\$ 10,4 milhões para o Projeto de Controle de Enchentes Urba-

nas no sudeste da Louisiana, um corte de mais de US\$ 21 milhões em relação ano anterior e cerca de um sexto dos fundos que as autoridades locais demandavam para o projeto principal de proteção contra furacões no sudeste da Louisiana. Da mesma forma, US\$ 35 milhões em projetos de construção de diques ou conservação dos já construídos, conforme indicação do Corpo de Engenheiros do Exército em Nova Orleans, simplesmente não foram alocados.

Em setembro de 2004, Terry Tullier, diretor da agência de atendimento de emergência de Nova Orleans, expressou sua indignação ao saber que um estudo sobre alocação de fundos em nível federal, para determinar meios de proteção contra furacões da categoria 5, fora arquivado. “Sou a favor dos esforços de guerra, mas cada vez que penso que US\$ 87 bilhões estão sendo gastos na reconstrução do Iraque, eu me pergunto: E quanto a nós?”, declarou ao *New Orleans' Time-Picayune*. Mais tarde, declara que um furacão em grande escala teria proporções enormes. “A situação é tão crítica que repercutiu em Nova Orleans, que

tudo que estiver deste lado das Rochosas sentirá as ondas do choque econômico”.

O reverendo Jesse Jackson, numa declaração feita após saber da amplitude da calamidade ocorrida em Nova Orleans, salienta: “A segurança da pátria significa mais que a remoção das pessoas até o aeroporto. O que exige que os nossos diques, barragens, rodovias, portos e estradas de ferro sejam seguros. Infelizmente, os cortes nos impostos pagos pelos ricos e os bilhões gastos numa guerra infrutífera e desnecessária contra o Iraque têm devastado nossa infraestrutura pública, forçando cortes na construção, proteção e manutenção dos diques de proteção”.

“A tragédia do furacão Katrina aponta para problemas muito antigos de sucateamento da propriedade pública, da nossa infra-estrutura e das nossas comunidades”, declara Greg Speeter, diretor executivo do Projeto de Prioridades Nacionais: “Em comparação aos US\$ 205 bilhões que o governo federal alocou para a guerra contra o Iraque a verba necessária para o

*“A tragédia do furacão Katrina aponta para problemas muito antigos de sucateamento da propriedade pública, da nossa infra-estrutura e das nossas comunidades”.*

desenvolvimento de infra-estrutura é uma ninharia”.

Em março último, quando os republicanos começaram a pressionar no Congresso contra a transferência de US\$ 59 bilhões para continuar a ocupação do Iraque, ou o orçamento superdimensionado de US\$ 285 para o projeto de lei das auto-estradas, ou o referente à distribuição de energia, com os seus US\$ 1,3 bilhões de cortes nos impostos pagos pelas poderosas companhias de petróleo, e o projeto de falências contra as classes trabalhadoras, o senador Landrieu alertou que estes cortes simultâneos nos orçamentos dos projetos antidesastres poderiam acarretar drásticas conseqüências para a Costa do Golfo. “Corremos o risco de ter perdido mais de 100.000 vidas, caso o furacão Ivan tivesse assolado a foz do rio (Mississippi)”, declara Landrieu. “Deus tem sido bom para conosco, qualquer dia destes um furacão enorme pode chegar e se os projetos não estiverem finalizados serem um alvo fácil e desprotegido”.

“Os recursos humanos e financeiros necessários pela Guarda Nacional para prevenção de desastres naturais estão aplicados no Iraque”, criticam prontamente as autoridades da Guarda Nacional e muitos políticos. “Perder o nosso pessoal é a pior coisa neste caso em particular. Precisamos do nosso pessoal”, disse o tenente Andy Thaggard ao *Washington Post*. Thaggard é o porta-voz da Guarda Nacional no Mississippi, que conta com uma brigada de mais de 4 mil soldados na região central do Iraque. Cerca de 3 mil soldados do destacamento da Louisiana também estão em Bagdá.

Além da diminuição em seu efetivo, os comandantes da Guarda Nacional reclamam também da falta de equipamentos. De acordo com o *Detroit Free Press* para equipar as tropas no Iraque, o Pentágono retirou das unidades das Guardas Estaduais cerca de 24 mil equipamentos, provocando dificuldades no funcionamento das unidades nos EUA. Com os resultados calamitosos do Katrina, muitas autoridades estaduais temem que a continuação da ocupação do Iraque terá um impacto negativo no recrutamento de pessoal e deixará seus estados ainda mais desprotegidos contra desastres naturais e incêndios florestais. Esta situação provocou críticas até mesmo por parte da bancada republicana. Mark Foley, parlamentar republicano da Flórida clama pelo retorno das tropas da Guarda Nacional da Flórida que se encontram no Iraque para trabalharem nas operações de recupe-

ração após o desastre e nas medidas de prevenção.

De acordo com estimativas do Projeto de Prioridades Nacionais, no ano de 2005, os contribuintes da Louisiana pagaram US\$ 1,7 bilhão em impostos que foram desviados para a guerra do Iraque – o Mississippi contribuiu com cerca de US\$ 919 milhões e o Alabama com US\$ 1,9 bilhão. Essas quantias não apenas poderiam ter sido distribuídas entre programas sociais nestes três estados, como também poderiam ter reconstruído e fortalecido o sistema de diques de Nova Orleans.

Enquanto alega-se não haver recursos suficientes para a proteção dos negros e trabalhadores residentes em Nova Orleans, segundo os argumentos da administração e dos parlamentares republicanos, são gastos mais de US\$ 24 bilhões em obras do governo para projetos de embelezamento das auto-estradas em 2005. As trilhas dos parques do estado do Maine também passaram por um processo de embelezamento, numa deferência especial aos *campi* universitários dos líderes republicanos do nosso país, além da caridade religiosa impostora das subvenções para “iniciativas com base na fé” que garantiram a atenção dos republicanos. De fato, de acordo com a matéria publicada pelo *Washington Post*, baseada no discurso do presidente do Congresso, o republicano Dennis Hastert, na Assembléia, cerca de 43% de todas as verbas federais de Illinois são destinados aos distritos com população branca e altamente consumista. De acordo com a imprensa e os observadores atentos e apartidários da ONG Contribuintes para o Senso Comum, em 2005, só o projeto das auto-estradas usou mais verbas do que as destinadas a todo o estado da Carolina do Sul.

Na verdade, desde 1999, quando tomou posse como presidente do congresso norte-americano, Hastert usa as regras pouco conhecidas do Congresso para destinar centenas de milhões de dólares para universidades, hospitais e outras empresas da economia privada apenas na sua cidade natal. Uma dessas manobras garantiu US\$ 7.5 milhões para a construção de uma biblioteca na Escola Fundamentalista Cristã, uma instituição privada; os fundos foram distribuídos pelo Departamento de Energia e sua finalidade identificada como sendo para “pesquisas biológicas e energéticas”. Há muitos indícios deste tipo de manobra feita sem o conhecimento e a aprovação da maioria dos congressistas. As operações de Hastert totalizam bilhões de dólares anualmente para um distrito que, em sua

maior parte, é bem sucedido financeiramente e não necessita ajuda direta e imediata do governo federal.

De maneira similar, o líder da maioria no congresso, Tom DeLay, embora esteja sob minuciosa investigação sobre o seu envolvimento em campanhas de atividades financeiras ilegais, não ficou muito intimidado em gabar-se sobre fundos governamentais desviados por ele para seu distrito, de população predominantemente branca. Apenas no projeto de rodovias de 2005, DeLay injetou cerca de US\$ 70 milhões em melhorias na pavimentação de estradas de rodagem na sua região, assim como US\$ 324 milhões para desenvolver o sistema de transportes públicos de Houston, especialmente nos subúrbios.

Mais notadamente, DeLay usa seu poder, na condição de líder da maioria, para destinar US\$ 1,5 bilhão como subsídio a um consórcio de companhias com sede em seu distrito, incluindo a petrolífera Halliburton Marathon Oil, entre outras grandes companhias. De acordo com a carta do congressista Henry Waxman (Democrata da Califórnia), membro do Comitê para Reforma da Câmara Alta, enviada em julho último para Hastert, DeLay aprovou uma medida após o fechamento da sessão para aprovação da verba final do projeto de lei sobre energia e os membros não tiveram chance de aceitar ou rejeitar a medida secreta.

Além desse claro abuso de poder, os fundos simplesmente são repassados ao consórcio que teria então o poder de distribuir a verba entre os contribuintes que, na verdade, não a necessitam, como pode ser comprovado. Em outras palavras, DeLay concede a si mesmo o poder de legislar em causa própria, e assim agindo, usa centenas de dólares para suas corporações amigas, fundos estes que teriam sido muito melhor utilizados na otimização do sistema contra enchentes de Nova Orleans. Como era de se esperar, as empresas integrantes deste consórcio são as que fizeram as maiores doações para a campanha de reeleição de DeLay.

Outros manda-chuvas do Partido Republicano, como Bill Thomas, da Califórnia, presidente do poderoso Comitê de Meios e Métodos para Habitação angariou

US\$ 722 milhões em projetos, ou seja, cerca de US\$ 1.000 por pessoa para a sua região, o distrito de maioria branca ao norte de Los Angeles. Esta cifra, de acordo com a ONG os Contribuintes para o Senso Comum, é de US\$ 180 milhões, maior do que a que todo o estado da Louisiana recebeu da totalidade do projeto de lei. Aparentemente, havia verbas para uma guerra ilegal, cortes nos impostos pagos pela população rica, enormes subsídios para as corporações doadoras do Partido Republicano, os projetos para proteção de animais de estimação, mas que não contemplam a proteção da população negra e da classe operária de Orleans de um desastre natural previsível. E, quem duvidaria de que –

se os especialistas tivessem previsto furacões ou outras tormentas naturais em Tallahassee na Flórida, Crawford ou Sugar Land no Texas, Aurora em Illinois, ou Kennebunkport no Maine –, o presidente Bush rápida e resolutamente trataria de proteger seus amigos, sua família, seus aliados políticos e todos os doadores históricos do partido republicano? Mas, ocorre que Bush nunca se preocupou com a população negra e pobre de Nova Orleans, ou de qualquer outra cidade nos EUA, como se fossem seus amigos, aliados ou sua família.

Para a política racista e contra a classe operária Bush corta verbas de Louisiana para compensar a isenção de impostos da classe rica e para a guerra pelo petróleo. Enquanto dezenas de bilhões são escoados para as abastadas corporações doadoras do Partido Republicano, dezenas de milhares de pessoas pagam um preço muito alto. Além disso, conforme estimativa inicial do Comitê Orçamentário do Congresso, 400 mil empregos serão perdidos na região da Costa do Golfo. O crime de Bush levanta a crítica por justiça e reparações aos prejudicados. Vamos lutar por um novo plano de governo para o Sul e pelas cidades onde as polícias racistas e contra os trabalhadores retiram grande parte das verbas necessárias para a criação de empregos, a educação e a rede de segurança social.

*“Os recursos humanos e financeiros necessários à Guarda Nacional para prevenção de desastres naturais estão aplicados no Iraque.”*

*Joel Wendland é editor de Political Affairs (EUA).*



# *Eleições na Alemanha*

Os desafios e conquistas da nova  
esquerda unificada alemã

Ana Saggiaro Garcia

**E**xiste um interessante paralelo entre a Alemanha e o Brasil neste momento: ambos passam por uma crise política que, por motivos muito diferentes, po-

de dar um novo rumo às esquerdas, tanto a institucional-partidária quanto a social.

Um governo que a princípio seria de centro-esquerda foi eleito sob grande esperança por mu-

danças de rumo da política conservadora e por uma política social que apresentasse soluções para a grande massa de desempregados, que desenvolvesse e fomentasse políticas ecológicas (principalmente passando da produção de energia nuclear para fontes de energia sustentáveis), enfim, com partidos que estariam do lado da classe trabalhadora, com fortes laços no movimento sindical, e provenientes de importantes movimentos sociais, como o movimento ecologista. O partido social-democrata (SPD) e o partido Verde (Bündnis90/Die Grüne) assumiram o governo em 1998 após 16 anos no poder do conservador-liberal, liderado por Helmut Kohl. Já no início de seu primeiro mandato, este governo chamado de “vermelho-verde” dava significativos sinais de sua verdadeira face: a importante figura da esquerda do SPD, o “keynesiano” ministro da economia Oscar Lafontaine abandona seu cargo no governo e no partido por estar em desacordo com as políticas conduzidas por Schröder e seus compromissos com grandes empresários. Também nesse primeiro mandato, a Alemanha põe, pela primeira vez após a Segunda Guerra Mundial, seus tentáculos militares para fora do país ao entrar através da OTAN nas guerras de Kosovo e Afeganistão. Esta política militarista e alinhada aos EUA é feita precisamente sob o “comando central” de um partido nascido do movimento pacifista, ecológico e antimilitarista, o partido verde.

Schröder se reelegeu em 2002 opondo-se à invasão do Iraque. No mesmo mês em que as forças imperialistas atacavam esse país, março de 2003, Schröder faz seu mais importante discurso no parlamento alemão, lançando seu principal programa: a chamada Agenda 2010. O que essa agenda representa é a consolidação do neoliberalismo a esse país: o total desmantelamento dos direitos trabalhistas, dos direitos sociais, a institucionalização da pobreza (com a dissolução da ajuda social e ajuda ao desemprego em uma só remessa que tem um valor bem abaixo dos até agora proferidos), a consolidação legal da precarização do trabalho e da vida (com o fomento a mini-empregos, empregos a 1,00 Euro/hora e inclusive a obrigatoriedade de se aceitar qualquer tipo de emprego sob perigo de sanções e cortes da ajuda estatal). Com isso, im-

portantes valores foram redefinidos: a população é chamada a mostrar mais “trabalho voluntário”, é exigido do indivíduo que assuma responsabilidade sobre sua própria condição social, e o conceito de justiça social é totalmente redefinido nos discursos políticos. Enfim, o existente Estado de Bem-estar Social é apresentado como um “fardo” carregado por aqueles que “realmente trabalham” e o(a) desempregado(a) é exposto(a) como “preguiçoso(a)”. Este pacote de “reformas” tem muitas medidas que não cabe serem detalhadas neste espaço. Importante é que elas foram introduzidas passo a passo, abafando a possibilidade de uma revolta e mobilização geral da população.

Essa estratégia, no entanto, não funcionou por completo. Ao anunciar o conjunto de medidas relativas ao mercado de trabalho, seguro desemprego e seguro social (subpacote “Hartz”, denominado pelo nome do presidente da comissão que o elaborou, o diretor da Volkswagen Peter Hartz), talvez o governo “vermelho-verde” não tivesse contado com a massa de desempregados e trabalhadores precarizados que ocuparam as ruas das principais cidades do leste da Alemanha durante o verão de 2004. Já antes dessas demonstrações de massa, mas ganhando força através delas, deu-se um processo de dissidência e desfiliação dos partidos no governo, principalmente por parte de membros de setores de esquerda do SPD e de sindicalistas filiados a este partido. Estes e alguns outros grupos formaram uma associação, que posteriormente adquiriu caráter partidário, denominada “Iniciativa Eleitoral Trabalho e Justiça Social” (WASG, sigla em alemão).

A WASG é composta principalmente por sindicalistas (especialmente do Verdi, sindicato unificado do setor de serviços) e dissidentes do SPD, mas também por membros de movimentos sociais, alguns membros de redes contra a globalização (como o attac) e até alguns grupos trotskistas. Ou seja, uma grande mistura que se uniu em oposição às medidas da Agenda 2010, especialmente o “Hartz IV”. Enquanto no Leste da Alemanha o PDS – partido do socialismo democrático, derivado do antigo partido unificado da ex-Alemanha socialista – ainda é a mais votada força de esquerda, a WASG vem conseguindo – mesmo que ainda de forma debilitada –, chamar a atenção de parte da população

na Alemanha Ocidental que costumava votar nos partidos do governo.

Em maio deste ano, ao perder as eleições no estado de Nordrhein-Westfalen e, com isso, a maioria da segunda Câmara Legislativa (Bundesrat), Schröder viu-se obrigado a pedir a antecipação das eleições parlamentares em um ano, e assim obter novamente legitimidade para seguir governando. Provavelmente, ele tenha contado com o despreparo de seus adversários, tanto de direita quanto de esquerda, já que a oposição conservadora ainda adiava a decisão sobre quem seria candidato e a esquerda se encontrava desunida e incapaz de mobilizar as massas e canalizar suas reivindicações de forma efetiva.

### **PDS e WASG criam lista conjunta: Partido de Esquerda, PDS**

O tiro de Schröder saiu de certa forma pela culatra. Não só a oposição conservadora lançou rapidamente a candidatura de Angela Merkel (presidente da CDU, uma personalidade da Alemanha Oriental), como as duas forças institucionais de esquerda – o PDS e a nova alternativa eleitoral WASG –, se viram obrigadas a adiar discussões e debates internos e a dar um passo ousado, fazendo uma aliança de esquerda com uma única lista eleitoral.

Este passo não foi fácil. Primeiro alguns impedimentos legais: a WASG não é partido e os dois

## *Eleições na Alemanha: conseqüências para a esquerda*

“A Alemanha votou. Só não se sabe em quem!”. Esta é a frase mais repetida na mídia alemã desde os resultados confusos das eleições antecipadas. No geral, o resultado foi bom para a esquerda: apesar de os partidos abertamente conservadores e neoliberais (CDU, CSU e FDP) terem maioria no Congresso, se fossem somadas as bancadas dos partidos tradicionalmente mais progressistas – o SPD e os Verdes – com a nova bancada do novo Partido de Esquerda teríamos um quadro anticonservador. Além disso, o SPD perdeu 4% e os Verdes 0,5% em relação às últimas eleições em 2002, demonstrando o descrédito de suas políticas liberais de dismantelamento dos direitos sociais e trabalhistas. O SPD foi obrigado, no fim da campanha, a apelar ao seu tradicional papel de “representante da classe trabalhadora, desempregada, ou precária”, argumentando que os partidos conservadores aprofundariam ainda mais a flexibilização das leis trabalhistas e sociais. E mesmo o partido liberal, o FDP, ter ganhado mais votos que antes (9,8%) se deve ao fato de os eleitores tradicionalmente votantes do CDU/CSU terem mudado para o FDP por não se identificarem com – ou mesmo por serem contrários a ela – a candidata Angela Merkel. Enfim, não se verificou, após essas eleições, uma maioria liberal-conservadora na Alemanha; pelo contrário, os votos foram por mudanças.

Contudo, nada mudou. Independente de qual coalizão for formada, o conteúdo das políticas neoliberais até agora seguidas não mudará. Elas deverão até se aprofundar. Mas uma voz parlamentar poderá fazer oposição a elas, canalizando as demandas vindas das ruas, das bases: a coligação PDS/WASG, formando o novo Partido de Esquerda, é a grande novidade no novo parlamento.

Quem foram os eleitores desse novo partido, que conseguiu 8,7% dos votos? De acordo com a pesquisa Infratest-dimap e a ARD, mais de 25% deles vieram do Leste, da antiga Alemanha socialista, e somente 4,9% do Oeste. Na sua maioria, os eleitores dessa coligação têm entre 35 e 59 anos de idade, são em grande parte desempregados/as (23%) e trabalhadores/as (12%). Ela foi eleita principalmente pelos temas “justiça social” e “mercado de trabalho”, e em regiões onde a taxa de desemprego é alta (20% dos eleitores nessas regiões). Os eleitores têm em sua maioria pouco poder de consumo e estão divididos entre lugares com pouca e muita densidade demográfica. Em toda a Alemanha, um grande número de votantes (970 mil) mudou seus votos do SPD para o Partido de Esquerda, bem como 430 mil não-votantes passaram a votar neste partido. Portanto, temos um quadro de eleitores de classes média e baixa, desempregados, de faixa etária alta e provenientes de uma tradição socialista. (Para dados mais detalhados sobre

juntos não poderiam formar um novo partido de esquerda às pressas em poucos meses, tendo o PDS, assim, de abrir sua lista para os integrantes da WASG se candidatarem. E muitos impedimentos políticos. Há uma grande oposição da WASG ao PDS na capital federal Berlim, onde ele está governando em aliança com o SPD e implementando medidas neoliberais de cortes (há inclusive divergências dentro do próprio PDS em relação a este governo). O PDS é um partido de programática socialista, grande parte de seus membros tem acima de 50 anos e vem da antiga Alemanha Oriental. Sua socialização provém, portanto, de um sistema que, apesar de todos os defeitos conhecidos, era anticapitalista. Já a maioria dos

membros da WASG tem ideais social-democratas, de preservação dos direitos trabalhistas e sociais num sistema de bem-estar social dentro do capitalismo. E, por fim, o muro de Berlim ainda ronda muitas mentes: há um preconceito a ser superado de ambos os lados, separando ainda a Alemanha em dois. Para dissidentes do SPD e dos sindicatos era impensável uma filiação ao PDS. Este partido não tem praticamente nenhuma representação no lado ocidental da Alemanha, ele não faz parte da cultura política desta geração. A grande maioria dos cidadãos e cidadãs de esquerda dos antigos estados federais alemães ainda liga o PDS ao regime autoritário da ex-RDA (República Democrática Alemã, parte ocupada

todos os partidos e regiões, consulte <http://stat.tagesschau.de/wahlarchiv/wid246/index.shtml>)

Existe dentro da esquerda social organizada na Alemanha, entretanto, certo ceticismo em relação à concentração de forças em torno de um novo partido político que, a seu ver, entrará no mesmo jogo que os outros, apelando ao pragmatismo para se manter no poder, abandonando os ideais e as demandas das bases e não alterando assim a correlação social de forças. Ao mesmo tempo, existe um descrédito e uma crítica ao parlamento e à democracia excessivamente representativa, como uma democracia de especialistas e técnicos, onde os partidos acomodam seu aparato burocrático, dando pouco espaço a um real poder popular. Mesmo fundamentadas, essas críticas não devem levar a uma total desestruturação da esquerda nos âmbitos institucionais e estatais. Muitas vezes as vozes de parlamentares do PDS, e agora do Partido de Esquerda, são os únicos tons mais progressistas dentro das comissões parlamentares onde são debatidas e decididas questões da maior importância – como o planejamento orçamentário, a participação em guerras da OTAN, direitos humanos, ajuda e cooperação internacional, medidas e políticas da União Européia, entre muitas outras.

De acordo com o Prof. Elmar Altvater em seu artigo para o semanário *Freitag* (“Das ewige Haar in der Suppe”, 16/09/05), os parlamentos perderam sua força na ditadura do mercado financeiro

e têm por isso jogado um importante papel na luta contra a globalização. Eles têm fóruns globais paralelos aos fóruns sociais e, na Europa, levaram adiante a luta contra o Tratado Constitucional Europeu em conjunto com as forças sociais. Sem uma representação parlamentar, sindicatos e movimentos sociais não conseguiram barrar o total desmantelamento do Estado de Bem-Estar Social feito pelo governo Schröder no último período legislativo. Talvez, com uma bancada de esquerda, essas medidas não passariam tão despercebidas.

Enfim, não devemos nos exceder nas expectativas de uma mudança na correlação de forças que leve a uma transformação social profunda. Este partido não tem forças para isso. Esta é mais uma questão de organizar e formar a militância e a população “de baixo” – uma massa de homens, mulheres e crianças sem formação, sem emprego e em situação de vida precária –, deixando às claras a decadência de uma sociedade que brilhou como potência econômica européia no período pós-guerra (e do lado oriental como país-chave da União Soviética) e, após a reunificação, mergulhou de cabeça no sistema capitalista neoliberal. Mas a re-fundação da esquerda institucional pode reforçar as articulações da esquerda social, introduzindo seus temas na opinião pública e canalizando suas demandas para dentro das instâncias estatais federais. (Ana Saggiore Garcia)

pelo exército vermelho após a Segunda Guerra), e o concebe como sucessor do antigo partido comunista unificado, o SED. Já do lado do PDS, existe a sensação de “pertença” e “reconhecimento do outro” no lado oriental que não é achada no lado ocidental. O impacto dos problemas sociais e de desemprego é bem maior e muitos não querem se juntar ao “reformismo” sindical e social-democrata. São preconceitos que demonstram um grande desconhecimento da parte de um e de outro, que provém de passados e socializações separadas, assim como da condução de vidas paralelas que muito pouco se cruzaram. Passar por cima de todos esses fatores e concorrer às eleições juntos em uma lista unificada, portanto, foi um grande avanço e uma grande conquista.

A campanha eleitoral do PDS e da WASG foi conduzida principalmente pelas Executivas dos dois lados. Importantes figuras “midiáticas” – como Gregor Gysi (PDS) e Oscar Lafontaine (recém-filiado à WASG) – foram os motores da aliança e da campanha, que podem ser vistas como uma “re-reunificação” alemã. As Executivas conseguiram convencer as bases de que é importante deixar os preconceitos e alcançar uma bancada parlamentar no novo mandato que – independentemente de quem assuma a chancelaria, os social-democratas ou os democrata-cristãos – será ainda mais neoliberal.

E o que diz a população? Apesar de boa parte ter votado no Partido de Esquerda (8,7% no total), principalmente no Leste (25%), dando a este partido uma boa bancada parlamentar de 54 deputados, a grande massa continua à parte de tais articulações. O maior desafio do Partido de Esquerda é a mobilização das massas, ou melhor, incluir o povo participando nesse processo de construção das alternativas que são importantes para ele, não para as elites. Com isso, deve-se propor uma “agenda social” baseada em um processo constante de participação democrática e popular, que corresponda às necessidades dos(as) desempregados(as) e “precarizados(as)”.

A formação dessa nova força unificada da esquerda institucional tem como maior desafio sua interação com a esquerda social, ou seja, com os movimentos sociais de base, e com a população, rompendo assim a tradição alemã da “expertcracia”, a democracia conduzida por especialistas, técnicos e políticos

profissionais de carreira. Para isso, é necessário primeiramente um processo interno de democratização, “horizontalização” e não-exclusão das bases.

A democracia representativa e a via parlamentar-institucional têm, cada vez mais, perdido credibilidade como instrumento de um processo transformador. Os movimentos sociais na Alemanha têm se mostrado céticos em relação ao acúmulo de forças concentrado na via eleitoral. Os sindicatos se encontram divididos: enquanto o IG Metall e o Verdi estão cada vez mais envolvidos, inclusive encabeçando postos dentro da WASG, a central sindical DGB – tradicionalmente ligada à social-democracia – demonstra-se oficialmente cética com o novo partido de esquerda e ainda acredita na luta por mudanças dentro do próprio SPD.

Em um recente artigo no jornal alemão *Frankfurter Rundschau* (“Weniger wird mehr sein”, 13/07/2005), o professor Ulrich Brandt nos lembra pertinentemente do fundamental: alternativas reais não vão surgir somente através de um partido ou um programa que tirarão votos do SPD e dos Verdes; elas surgirão através da transformação da correlação de forças sociais, da orientação dominante e de um projeto contra-hegemônico que vem se desenvolvendo paulatinamente. Segundo ele, para que um novo partido de esquerda seja representativo tem de “se retirar” – ou melhor, uma relevante re-fundação da esquerda é um processo mais amplo que a fundação de um partido e muito já vem acontecendo em termos de reflexões teóricas, formação e articulação nas bases dos movimentos sociais.

Portanto, a esquerda institucional não substituirá o processo difícil e necessário de uma luta social que tem lugar nas massas, nas bases, que se desenvolve na luta cotidiana e prática. Ela deve, sim, interagir. O novo partido de esquerda alemão deve ser um ator social ativo nessas lutas, canalizando as demandas populares para dentro do parlamento, sem instrumentalizá-las. A experiência peculiar do PT no Brasil serve de lição. Uma lição que infelizmente deu errado. Poderá a nova experiência da esquerda alemã apontar alternativas para a radical transformação da esquerda brasileira já em curso?

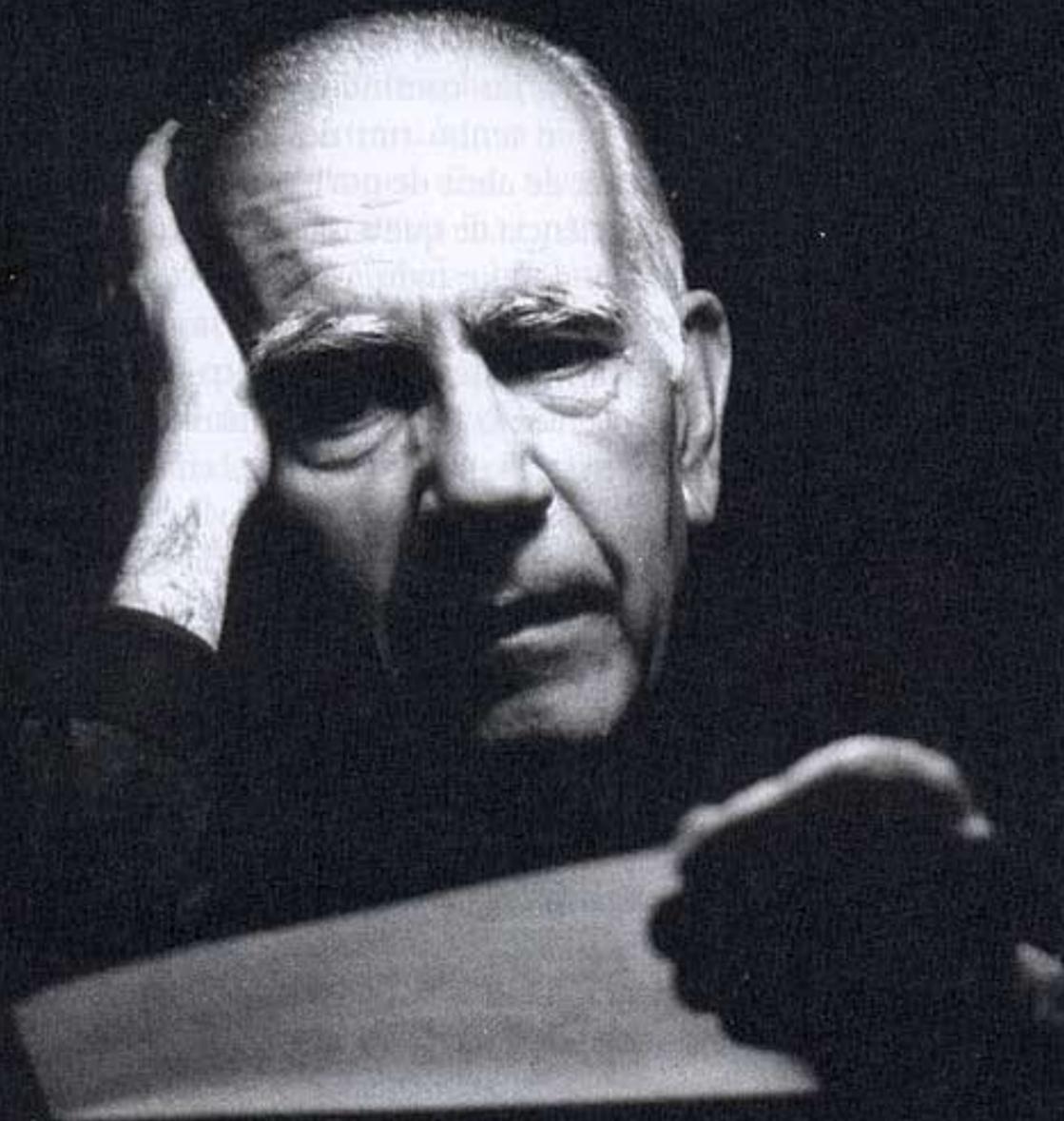
---

Ana Saggiaro Garcia é cientista política pela Universidade Livre de Berlim e assessora da Fundação Rosa Luxemburg em São Paulo.

# *100 anos de Érico Veríssimo – Criação literária e intervenção social*

Maria da Glória Bordini

Os processos criativos da ficção de Érico Veríssimo (que completa cem anos de nascimento), fundados no domínio da estética literária do século XX, tornam sua literatura uma agência transformadora da vida social



A popularidade da obra de Érico Veríssimo produziu um efeito danoso sobre a crítica que o escritor recebeu ao longo de sua exitosa carreira. Com mais freqüência do que seria desejável, o fato de seus textos serem legíveis e apaixonarem seus leitores levou jornalistas e historiadores a julgarem sua produção como literatura menor ou até de puro entretenimento. Se essa atitude revela, por um lado, um posicionamento elitista de alguns de sacralização do texto, ou ideologicamente prejudicado de outros, exigindo que Veríssimo comungasse das mesmas crenças, por outro, reforça a autoconsciência do autor que, ao longo de sua atividade literária, buscou constantemente informar-se do estado atual da arte, lendo os seus pares e estudando o que teóricos e críticos escreviam sobre o romance.

Em entrevista a Antonio Hohlfeldt<sup>(1)</sup>, em 1973, dois anos antes de morrer, ele informa, comentando uma recente viagem à França:

Graças ao professor Dionísio Toledo, encontrei-me com Roland Barthes, por exemplo, em um seminário. Atualmente, também é muito comentado o trabalho de Philippe Sollers com seu livro *Lois*, que se considera na Europa, no momento, um novo *Finnegan's Wake*, de Joyce. Mas, quanto a nós, de um modo geral a posição oficial do intelectual europeu é nos ignorar. Claro, eles devem ter falta de tempo para nos estudar. Quando a gente se encontra com uma obra como *Capitalisme et Schizophrénie*, de Gilles Deleuze e Félix Guattari, cujo primeiro volume eu comprei, *L'Anti-Oedipe*, a gente entende isso. Procurei então me atualizar um pouco adquirindo obras importantes como as de Lacan, o pós-freudiano mais importante da atualidade.

A busca de conhecimento em Érico – expressa na curiosidade de um autodidata pelos trabalhos mais avançados do pós-estruturalismo francês, à época mesma em que eram lançados – não é uma atitude momentânea. Nos seus cadernos de notas, há inúmeros resumos de leituras que o escritor efetua para armar seu processo criativo de olhares alheios, que indiquem outros rumos a sua arte. Nelas, desfilam nomes e idéias de grandes escritores, tanto modernos como pós-modernos, como Virginia

Woolf, Thomas Mann, Aldous Huxley, Albert Camus, John Barth, Bernard Malamud e de críticos e filósofos como René Huyghens, Mircea Eliade, Soren Kierkegaard, Martin Heidegger, Bertrand Russell, Herbert Read, Jean-Paul Sartre, Norman O. Brown, Ihab Hassan<sup>(2)</sup>.

Veríssimo não ignorava o que era feito no Ocidente em matéria de literatura ou de idéias, apesar de sua instrução formal não passar do nível ginasial. Leitor contumaz, ele percorria textos nacionais e internacionais, de diferentes culturas – embora com ênfase sobre as de língua inglesa – tanto literários quanto de ciências humanas e sociais, de modo que não se pode imputar-lhe a atitude ingênua do criador *ex-nihilo* que por vezes se imiscui em seus críticos. Se preferiu tomar certas direções, estéticas ou ideológicas, ele o fez de caso pensado, dentro das possibilidades abertas pelas diversas épocas em que se encontrava, convencido de que suas criações se produziam nos limites de sua própria capacidade de efabulação, mas que convinha estar informado do que os outros faziam, não fosse ele iludir-se com falsos méritos e esgotar a si mesmo. Uma atitude criativa como essa o acompanhou ao fim da vida, quando dizia “Eu continuo fascinado pela ficção (dos outros) e tenho um desejo danado de recommear, de ter de abrir de novo todo um caminho”<sup>(3)</sup>.

A consciência de que a criação literária não ocorre no vazio, de que todo escritor traz consigo uma bagagem de leituras e de história, tanto pessoal como coletiva, manifesta-se em Érico Veríssimo pela associação entre o trabalho do inconsciente, como origem, e o trabalho do artífice, como resultado. Segundo ele, “o processo de criação literária se opera no plano do inconsciente, repositório insondável de vivências, intuições, experiências...”<sup>(4)</sup>. Do impulso inicial, que lhe fornece um tema, uma figura, uma idéia, até a finalização do manuscrito, o processo criativo, para ele, exige liberdade social e preservação da individualidade, o que implica num determinado posicionamento quanto aos regimes políticos e a organização do Estado.

Nos seus depoimentos, Veríssimo enfatiza – em especial nos momentos de esmagamento da democracia –, que o clima de liberdade é fundamental para o advento da criatividade, a qual não consegue se exercer sob pressão e censura ou sob a uniformidade do

coletivismo, que anula a individuação. Em entrevista a Celito de Grandi, enfatiza ele: “Para que a cultura se possa desenvolver plenamente, para que haja estímulo a artistas e escritores, é indispensável um clima de liberdade. Não conheço nenhum caso na História em que governos autoritários tenham propiciado o aparecimento de boa arte e boa literatura.”<sup>(5)</sup>

Érico valorizava a singularidade de cada vida humana e possuía a consciência de que ninguém foge inteiramente dos condicionamentos de seu meio cultural, mas advogava o direito inalienável de manifestação livre, embora responsável. Freud já deixara claro o papel angustiante da civilização sobre o Eros, reconhecendo, porém, a necessidade da interação entre pulsões e limites para a constituição do social<sup>(6)</sup>. Veríssimo igualmente sentia dentro de si o ímpeto para o demoníaco, para a destruição e a morte – que o tornavam um satirista e um efabulador de guerras e crueldades –, contra o qual escudava-se no cuidado pelo outro e na criatividade: “É por amor à vida que a gente faz a arte. Multiplico minha vida na criação da de outros”<sup>(7)</sup>, confessa ele a Antonio Hohlfeldt em 1973.

O ato da criação – esse ato de desdobramento de si, de lançar-se para fora e acrescentar algo ao mundo, que antes não existia –, requer alto investimento pessoal, de ordem psíquica, intelectual e afetiva. Freud indica que ele determina reações de caráter homeostático, em que o artista busca recuperar ou manter sob controle a energia gasta<sup>(8)</sup>. Daí decorrem ritualizações, que favorecem o início ou a sustentação do processo criativo, a partir de experiências de cunho muito pessoal. Como tantos outros artistas Érico acreditava que a chamada “inspiração” é algo inefável, fugidio: “As idéias para os livros parecem vir no vento. É uma espécie de processo de polinização. Processo misterioso. O ficcionista não deve tentar compreendê-lo”<sup>(9)</sup>.

Todavia, a necessidade de expandir-se, de sair de si e incorporar o que não é o si, faz com que o germe da criação não possa ficar abandonado. Ele deve ser capturado constantemente pela repetição de certos

atos, os quais se provaram eficientes algum dia. No caso de Érico, eram atitudes como sentar-se à tarde no escritório, com roupas velhas, usar primeiro um papel mais simples, como o jornal, passar a limpo em papel melhor, à máquina, com três espaços para poder corrigir o texto nas entrelinhas, não usar estimulantes, abandonar o português e produzir esboços em inglês – “com isso, posso esquecer a forma e me concentrar na essência: os personagens e a história”<sup>(10)</sup> –, desenhar perfis de gente e ouvir música clássica pela Rádio da Universidade.

Dessa forma, ele se liberava dos usuais momentos brancos que afligem todo criador e que o impediam de levar adiante planos ou a escrita. Explica ele: “Esbarramos em vários muros. Alguns dentro de nós, outros fora. A linguagem que usamos é em geral deficiente, incapaz de descrever certos estados de espírito. E existe dentro de cada um de nós um terrível censor, que nos acompanha desde a infância”. Filho de um pai liberal e bon vivant e de uma mãe de espírito grave, educado num bom colégio protestante, em que, entretanto, perdeu qualquer fé religiosa que tivesse, o escritor guardava dentro de si contradições como a revolta e a empatia. Repugnavam-no, por violarem seu temperamento afável e ensimesmado e seus ideais humanistas, a injustiça e a violência que a história de sua cidade e de seu país continha, mas ele não hesitava em representá-las na sua crueza, como se constata em *O Tempo e o Vento* ou em *Incidente em Antares*.

O vaivém da criatividade implica forçar a linguagem a dizer, mesmo quando ela não o consegue. Por isso, é um processo simultaneamente eufórico e disfórico para o criador, provocando prazer e dor. “Se penso nas personagens, elas nada me dizem. São sombras vagas sem face nem alma. De repente, tudo volta como uma onda cálida que me envolve. E recomeço a escrever como um possesso”<sup>(11)</sup>. De fato, Érico era capaz de escrever por dias e semanas seguidas, imerso no mundo de suas personagens. Mas essa devoção ao processo criativo não o impedia de dar atenção ao corriqueiro, à

*O romance de Veríssimo não é descritivo e sim eminentemente narrativo. O cenário e os acessórios surgem aqui e ali, por fragmentos, através da mobilidade da personagem.*

vida da família, aos que lhe batiam à porta.

O mergulho na imaginação e na fantasia que a criatividade requer para produzir o que ainda não possui existência retira o escritor do plano do cotidiano e ele passa a conviver com as figuras ficcionais, procurando dar-lhes contornos visíveis e aceitáveis. No caso de Érico Veríssimo, um realista assumido e um perspicaz observador de seu entorno, a inclinação de seus atos criativos pendia para a captura de traços essenciais da realidade conhecida, seja a das pessoas ou a da paisagem, a fim de com eles compor, ao sabor de uma intuição do que uma personagem pode ser, a história em que ela irá se constituir. Ele certa vez chegou a teorizar:

Em ontologia, afirma-se que o “ser” se revela na “existência”. Pois eu estou certo de que em ficção o “personagem” se revela na “estória”. Não me refiro tanto ao enredo, à intriga, como a um desenrolar-se de acontecimentos em sua ordem (ou desordem) de tempo. A estória é um veículo e também pode ser, em si mesma, um comentário social<sup>(12)</sup>.

Partindo dessa convicção, a criação literária em Érico Veríssimo se nutre, em primeiro lugar, de sua própria experiência de vida, como descendente de um patriciado rural empobrecido, que teve de lutar pela sobrevivência como qualquer membro das classes populares até encontrar seu lugar ao sol; que assistiu, desde a infância, a cenas deploráveis de perseguição e violação dos direitos humanos; que foi acusado de alienação quando apontava em seu romance urbano para as contradições da formação da sociedade burguesa em seu estado natal, e de mitificação da história desse mesmo estado, quando a desmitificava em *O Tempo e o Vento*; que percebeu as relações de dependência do País entre Estados Unidos e URSS e recusou-se a tomar lados na Guerra Fria, nos romances denominados políticos; e que acompanhou os desmandos das ditaduras sofridas pelo Brasil e fez o possível para denunciá-las ao longo de sua carreira.

Em segundo lugar, sua matéria é a História, a dos anos 1930 e 1940, em Porto Alegre, a do Rio Grande do Sul, do século XVIII ao XX, a do Brasil e a do mundo, nos anos 1960 e 1970. Não se trata de fazer um romance histórico no sentido de traduzir a história ficcionalmente, mas de utilizá-la como pano de fundo para

a efabulação, trazendo à tona sua superfície profunda, tornada invisível pelos aparelhos ideológicos. É assim que *Caminhos Cruzados* figura o cotidiano da luta de classes em Porto Alegre, através do contraponto de vidas fictícias bem específicas, ou *O Retrato* discute a constituição do temperamento de um caudilho rio-grandense, através dos espelhamentos de Rodrigo Terra Cambará entre o que ele quer ser e o que ele deixa de ser, ou *O Prisioneiro* denuncia a moldagem ideológica dos soldados americanos na Guerra do Vietnã.

A criação, porém, não se reduz à manipulação de uma matéria, seja biográfica ou histórica, pela memória e pela fantasia. Cada criador trabalha com todos esses fatores, mas imprime neles a sua marca. A de Érico Veríssimo é a da criação de personagens. Suas histórias se desenvolvem não por uma fábula pré-esquemática, a ser preenchida pela narração. Partem de personagens, primeiro pressentidos, depois desenhados, nomeados, caracterizados em roteiros, nem sempre nessa ordem, para os quais o autor procura situações e ações verossímeis. Pondo as personagens em situação histórica, como queria Sartre, elas seguem sua trajetória, levadas pela lógica dos momentos, num percurso por vezes errático, de que o próprio escritor não conhece o termo enquanto as cria. Deixadas livres para viverem no meio em que foram situadas, elas vão associando os eventos, garantindo as seqüências narrativas, e ganham em convicção, mesmo que não tenham sua psicologia analisada ou um projeto a cumprir. Tornam-se memoráveis porque se parecem com a vida fora da literatura, em que pouco se adivinha do ser dos indivíduos, e muito se reduz a pequenos traços captados e projeções de quem os observa.

Por essa razão, o romance de Veríssimo não é descritivo e sim eminentemente narrativo. O cenário e os acessórios surgem aqui e ali, por fragmentos, através da mobilidade da personagem que estabelece conexões entre acidentes geográficos, coisas, animais e vegetais e os outros seres humanos impelida por suas paixões, desejos e idéias. Pelo movimento de um punhado de cidadãos escolhidos por sua representatividade social, tais como Comendador Lustosa, Norival Petra, Sete-Meis, ou Chicharro, percebe-se a arquitetura da cidade, suas ruas, praças, estabelecimentos industriais e comerciais, casas de família e seus céus; pelos conflitos entre domina-

dores e dominados – como os Amaral, os Terra e os Caré –, aparecem a vastidão do território do pampa, suas fronteiras evasivas, o provincianismo das cidades interioranas, as lutas políticas pelo poder, as guerras; pelo drama de indivíduos empenhados em mudanças sociais ou na manutenção do status quo, como Pablo Ortega ou o Tenente, desenham-se povos e países espoliados e invadidos.

A qualidade de saber procurar, na paisagem humana da História – tanto pessoal quanto coletiva –, tipos de várias ordens sociais e dar-lhes outra figura, trabalhada pela imaginação, pelos afetos e pela lógica, bem como por um direcionamento ético em defesa das liberdades fundamentais, permite a Érico mostrar a seus leitores a natureza e a sociedade sob o domínio do tempo, fazendo de sua literatura não um fac-símile destas, mas uma agência transformadora. É assim que a produção literária do escritor intervém na sociedade. Através de existências ficcionais faz falarem as lacunas da História, dá corpo e voz aos que na realidade social não a teriam, fixa modelos de caráter, derrotando a erosão que o tempo opera sobre os valores humanos.

Criando personagens vistos em ação, não como heróis sobrenaturais, mas como gente comum, com debilidades e virtudes – tais como um Capitão Rodrigo ou uma Fernanda –, metamorfoseia o cotidiano e aproxima suas ficções das vivências de seus leitores, facilitando a identificação que ao mesmo tempo os transporta para as realidades do outro e os leva a pen-

sar sobre suas próprias condutas. Desmascarando, sem pudores, mas também sem escândalo, vícios sociais e pessoais, como a crueldade dos Vacariano e Campo-largo, ou a corrupção de Rodrigo Terra Cambará, sem torná-los inumanos, libera o reprimido de cada um, aliviando tensões individuais e sociais e, assim, lança pontes entre as pessoas, para que reexaminem a sociabilidade e se aceitem em sua diversidade.

Toda essa agência sobre a sociedade se produz ficcionalmente, por obra da linguagem, essa potência que invade os leitores porque eles também vivem nela imersos e por ela afeitos. Deve-se, porém, a um certo posicionamento do criador, que direciona o plano ideológico de seus textos, e depende de uma opção ética constantemente posta à prova pela História. Não significa heroísmo, mas autopreservação, aspiração a manter digna a própria vida. Diz Érico Veríssimo, neste depoimento ao dramaturgo Jorge Andrade, que vale especialmente para a crise social brasileira:

Tenho medo de perder a capacidade de indignação e cair na aceitação, que é sempre perniciosa para a vida em sociedade. Não quero ser indiferente. Dentro de mim ouço sempre meu grito de indignação. Quando choro pelo outro, sei que estou chorando por mim. Quando tenho receio pelo outro, tenho também por mim. Não sou santo, sou homem<sup>(13)</sup>.

Maria da Glória Bordini é professora da PUC-RS.

## Notas

(1) Organização de Maria da Glória Bordini VERISSIMO, Érico. "Uma outra mágica". In: \_\_\_\_\_. *A liberdade de escrever: entrevistas sobre literatura e política*. São Paulo: Globo, 1999. p. 153.

(2) Consulte-se BORDINI, Maria da Glória. "Criatividade e molduras textuais". In: \_\_\_\_\_. *Criação literária em Érico Veríssimo*. Porto Alegre: L&PM; EDIPUCRS, 1995. p.25-57.

(3) VERISSIMO. Op. cit. p. 157.

(4) Cf. ALEV 03 e 0001-71: DE GRANDI, Celito. "Somos todos uns mentirosos". *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19 nov. 1971. capa.

(5) VERISSIMO. Op. cit. p. 87.

(6) Cf. FREUD, Sigmund. "O mal-estar da civilização". In: \_\_\_\_\_. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

(7) VERISSIMO. Op. cit. p.156.

(8) Cf. FREUD, Sigmund. "Além do princípio do prazer". In: \_\_\_\_\_. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p.119.

(9) VERISSIMO. Op. cit. P.196. Entrevista a Rosa Freire d'Aguiar, em 1973: A agulha da bússola.

(10) Cf. ALEV 03e0803-1971: MARZOLA, Norma. "Érico Veríssimo: o profissional do amor à vida". *Manchete*, Rio de Janeiro, n.1007, 7 ago. 1971, p.92-3.

(11) Cf. ALEV 03e0112-72: FERNANDES, Carlos M. "Veríssimo: evite o espelho mágico". *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 12 mar. 1972, Suplemento Literário, capa.

(12) VERISSIMO. Op. cit. p. 46.

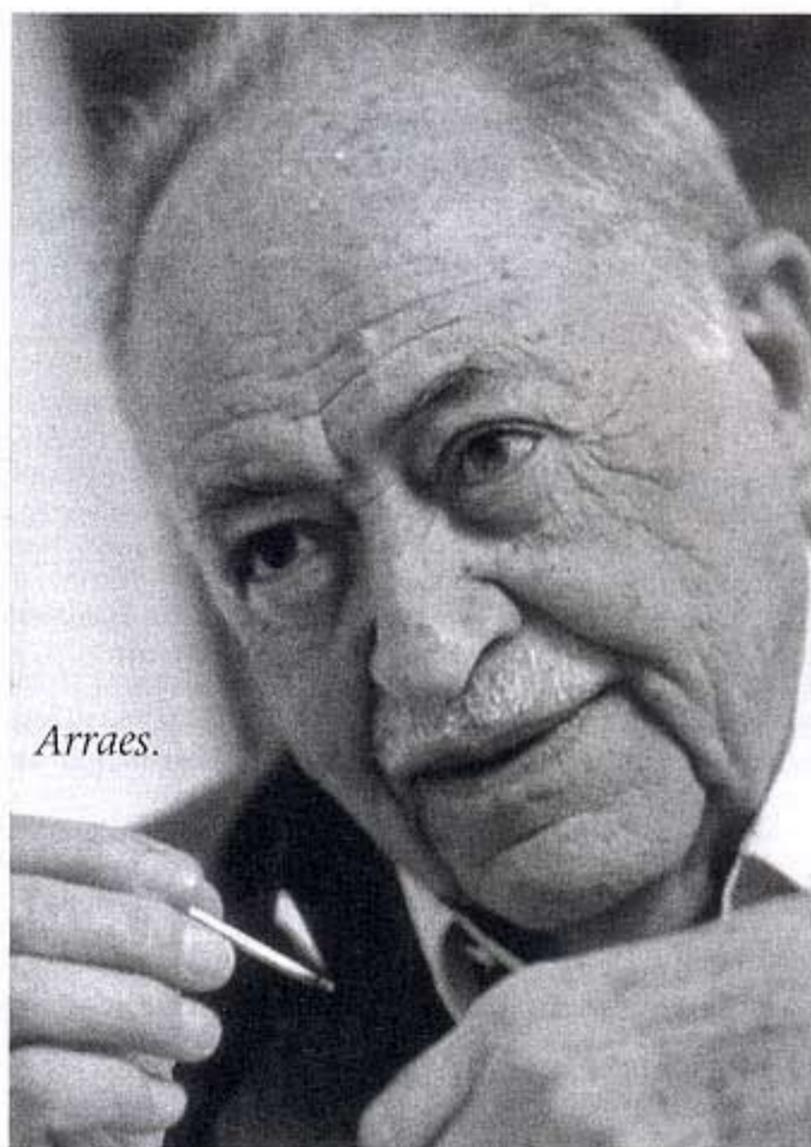
(13) VERISSIMO. Op. cit. p. 129.

# *Miguel Arraes — duas mãos e o sentimento do mundo*

Ele sempre defendeu uma postura independente e ativa do Brasil como pré-requisito à preservação da soberania e da integridade da nação

Luciano Siqueira

“**A** credito ter tudo que um homem precisa ter para o trabalho e que outra coisa não é senão o que foi dito pelo poeta: Tenho duas mãos/e o sentimento do mundo”. Assim concluiu seu discurso de posse, em 31 de janeiro de 1963, Miguel Arraes de Alencar (1916-2005), um cearense do Araripe, filho de pequeno comerciante e agricultor, que governou por três vezes Pernambuco – onde exerceu, por mais de cinco décadas, uma militância política sempre marcada pela defesa da soberania nacional e pela luta para melhorar as condições de existência do povo mais simples, até falecer, aos 88 anos, vítima de choque séptico decorrente de infecção generalizada, após 58 dias de interna-



mento, no Recife, em 13 de agosto último.

Os versos de Carlos Drummond de Andrade, repetidos por Arraes nas duas outras oportunidades em que tomou posse como governador, sintetizam com nitidez o estilo e a conduta intelectual desse político nordestino, sempre fiel às suas raízes mesmo durante os quinze anos de exílio, sob o regime militar, que cumpriu na Argélia.

Arraes se destacou, como poucos homens públicos de sua geração, pela capacidade de abordar os problemas locais vinculando-os à situação mundial e à brasileira – o que fazia com rara clareza e didatismo, compreensível pelas massas do povo.

### Governando com sentido popular

Migrante do sertão cearense para o Rio de Janeiro, no final dos anos 1940, chegou a iniciar o curso de Direito na então Universidade do Brasil, mas o abandonou por falta de recursos para se manter. Transferiu-se em seguida, em 1950, para a capital pernambucana, onde ingressou por concurso no IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool) e conquistou o bacharelato pela Faculdade de Direito do Recife. Aí inicia sua militância política, ao aproximar-se de Barbosa Lima Sobrinho, ex-governador e ex-presidente da Associação Brasileira de Imprensa, do qual foi secretário estadual da Fazenda.

No IAA, tomou contato direto com a realidade da Zona Canavieira, interessando-se especialmente pelo exame do processo produtivo e das relações entre a elite proprietária e a massa de trabalhadores da palha da cana. Tema que ocuparia, ao lado da questão nacional, o centro das suas atenções ao longo de toda a vida pública.

Em seu primeiro governo, em novembro de 1963, usou sua autoridade de governante para intermediar o Acordo do Campo, celebrado entre senhores de engenho e usineiros e trabalhadores da cana, por meio do qual ficou estabelecida a jornada de 8 horas, a atualização do sistema de medidas de tarefas de trabalho e o pagamento do salário mínimo, o descanso semanal e outras conquistas. É quando o cortador de cana troca o jiral pela cama com colchão, compra o radinho de pilha, que pendura numa vara enquanto realiza a sua labuta no eito, tem acesso à assistência médica e se liberta da dependência dos

barracões, passando a fazer suas compras junto ao comércio local (agora sob novo impulso).

Na esteira do Acordo do Campo, ganharam força e expansão os sindicatos de trabalhadores rurais (estimulados pelos comunistas e pela Igreja Católica) e, pouco adiante, as Ligas Camponesas que reuniam pequenos proprietários, posseiros, meeiros e sitiantes.

Além disso, Arraes implementou, no seu curto governo (interrompido pelo Golpe Militar em abril de 1964), programas inovadores de atenção aos trabalhadores rurais das outras microrregiões do estado. A Companhia de Revenda e Colonização, que criou, fornecia instrumentos de trabalho e vestimenta adequada ao trabalho na roça. Crédito aos pequenos e médios proprietários foi aberto através do Grupo Executivo da Produção de Alimentos, tendo o Banco do Brasil como agente financiador.

(No seu último governo – 1995-1999 –, retomaria a abordagem da Zona Canavieira através de um programa ousado (Promata) de modernização do parque sucro-alcooleiro e de diversificação das culturas, incluindo educação de base, formação de mão-de-obra, preservação e educação ambiental etc).

Movido por sua sensibilidade para com as condições de vida do povo pobre do interior, Arraes valorizou como prioritárias ações destinadas a estender a eletrificação rural praticamente a todo o território pernambucano, a baixo custo para o consumidor final; e a propiciar condições hídricas que pudessem ajudar pequenos e médios proprietários a enfrentarem a crônica escassez de água.

Ex-auxiliares seus registram que, nesse sentido, travou duas grandes batalhas – tecnocracia X inclusão social – com as equipes técnicas do governo estadual, sobretudo nas duas últimas gestões. Ganhou uma, perdeu a outra.

Com o corpo técnico da CELPE (Companhia Energética de Pernambuco), empresa estatal posteriormente privatizada no governo Jarbas Vasconcelos, sustentou, e venceu, dura polêmica em torno do sistema de fornecimento de energia a ser utilizado em larga escala no meio rural – se o sistema convencional trifásico, ou sistema monofásico não-convencional, de um só fio. O primeiro, de maior custo de implantação e de manutenção, mais apropriado às demandas de equipamentos de potência elétrica mais elevada, utilizados por fazendeiros e empresas

agro-industriais; o segundo, de muito mais reduzido custo de implantação e de manutenção, mais adequado às demandas majoritárias da população mais pobre. O governador insistia em avaliar a relação custo-benefício tendo em conta o percentual de famílias que poderiam ter acesso ao fornecimento de energia elétrica, para abastecer uma pequena moto-bomba, eletrodomésticos e a própria iluminação domiciliar. Os técnicos, acomodados aos padrões estabelecidos que tinham em mira fundamentalmente os grandes empreendimentos, quantitativamente reduzidos na economia pernambucana (salvo na microrregião do São Francisco, a partir de período recente) e de baixo poder de absorção de mão de obra, tinham dificuldade de compreender o sentido social da alternativa proposta por Arraes. Tendo prevalecido a opinião do governador, implantou-se em Pernambuco o maior programa de eletrificação rural do País, de larga importância econômica e social.

Já a contenda com a tecnocracia responsável pela Compesa (Companhia Pernambucana de Saneamento), o governador perdeu. Contra seus propósitos de universalizar a cobertura de abastecimento de água, contornando as condições fisiográficas adversas em distintas microrregiões do estado, o corpo técnico da companhia estatal aferrou-se à manutenção do padrão convencional, de alto custo e inacessíveis à grande maioria da população. A ampla construção de cisternas e de barragens subterrâneas e a perfuração de poços artesianos (em certas áreas), o governador tentou através de uma outra empresa, a CISAGRO (Companhia Integrada de Serviços Agro-Pecuários de Pernambuco), porém atingindo alcance limitado.

As barragens subterrâneas consistiam no represamento com lonas plásticas, à altura do subsolo, da água do curso de rios não perenes, visando assim reter líquido que, saturando o terreno, aflora à superfície, reduzindo assim a escassez hídrica – solução simples para a pequena irrigação e para o consumo humano e animal.

(Vale registrar que nos dois governos que se sucederam a Arraes, do atual governador Jarbas Vasconcelos, esses mecanismos engenhosos foram completamente abandonados).

A valorização da cultura e da educação básica como fatores da formação de uma consciência social

avançada também marcou a trajetória de Miguel Arraes. Ao governar o Recife, criou, em 1959, o Movimento de Cultura Popular (MCP), que aglutinou grande número de entidades culturais e contou com a participação de artistas, intelectuais e educadores progressistas de grande prestígio, como Abelardo da Hora, Paulo Freyre, Francisco Brennand, Ariano Suassuna, Germano Coelho, Paulo Rosas, Anita Paes Barreto, Vicente do Rego Monteiro, Hermilo Borba Filho, Geninha Rosa Borges, Luiz Mendonça, Juracy Andrade, César Leal e Teca Calazans. No MCP, realizavam-se oficinas de arte e escrita, música, cinema e teatro populares, envolvendo grande parcela da população.

Para suprir o déficit escolar que era elevado na população mais pobre, o MCP aproveitava a rede de equipamentos sustentada pelas próprias comunidades – associações de bairro, clubes de mães, ligas de dominó, clubes de futebol, igrejas – para fazer funcionar, na ocasião, nada menos do que 201 escolas, alcançando cerca de 20 mil alunos.

Em 1962, ao assumir o governo do Estado, deu dimensão estadual ao MCP e organizou o SAI (Serviço de Ação Itinerante) que percorria as diversas regiões do interior disseminando cultura.

### Construtor de frentes amplas

Negociador hábil, recebendo com freqüência no Palácio representantes de usineiros, fornecedores de cana e trabalhadores para a administração de conflitos, foi capaz de concertar alianças com representantes da elite rural nas diversas batalhas eleitorais em que esteve envolvido. Em 1962, teve como candidato ao Senado da sua chapa o industrial e usineiro José Ermírio de Moraes. Em 1986, ao se eleger pela segunda vez para o governo estadual, teve como aliado o senador eleito Antônio Farias, proprietário de usinas e destilarias. Composição semelhante fez em 1994, ao ter ao seu lado como postulante ao Senado o banqueiro e usineiro Armando Monteiro Filho (democrata de larga tradição), que o havia enfrentado na disputa pelo governo estadual em 1962.

Essa capacidade de costurar alianças amplas Miguel Arraes exercitou sempre (eximindo-se, contudo, de um maior envolvimento quando a liderança do processo não se encontrava em suas mãos). Foi,

por assim dizer, um militante frentista por excelência, sempre atento à necessidade da construção prévia da unidade das forças de esquerda a partir de que negociou, em muitas oportunidades, composições com setores conservadores visando a dividi-los e a isolar o adversário principal: a direita. Apoiava-se nas relações estreitas que sempre manteve com os comunistas e com outras correntes de vínculo popular, no intuito de deter a hegemonia no seio das coligações amplas que liderou – a Frente de Recife, que o elegeu prefeito e governador, em 1959 e 1962, respectivamente; e a Frente Popular de Pernambuco, que lhe proporcionou os dois últimos mandatos à frente do Executivo estadual, em 1986 e 1994.

Unir forças no âmbito local, para Arraes, significava reforçar a luta pelos grandes objetivos nacionais.

Quem lê a coletânea de discursos, artigos, ensaios e entrevistas publicada em formato de livro – *Miguel Arraes, pensamento e ação política* – pela editora Topbooks, em 1997, com prefácio de Antonio Callado, constata que um dos traços relevantes do seu pensamento, a defesa intransigente da soberania nacional, jamais se enrijeceu com o tempo ou ganhou o odor da naftalina. Ao contrário, a compreensão de Arraes acerca da questão nacional – nas suas diversas dimensões – se manteve renovada e atualizada através do estudo acurado e sistemático da realidade brasileira e do mundo.

Em documento apresentado ao 4º Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro, em setembro de 1993, intitulado “A ordem dos ricos e a desordem dos pobres”, discorre longamente acerca da nova ordem mundial unipolar pós-débacle do campo soviético e faz defesa fundamentada de uma postura independente e ativa do Brasil como pré-requisito da preservação da soberania e da integridade da Nação. Acentua o papel insubstituível do Estado como gestor de um projeto nacional de desenvolvimento e de indutor de políticas destinadas a reduzir desigualdades regionais e sociais.

### **Aliado do PCdoB**

País ainda jovem, em pouco mais de 500 anos da sua construção como povo e como Nação, o

Brasil registra combatentes que se salientaram na cena política em importantes momentos da sua história. Poucos, entretanto, assinalam presença ininterrupta por largo período. Ao atuar por mais de cinco décadas, sempre postado no lado das forças que se batem pela transformação da sociedade, Miguel Arraes é um deles. Um político da província sintonizado com a Nação, que poderia ter cumprido um papel mais destacado inserindo-se entre os que pelejaram para assumir as rédeas do processo político nacional. Jamais o tentou. Quando cogitado, ou instado por seus aliados mais próximos, costumava retrucar dizendo-se morador do Recife e eleitor no bairro de Casa Amarela. “Daqui eu vejo o mundo”, e só.

Falta de ousadia? Talvez aí esteja uma das suas limitações. Outras, ele pôde revelar como governante. Arredio aos métodos mais modernos da gestão pública, mostrou-se sempre ultracentralizador, pouco afeito ao planejamento e à busca da eficiência técnica como produto da ação coletiva. Defeito que, consciente ou inconscientemente, conseguia atenuar pela extraordinária sensibilidade para com os problemas do cotidiano da população.

Líder inorgânico, praticamente sem intermediários na sua relação com o eleitor, nunca se empenhou em organizar partido político. Pertenceu a vários e só se ocupou em dirigir, de alguns anos para cá, o PSB, que presidia. No entanto, queixava-se da fragilidade da estrutura partidária brasileira e costumava mencionar o PCdoB como exemplo de organização lúcida e disciplinada.

Relações muito próximas com os comunistas Arraes manteve desde o início dos anos 1950, passando pelos dois mandatos de deputado estadual, pelo governo da cidade do Recife, pelos três mandatos de deputado federal e pelo igual número de vezes em que governou o estado. No período mais recente, desde que retornou do exílio, em 1979, o diálogo com os comunistas foi constante por vinte e seis anos ininterruptos. Um relacionamento pautado pela confiança mútua e pela amizade, sobrevivente a eventuais divergências e conflitos eleitorais.

*Luciano Siqueira é vice-prefeito de Recife (PE).*

# *Nos 70 anos das insurreições de novembro de 1935*

**Nunca – e por tanto tempo – mentiu-se tanto  
sobre um episódio de nossa história**

MARLY VIANNA

**F**az 70 anos, em novembro, que irromperam os movimentos armados conhecidos como “Intentona comunista”. Desde o nome dado às insurreições se percebe a visão distorcida dos eventos, seguramente os mais caluniados da História do Brasil. Nunca – e por tanto tempo – se mentiu tanto sobre um episódio de nossa história. Por ser pequeno o espaço para falar deles sucintamente caracterizarei a época e o surgimento da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e contarei sobre os levantes.

É preciso, em primeiro lugar, chamar a atenção para a existência, no Brasil de então, de um forte movimento tenentista que, dentro das tradições de intervenções militares na vida do país, tomaram for-

ma a partir do levante dos 18 do Forte e do movimento revolucionário de 1924, em São Paulo, que culminou com a marcha da Coluna Prestes. Esse movimento foi duplamente importante: pela participação na política de um setor de classe média, com curso superior e com armas, que se tornou vanguarda (no sentido militar) dos interesses que se opunham à República conhecida como do café com leite; e também por ter sido através do tenentismo que Luiz Carlos Prestes, o chefe dos tenentes, entrou na cena política do país. A participação dos tenentes foi decisiva para a vitória do movimento de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder e abriu espaço para a atividade política de vários setores das camadas médias urbanas e dos sindicatos. Tal movimento – que não contou com a participação de Prestes, já convertido ao socialismo –, criou um ambiente de ampla

discussão sobre os destinos do Brasil.

No âmbito internacional, a crise de 1929 assustara o capitalismo e a crença na livre concorrência, protegida pela mão invisível (e divina) do mercado, esfumaçou-se. Foi a época dos apelos à economia autárquica, sustentada por Estados fortes, com o fascismo crescendo no mundo e contando com a simpatia de inúmeros governos. No Brasil, em outubro de 1932, fora lançada a Ação Integralista Brasileira (AIB), acirrando a luta política, que quase sempre acabava em combates de rua.

No final de agosto de 1934, um Congresso contra a Guerra Imperialista, a Reação e o Fascismo reuniu no Rio cerca de 20 mil participantes. A reação policial foi violenta, deixando mortos e feridos. Além de greves e manifestações de protesto, organizou-se o Comitê Jurídico Popular de Investigação – que foi núcleo da ANL. Nesse comitê – e depois, na direção da ANL –, os tenentes descontentes com os rumos do movimento de 30 representavam a esmagadora maioria. Pouco depois, uma Coligação das Esquerdas (Coligação dos Sindicatos, a Liga Comunista Internacionalista (trotskista) e o Partido Socialista) – da qual o Partido Comunista do Brasil (PCB) recusara-se a participar – lançou seu programa, começando a se articular uma grande frente antifascista. Acontecimento decisivo para isso ocorreu a 7 de outubro desse mesmo ano. Todos os grupos antifascistas, incluindo os militantes comunistas de base, reuniram-se na Praça da Sé, em São Paulo, para impedir a comemoração pelos dois anos de existência da AIB.

Enquanto no país se formava a grande frente que seria a ANL, a direção do PCB estava em Moscou – onde, em reuniões com a direção da Internacional Comunista (IC), o secretário-geral do partido fazia fanfarronadas sobre a situação do país e do partido. Segundo Antônio Maciel Bonfim, o “Miranda”, não só o país vivia uma situação revolucionária como o PCB estava pronto para dirigir as massas na revolução. E, ainda, o partido controlava a maioria das Forças Armadas, tinha células em todos os municípios e

contava, inclusive, com o revolucionarismo dos cangaceiros... A IC ficou entusiasmada com esse quadro e Prestes, membro do PCB desde agosto, e que já fazia planos para voltar ao Brasil, tomou a decisão: voltaria ao Brasil para, apoiado nos ex-participantes da Coluna Prestes, comandar a revolução. Depois de muita insistência do Cavaleiro da Esperança a IC acabou por concordar com sua viagem. Para apoiá-lo, transferiu para o Brasil o Birô Sul-americano da IC, que tinha sede em Montevideu, e enviou alguns assessores. Mas, em nenhum momento – como se verá adiante – a IC recomendou que se desencadeasse um movimento revolucionário. Que a revolução socialista era a meta de qualquer partido comunista, é evidente. Mas seria preciso esperar o momento oportuno. E a IC considerou que ainda havia muitos obstáculos a superar para que o PCB estivesse pronto para dirigir uma revolução no Brasil.

Quando a ANL foi lançada, em março de 1935, a direção do PCB viu a organização com desconfiança e declarou apoio à ANL, mas sem aderir a ela. Para Silo Meireles, do Recife, tenente que estivera em Moscou com Prestes, a ANL era um perigo para o partido, pois poderia substituí-lo junto às massas. O Manifesto-Programa da ANL destaca três pontos: a luta pela democracia, contra o imperialismo e contra latifúndio. Em seu lançamento Luiz Carlos Prestes foi aclamado presidente de honra da associação. Ele chegou ao Brasil, acompanhado de Olga Benário, a 11 de abril de 1935; aceitando a presidência de honra da ANL, e começou a procurar seus antigos camaradas da Coluna.

A Aliança teve um êxito extraordinário e contra ela o governo lançou a Lei de Segurança Nacional, aprovada no início de abril. Apesar disso, os seus núcleos se multiplicavam por todo o país, com adesões em massa de organizações sindicais, de mulheres, de jovens e individuais, entre elas de inúmeros militares. Segundo Apolônio de Carvalho, para quem não viveu a época é muito difícil imaginar o entusiasmo com que se aderiu à Aliança. Pode-se

*A Aliança  
teve um êxito  
extraordinário e  
contra ela o governo  
lançou a Lei de  
Segurança Nacional,  
aprovada no  
início de  
abril.*

dizer que em 1935 ou se era integralista ou aliancista.

O 5 de julho era a data dos tenentes (pelos de 1922 e 1924). Para comemorá-lo, Prestes preparou um manifesto sem discutir com a direção da ANL e nem com o PCB, mas apenas com os assessores internacionais, Harry Berger e Rodolfo Guiold. Os três chegaram à conclusão de que seria bom pedir o poder para a ANL, pois assim, segundo eles – numa avaliação profundamente ingênua –, ficava claro que não pregavam uma revolução socialista: tratava-se de um movimento democrático, antiimperialista e antifeudal. Sendo ainda principalmente um tenente, o discurso de Prestes chamava os ex-camaradas da Coluna para retomarem a luta. O manifesto terminando com a conclamação de “Todo o poder à Aliança Nacional Libertadora!”, lembra a consigna de Lenin, às vésperas da revolução bolchevique, de “Todo o poder aos soviets”. Foi a deixa que Getúlio esperava para fechar a organização: a 11 de julho a Aliança foi colocada na ilegalidade. Depois de seu fechamento, restaram nela o PCB e os tenentes de esquerda, e desde então Prestes passou a desenvolver uma intensa atividade epistolar, convocando para a luta os ex-membros da Coluna que tentava reviver.

As eleições estaduais, convocadas para o final de 1935, agitaram muito a vida política e cresciam os boatos de golpes contra Getúlio. Crescia também a agitação nas Forças Armadas pelo aumento dos militares e, principalmente, com as notícias de desengajamento de sargentos e praças do Exército.

### Os levantes

No Rio Grande do Norte a oposição a Getúlio venceu as eleições estaduais, acirrando em muito as disputas políticas nesse estado. Também o desengajamento de praças e sargentos do 21º Batalhão de Caçadores (BC), sediado em Natal, deixou os militares indignados. O clima era de intensa agitação no quartel quando chegou a notícia da expulsão do Exército de vários militares, por baderna de rua. O fato foi a gota d'água. À tarde do dia 23, o cabo Dias e o sargento Raimundo Tarol, ligados ao PCB, procuraram a direção do partido para informar que o quartel iria se levantar às sete e meia da noite; queriam que os comunistas participassem do motim. Após muita discussão e

muita relutância a direção resolver participar, pois tinha acabado de receber ordens da direção nacional de não participar de levantes, considerados no momento uma aventura. À hora marcada o quartel foi tomado com facilidade, tendo os comunistas, todos fardados, se incorporado ao motim. Procurados para dirigir o movimento, nenhum oficial quis participar: os que não ficaram presos no quartel desapareceram, até o final do levante.

Natal ficou por quase quatro dias nas mãos dos revoltosos e o Rio Grande do Norte foi o único estado em que o movimento estendeu-se por algumas cidades do interior. Para muitos, o levante era de apoio a Getúlio, para restabelecer seus aliados no governo, tendo o apoio da ANL e de Luiz Carlos Prestes. Foi criada uma Junta Governativa, da qual só os comunistas aceitaram participar. A Junta requisitou todos os carros da cidade, armas, mantimentos, recolheu o dinheiro do Banco do Brasil e do Banco do Rio Grande do Norte – que distribuiu, sem qualquer critério, entre a população –, decretou transportes e pão gratuitos: foi uma festa que a população brindava nas ruas. Apesar dos esforços, a Junta não conseguiu evitar saques a lojas de gêneros de primeira necessidade e de tecidos.

A resistência foi organizada no interior pelo fazendeiro e político Dinarte Mariz, que conseguira fugir da capital na noite de 23. As tropas de Dinarte, que pedira ajuda à Paraíba, travaram combates no interior e no dia 27 entraram em Natal, já ocupada pela polícia paraibana.

Logo após a derrota do movimento, tanto o governador do estado, Rafael Fernandes, como chefias militares acusaram como responsáveis por ele seus inimigos políticos locais. Não se cogitou sobre os comunistas. Café Filho, deputado pelo estado, declarou, no mesmo sentido, que a rebelião não passava de expressão de problemas locais. Somente depois do levante de 27 de novembro, no Rio, a quartelada foi transformada “numa solerte e traiçoeira trama” ordenada e comandada por Moscou, cujos agentes secretos espreitavam por toda parte...

### No Recife

Em Recife fora criado o Secretariado do Nordeste, que dirigia os comunistas da região. Quando

souberam do movimento em Natal resolveram fazer o mesmo, marcando um levante do 29º BC para o dia seguinte, domingo, 24. Gregório Bezerra, sargento na época, foi contra o movimento começar num domingo, quando o quartel estava vazio, mas a direção insistiu. Silo Meireles, que era do secretariado, foi procurar o então tenente Lamartine Coutinho, encarregando-o de iniciar o movimento. Lamartine, embora espantado com inusitada ordem, obedeceu, tomando o quartel com a ajuda do também tenente Alberto Besouchet. Foram os únicos oficiais a participar da insurreição. O quartel foi tomado, mas, ao contrário de Natal, os oficiais resistiram. Presos na sala de comando, e sem que os revoltosos tivessem desligado os telefones, os legalistas começaram a organizar a resistência.

Na segunda-feira, 25, chegaram reforços da Paraíba, sendo feitos vôos rasantes sobre a cidade. A população, que não sabia o que se passava, entrou em pânico e houve recuo dos rebeldes que abandonaram o quartel do 29º e a Praça da Paz, onde se entrincheiravam. O movimento estava derrotado.

Ao contrário do Rio Grande do Norte, a repressão em Recife foi feroz.

### No Rio de Janeiro

No dia 23 de novembro, sem ter idéia do que ocorria em Natal, terminava no Rio de Janeiro uma reunião da direção do PCB com representantes dos estados. Depois da reunião, Prestes esteve com alguns deles, inclusive com o do Rio Grande do Norte e ninguém suspeitava do levante do 21º BC. No domingo, as notícias que começavam a chegar eram muito vagas, mas já davam conta do levante no Recife e da participação dos comunistas. Prestes, então, resolveu apoiá-los. Para o Cavaleiro da Esperança, os companheiros do Nordeste, mesmo açodadamente, haviam iniciado um movimento revolucionário e era imprescindível

dar-lhes solidariedade fazendo o mesmo no Rio de Janeiro. O argumento não se sustentava: não se sabia o que de verdade acontecia e muito menos que, no dia marcado por Prestes para o levante no

Rio de Janeiro, os movimentos do Nordeste já estavam derrotados. Apesar de Miranda, inicialmente, ter-se colocado contra o levante e Guioldi e Berger duvidarem da oportunidade do mesmo, acabaram todos convencidos por Prestes de que não se podia “abandonar os companheiros do Nordeste”. Ficou decidido, então, que a insurreição no Rio de Janeiro começaria na madrugada de 27 de novembro.

Decidido isso, e só depois da decisão tomada, Prestes entrou

em contato com a IC, a quem avisou do resolvido. Mandou-a seguir ordens para as principais unidades militares do Rio de Janeiro, Niterói e São Paulo, assim como escreveu a antigos companheiros da coluna pedindo apoio ao levante. As ordens de Prestes, entretanto, só chegaram à Vila Militar do Realengo, à Escola de Aviação no Campo dos Afonsos e ao 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha. E só as duas últimas se revoltaram. Houve uma tentativa de levante na Escola Militar, mas foi logo sufocada. Quanto aos civis, que nos planos só entrariam em ação para apoiar os levantes militares, nada fizeram, não só pela rápida derrota militar como por estarem completamente despreparados para a missão. Não havia o menor planejamento de um movimento revolucionário.

No 3º RI eram apenas dois os oficiais ligados ao partido (o tenente Leivas Otero e o capitão Agildo Barata). O que havia eram muitos oficiais ligados à ANL, cujo núcleo entre os subalternos e praças chegava a trinta militares; destes, um terço era comunista. Por incrível que possa parecer, as ordens de Prestes para o levante foram recebidas – e com enorme entusiasmo! – entre a noite de 25 e a manhã do dia 26. Com o levante marcado para a madrugada de 27, os rebeldes tiveram um mínimo de tempo para preparar-se. Assim mesmo, tomaram o quartel

*As “ordens de Moscou” – até hoje dadas como responsáveis pelos levantes – são histórias que não se sustentam. São mentiras inventadas pela polícia de Felinto Müller.*

com relativa facilidade, mas foram retidos mais tempo do que esperavam pela resistência de uma companhia de metralhadoras. Quando o quartel ficou totalmente nas mãos dos rebeldes, já estava cercado pelas tropas legalistas. É importante destacar que só houve duas mortes na rebelião do 3º RI: a do tenente rebelde Tomás Meireles e a do major legalista Misael Mendonça. Os demais foram mortos pelo governo, que bombardeou o quartel até destruí-lo, começando pela sala de comando, onde estavam presos os oficiais legalistas.

Na Escola de Aviação Militar, onde havia maior número de oficiais comunistas, o levante era esperado, pois o do 3º RI ocorreu antes do previsto. A luta foi ferrenha para que os rebeldes conseguissem dominar a Escola, mas não se sustentou por muito tempo. A Vila Militar não só não se levantou, como foi a principal unidade a atacá-los. Ao amanhecer estavam derrotados e os aviões foram mobilizados para bombardear o 3º RI, que se rendeu à uma da tarde.

Luiz Carlos Prestes, ao saber da derrota, voltou para casa certo de que haviam sofrido apenas um revés, pelo pouco tempo para a preparação do levante.

A repressão foi violenta. Getúlio – às voltas com problemas políticos em vários estados, principalmente no Rio Grande do Sul, de onde Flores da Cunha ameaçava seus planos continuístas –, utilizou a situação a seu favor, criando uma onda de anticomunismo: inventaram-se as histórias de ordens de Moscou, de oficiais mortos dormindo e toda uma parafernália propagandística que fazia dos comunistas verdadeiros antiCristos vende-pátria. Uniu, em torno do anticomunismo vulgar, todos os políticos, mesmo aqueles que já falavam em pedir seu impedimento. Os poucos que se opuseram foram presos.

Os movimentos armados de novembro de 1935 não podem ser vistos como um só movimento. O do Rio Grande do Norte – que foi o estopim – ocorreu por problemas políticos estritamente locais, uma revolta de quartel que conquistou a população pelas facilidades que lhe deu de transporte gratuito e distribuição de pão e dinheiro. Em Recife, a revolta ocorreu pela vontade do Secretariado do Nordeste. No Rio de Janeiro, Prestes – que fez uma avaliação errada da situação – foi o grande responsável pelos

levantes no 3º RI e na Escola de Aviação. Agiu – como ele mesmo admitiu mais tarde –, como o tenente que era: levantam-se quartéis e depois o povo adere. Aliás, todos os militares participantes da direção das revoltas afirmaram o caráter tenentista do movimento. Este se encaixa nas tradições de luta desse período, que contavam com grande participação de setores e lideranças políticas oriundas das camadas médias urbanas, principalmente militares. As “ordens de Moscou” foram inventadas pelo governo Vargas, por seu chefe de Polícia, pelos integralistas.

### Como conclusão

As “ordens de Moscou” – até hoje dadas como responsáveis pelos levantes – são histórias que não se sustentam. São mentiras inventadas pela polícia de Getúlio Vargas-Felinto Müller, sempre endossadas pelos que estavam – e estão – comprometidos com um anticomunismo vulgar. A Rebelião de novembro de 1935, no Rio de Janeiro, está inteiramente dentro do espírito e das lutas tenentistas da época, tanto em sua perspectiva nacional-libertadora quanto na tática de luta de rebeliões de caserna e ainda em suas principais personagens – tenentes, quase todos. A última das rebeliões tenentistas. O papel da IC, disse-o em outras ocasiões, foi o de uma expectativa conivente: deu pequena ajuda financeira, dois assessores e três técnicos. No mais: “Vocês é que devem decidir”, foi a resposta de Dimitri Manuilsk – o responsável na IC pelo PCB – quando Prestes comunicou o levante. Aliás, qualquer um que tenha um pouco de experiência em relação ao MCI sabe do verdadeiro pavor em assumir responsabilidades daqueles que estavam subordinados a Stalin. Se alguma coincidência houve entre a revolução antiimperialista, antifeudal e democrática – palavra de ordem dos tenentes de esquerda e a revolução pela independência nacional, pregada pelo Komintern para os países coloniais e semicoloniais, em que incluíam o Brasil –, não se pode dizer que os tenentes, mesmo por convicção, seguissem a IC. Além do mais, agora que temos em mãos as atas das reuniões realizadas em Moscou no final de 1934 – nas quais se atribuíram as ordens para os levantes – pode-se verificar que, em nenhum momento, a IC

cogitou sugerir um movimento revolucionário no Brasil. Ao contrário, chamou a atenção dos comunistas (apesar de todo baluartismo de Miranda) para as deficiências ainda existentes no partido. Vejamos dois exemplos:

O partido de vocês é muito bom! Um partido jovem, mas isso não é suficiente para uma séria revolução democrático-burguesa e para a revolução socialista é ainda insuficiente. O partido de vocês ainda não passou pela prova de fogo. Este partido se forjará na luta, transformando-se num forte partido bolchevique, com capacidade de manobra. [...] Eis por que, apesar de todas as perspectivas favoráveis, a vitória de vocês está longe e exige grandes esforços do partido.

(Manuilski, Conferência dos partidos comunistas latino-americanos em Moscou, 1934)

### **E, mais adiante:**

Os camaradas que falaram logo antes de mim falaram da necessidade da ajuda da IC. Eu penso que em qualquer condição especial vamos discutir seriamente a questão brasileira, colocando-a em termos operativos, avaliando todas as circunstâncias da luta futura pela reforma agrária e pela revolução socialista. Mas acho que aqui não devemos alimentar ilusões. O peso fundamental e principal da luta pela revolução socialista recai nas costas dos nossos jovens camaradas brasileiros. Eu acho que o apoio concreto ao partido virá, antes de mais nada, de outros partidos da América Latina. Estou quase convencido de que a Internacional Comunista deixa a decisão fundamental em mãos dos camaradas brasileiros e de vocês vai depender a escolha do momento e de vocês vai depender o posterior desenvolvimento da revolução brasileira. (idem)

Outro aspecto importante a levar em conta nesse sentido é que o Brasil pouco significava na estratégia global da IC. Na América, a Internacional

apostava nos EUA, esperando que, feita a revolução na América do Norte, esta influenciaria decididamente no restante do continente.

Por fim, uma questão instigante é a mobilização conseguida pela ANL, de como seus apelos encontraram eco nas massas – coisa que mínimas vezes o PCB conseguiu. Se em 1945 o PCB fez comícios monstro, vêm-se aí duas causas principais: a figura lendária de Prestes, que saíra do cárcere depois de dez anos, representando também o socialismo e a URSS vitoriosa contra o nazifascismo; e a linha política de união nacional e de rejeição à luta de classes, que o PCB pre-

gava na época. A mobilização que a Aliança levantou em todo o país foi decisiva para os levantes, pois foram principalmente os oficiais aliancistas que seguiram as ordens de Prestes para a insurreição. Seria importante – o que não cabe neste artigo –, estudar o porquê da imensa mobilização popular conseguida pela ANL (o que autorizou a crença de que um levante poderia ser vitorioso), enquanto o PCB, sozinho, jamais conseguiu tal feito. Pelo meu entendimento, para o movimento popular, democrático e socialista de hoje é importante aprofundar essa questão: como e quais as palavras de ordem que ganham o coração das massas.

Cabe destacar que se os levantes foram derrotados, sendo, além do mais, um grave erro de avaliação política, isso não tira o mérito dos revolucionários. Foram homens e mulheres, embora equivocados, embora sectários, embora com carência de cultura política – frutos que eram da sociedade brasileira – capazes de dar a vida por um mundo de fraternidade, de solidariedade, sem a exploração do homem pelo homem. Uma têmpera bolchevique que, como diz Hobsbawm, nenhuma organização leiga conseguiu jamais produzir.

*O mérito:  
foram homens e  
mulheres, embora  
equivocados, frutos que  
eram da sociedade  
brasileira, capazes de  
dar a vida por  
um mundo de  
fraternidade.*

Marly Vianna é Professora da Pós-Graduação em História da UNIVESO.

# Astrojildo Pereira

## (1890-1965)

**Ele foi o principal fundador do Partido Comunista no Brasil e o primeiro intelectual marxista-leninista brasileiro**

Marcos Del Roio

A trajetória de Astrojildo Pereira coincide com o nascimento e a formação da modernidade capitalista no Brasil. Ele nasceu depois do fim do escravismo e da monarquia e morreu logo após a instauração da ditadura militar que consolidaria a ordem burguesa no Brasil. Durante toda a sua vida Astrojildo Pereira preservou a lucidez de se manter ao lado e na perspectiva do que havia de mais progressivo na vida social e cultural do País. Desde cedo percebeu que a classe operária e os trabalhadores ofereciam a seiva mais fértil e saudável da nossa vida social.

O espírito de rebeldia levou-o a abandonar os estudos formais aos 16 anos de idade, quando começou sua militância anarquista, em oposição à fé religiosa difundida pela Igreja e contra o militarismo, estimulado, talvez, pelas greves operárias de 1906. Sob o impacto da revolta dos marinheiros no Rio de Janeiro e pela execução do pedagogo anarquista Francisco Ferrer, na Espanha, Astrojildo fez uma curta viagem à Europa – que lhe serviu para amadurecer suas convicções de antagonismo à ordem social. Como gráfico e jornalista, ele passou a ser um militante e organizador do movimento operário da vertente anarco-sindicalista, tendo participado ativamente de várias publicações de oposição à ordem liberal oligárquica e à guerra imperialista.

Astrojildo Pereira viveu intensamente o apogeu e

a crise da primeira marcante irrupção do movimento operário na cena política do país, quando os trabalhadores urbanos se expressaram como classe, entre 1917 e 1920. A rebelião do trabalho no Brasil foi apenas uma limitada faceta de um movimento universal, cujo ápice esteve na revolução socialista eclodida na Rússia. As dificuldades no encaminhamento da luta de classe contra a ordem liberal oligárquica – que acabaram na derrota do movimento – e o impacto da Revolução Russa de 1917 provocaram uma cisão no seio da vanguarda operária. O último esforço para a preservação da unidade foi feito no III Congresso Operário do Brasil, em abril de 1920 – havia divergência entre aqueles que, por um lado, entendiam que a derrota se devia à falta de centralização da organização da luta, cuja solução seria a formação de um partido operário e que o desenvolvimento da revolução russa deveria continuar sendo apoiado e aqueles que, por outro, continuavam a defender as formas dispersas de organização e que a revolução russa havia regredido, não devendo mais ser apoiada.

Entre 1919 e 1924, Astrojildo Pereira dedicou-se ao esforço de organização de um partido comunista no Brasil. A primeira tentativa de sua fundação ocorreu na seqüência da criação da Internacional Comunista, em março de 1919, com relativo e escasso sucesso. Diante da inevitável cisão da direção da COB (Confederação Operária Brasileira), Astrojildo Pereira passou a organizar o grupo que entendia ser necessária a cria-

ção de um novo instrumento de luta e o estabelecimento de um sólido vínculo internacional. Assim, tendo fundado o Grupo Comunista do Rio de Janeiro, em 7 de novembro de 1921, buscou aglutinar outros grupos análogos que iam surgindo pelo país até que, em 25 de março de 1922, foi oficialmente fundado o PCB (Partido Comunista Brasileiro). No entanto, o reconhecimento oficial por parte da IC só viria em 1924.

A partir de então Astrojildo Pereira empenha-se na configuração de um grupo dirigente do neonascente partido operário, que desenvolvesse uma política voltada para a reconstrução da unidade da classe operária, para o estabelecimento de alianças políticas com outros setores oprimidos da ordem liberal e para a formulação de uma teoria da revolução. Ao cabo de cinco anos, em torno de meados de 1929, com a estreita colaboração de Otávio Brandão, Paulo de Lacerda e Cristiano Cordeiro, entre outros, Astrojildo Pereira havia delineado um grupo dirigente do movimento operário, agora em nova fase ascendente, assim como uma teoria da revolução brasileira que vislumbrava no latifúndio e no imperialismo os inimigos principais da classe operária, no campesinato e na pequena burguesia urbana (e seus intelectuais) os seus aliados. A questão agrária e a questão nacional seriam, assim, o fulcro da revolução democrática no Brasil.

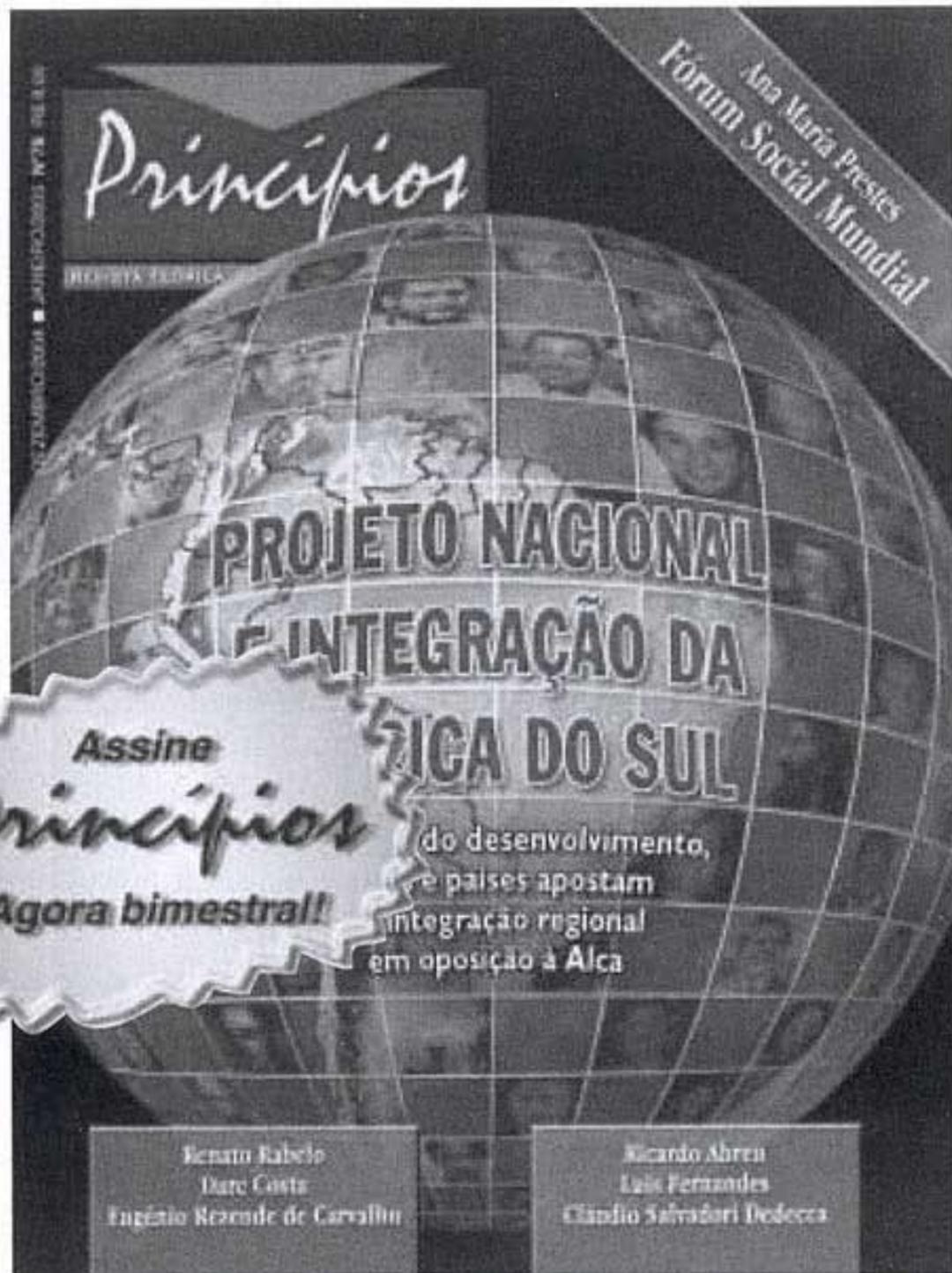
Esse trajeto não foi feito sem dificuldades, tendo encontrado uma oposição no interior do partido, que depois daria origem tanto à vertente stalinista quanto à trotskista do comunismo brasileiro. A repressão desencadeada pelo agonizante Estado liberal oligárquico e a intervenção da IC – agora sob controle do grupo de Stálin –, desarticularam esse primeiro grupo dirigente do partido operário no Brasil. Astrojildo Pereira e Otávio Brandão, os dois principais dirigentes do PCB, foram afastados. Enquanto o primeiro se recolhe por algum tempo para refletir e estudar, o segundo é banido pelo novo regime instaurado em 1930, tendo se exilado na URSS. Ao contrário do que se pensa, ambos continuaram, sob outras formas e vestes, a militar no movimento comunista. Otávio Brandão falou muitas vezes pelo PCB em Moscou e Astrojildo Pereira por meio de seus escritos seguiu travando a luta em defesa da causa operária. Contudo, a partir de meados de 1934, quando o movimento operário começou uma nova ascensão e a resistência antifascista passou a se difundir na inte-

lectualidade, Astrojildo Pereira se deu conta de que a política que havia concebido antes de 1930 voltava a se manifestar na Aliança Nacional Libertadora, embora numa situação de todo nova.

Mesmo com a derrota da ANL e com a subsequente instauração do Estado Novo, Astrojildo nunca deixou de atuar no mundo da cultura brasileira. No momento em que agonizava a ditadura de Vargas, Astrojildo cumpriu um papel de suma importância na organização da cultura e da intelectualidade antifascista e democrática do Brasil, defendendo os princípios da liberdade de expressão e de organização e a necessidade da difusão da cultura entre as massas trabalhadoras. Formalmente aceito de volta às fileiras do PCB, ele persistiu se ocupando daquilo que mais gostava: a organização dos intelectuais e a procura das raízes nacional-populares da cultura brasileira. O instrumento de trabalho foi a revista *Literatura*.

A colocação do PCB na ilegalidade e a nova orientação política que estreitava sobremaneira as alianças políticas, particularmente no campo da cultura, romperam as relações arduamente urdidas por Astrojildo Pereira. Somente depois do forte impacto do XX Congresso do PCUS (1956) ele retorna ao efetivo fio-condutor da sua trajetória intelectual. Novamente busca amparo e inspiração em Machado de Assis na busca do nacional-popular, do respaldo cultural necessário para a revolução nacional e democrática que se auspiciava. O seu último grande empreendimento foi a revista *Estudos Sociais*, voltada precisamente para a aglutinação de jovens intelectuais decididamente interessados no conhecimento, no estudo e na transformação da realidade brasileira. Com a instauração da ditadura militar, em 1964, e a repressão política e cultural que se seguiu, Astrojildo Pereira foi preso e viu ruir muitos de seus melhores projetos e sonhos. A morte o colheu em novembro de 1965. Foi somente na fase declinante da ditadura militar que o seu nome começou a receber o devido reconhecimento, não só como o principal fundador do Partido Comunista no Brasil, mas também como o primeiro marxista e leninista e um intelectual ativo na organização do mundo da cultura que ofereceu preciosos indicativos de interpretação e pesquisa.

\_\_\_\_\_  
*Marcos Del Roio é professor de Ciências Políticas, FFC-Unesp/Marília.*



*Assine a revista marxista  
que debate o socialismo, aborda a realidade internacional  
e reúne elaborações no sentido de colocar o Brasil  
na rota de um novo projeto nacional de desenvolvimento*

Nome: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Bairro: \_\_\_\_\_ Fone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_  
CEP: \_\_\_\_\_ - Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_  
Profissão: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

- ( ) Assinatura Anual (6 edições), a partir do nº \_\_\_\_\_ R\$ 45,00\*  
( ) Assinatura Especial (11 edições: 5 anteriores +6), a partir do nº \_\_\_\_\_ R\$ 60,00\*  
( ) Assinatura Bienal (12 edições), a partir do nº \_\_\_\_\_ R\$ 85,00\*\*  
( ) Assinatura Trienal (18 edições), a partir do nº \_\_\_\_\_ R\$ 115,00\*\*

Formas de pagamento: [ ] CHEQUE NOMINAL à Editora e Livraria Anita Ltda.  
[ ] Depósito em C/C- ITAU Agência 0251 Conta nº 48 678-3 (enviar cópia do comprovante)  
[ ] Cartão de Crédito: MASTERCARD, DINERS ou VISA Obs.: (não aceitamos Visa Electron)

Nº do Cartão | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | \* | | | | |  
Valid. | | | / | | |

\*Favor completar o número acima com os 3 últimos dígitos do verso do seu cartão de crédito

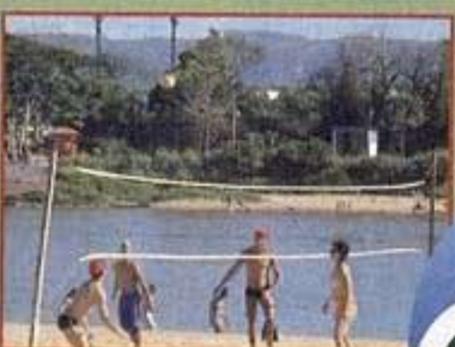
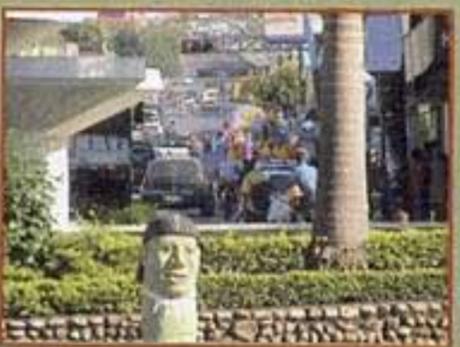
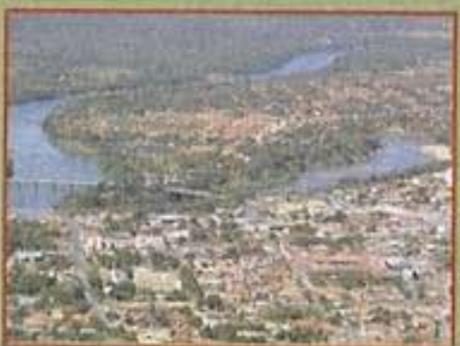
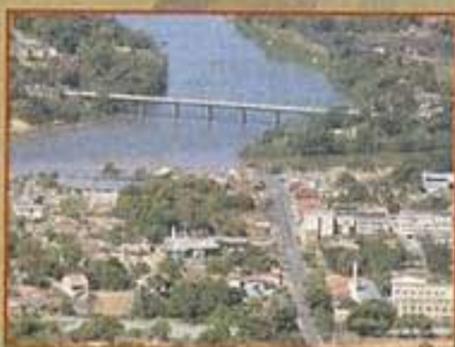
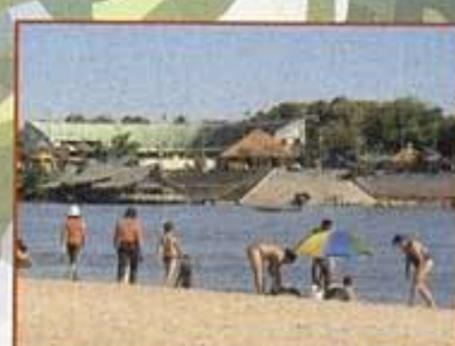
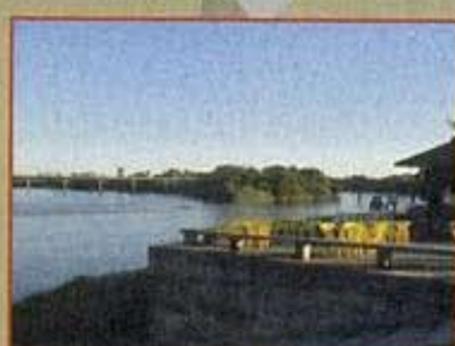
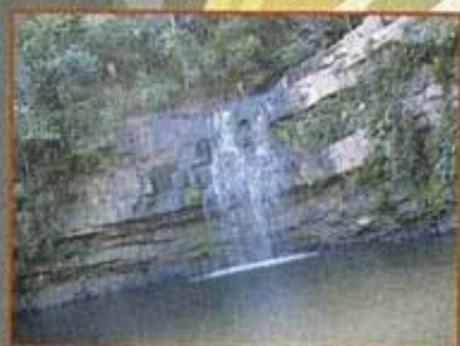
**Editora e Livraria Anita Ltda**  
Rua dos Franceses, 04 - Bela Vista - CEP 01329-010 São Paulo - SP  
Fone/Fax (11) 3266 - 4312  
www.anitagaribaldi.com.br - livraria@anitagaribaldi.com.br

**Princípios**

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO

**Fundador e Diretor:** João Amazonas (1912-2002)  
**Editores:** Adalberto Monteiro, José Carlos Ruy e Pedro de Oliveira  
**Comissão Editorial:** Adalberto Monteiro, Aloisio Sérgio Barroso, Augusto César Buonicore, Edvar Luiz Bonotto, Elias Jabbour, José Carlos Ruy e Pedro de Oliveira.  
**Conselho Editorial:** Adalberto Monteiro, Aldo Arantes, Aldo Rebelo, Altamiro Borges, Ana Maria Rocha, Bernardo Joffily, Carlos Pompe, Clóvis Moura, Haroldo Lima, Jô Moraes, José Carlos Ruy, José Reinaldo Carvalho, Loreta Valadares, Luciano Martorano, Luis Fernandes, Luiz Manfredini, Madalena Guasco, Nereide Saviani, Olival Freire Jr., Olívia Rangel, Pedro de Oliveira, Raul Carrion, Rogério Lustosa (1943-1992), Silvio Costa, Umberto Martins e Walter Sorrentino  
**Secretários de Redação:** Edvar Luiz Bonotto e Elias Jabbour - correio eletrônico: revista.principios@terra.com.br  
**Jornalista Responsável:** Pedro de Oliveira  
**Projeto Gráfico:** Laércio D' Angelo Ribeiro  
**Diretor de Produção e Comercial:** Divo Guisoni  
**Administração:** Zandra de Fátima Baptista  
**Departamento de Circulação:** Cláudia de Medeiros  
**Editoração Eletrônica:** Marília Rodela Oliveira  
**PRINCIPIOS é uma publicação da Editora Anita Garibaldi**  
**R. dos Franceses, 04 - CEP 01329-010 - São Paulo - SP**  
**Tel.: (011) 3266-4312 - anita.garibaldi@uol.com.br**  
A revista PRINCÍPIOS aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério de seu Conselho Editorial, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica um compromisso da revista com o seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15 laudas (1 lauda = 1400 caracteres). Artigos maiores dependerão de um aceite prévio da Comissão Editorial. Os artigos devem ser enviados em três vias e em disquete (Word for Windows). Os originais não serão devolvidos. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.  
**PONTOS DE VENDA - SÃO PAULO:** R. Condessa de Joaquim, 272 - fone 3107-3093; **FNAC:** Praça dos Omegas, 34 - fone 3815-1099; **Banca GV:** Av. Nove de Julho, 2029 - fone 284-3726; **Banca do Estádio:** Viaduto Nove de Julho, 185 - fone 231-3458; **EDUSP:** fone 3818-4008; **Emporium Cultural Vergueiro:** Rua Vergueiro, 1877 - fone 5571-8671; **Banca Ana Rosa:** Av. Cons. Rodrigues Alves, 20 - fone 5571-4304; **Banca Paulista:** Av. Paulista, 1948 - fone 288-8241; **Banca Paraíso:** Rua Rafael de Barros, 86 - fone 3889-8416; **Banca Central:** Pça. Pres. Castelo Branco, 44 - fone 4057-2043; **Banca Silvio Romero:** Pça. Silvio Romero, 18 - fone 6941-6908; **Banca Liberdade:** Pça. da Liberdade, 84 - fone 3104-9408; **CPV:** Rua São Domingos, 224 - fone 3104-7995; **Banca Pedro Soares:** R. Pedro Soares de Andrade, 669-S. Miguel Paulista. **ACRE:** Rua Rio Grande do Sul, 65 - fone 244-1406. **MACEIO:** Rua Saldanha da Gama, 148A - fone 326-4441. **MANAUS:** Rua Luís Antony, 762 - fone 622-1682. **MACAPÁ:** Rua Jovino Dinoar, 2510 - fone 241-4450. **BAHIA:** Rua do Salete, 330 - fone 328-6828. **FORTALEZA:** Av. Universidade, 3199 - fone 281-9217. **BRASÍLIA:** SDS Conj. Baracá, bl F, salas 501/503 - fone: 224-0491. **VITÓRIA:** Rua Prof. Baltazar, 152 - fone 3222-8162. **GOIÂNIA:** Rua 232, 50 - fone 224-6372; **Banca do SESC:** Av. Universitária, esq c/rua 260; **Banca Universitária I:** Av. Universitária, 1140; **Banca Universitária II:** Pça. Universitária, Qd 62 - fone 261-4335; **Banca do Dy:** Rua 09, 574 - fone 225-7920; **L e R Revistaria Hoje:** Golânia Shopping, Av. T-10-Sector Bueno. **SÃO LUIS/MA:** Rua da Viração, 118 - fone 221-4556. **MINAS GERAIS:** Rua Bias Fortes, 1097 - fone 3291-6766. **CAMPO GRANDE:** Rua Artur Jorge, 1256, bl D/Ap. 02 - fone 721-1390. **CUIABÁ:** Rua Luís Carlos Pinheiros, 323 - fone 321-2833. **BELÉM:** Av. Gentil Bittencurt, 2484 fone 269-3430. **JOÃO PESSOA:** Rua Desembargador José Peregrino, 322 - fone 221-8325. **RECIFE:** Rua Bispo Cardoso Ayres, 101 - fone 3231-2038; **Livromagazine:** Av. Conde da Boa Vista, 688 - fone 231-0036; **Livraria Modelo** (Shopping Center Recife): fonex 465-5919; Shopping Tacaruna: fonex 421-6460 e Shopping Guararapes: fonex 468-4426; **Livraria Imperatriz:** Shopping Tacaruna - fone 421-6667 e Shopping Guararapes - fone 464-2424; **Livraria Síntese:** R. do Riachuelo, 202 - fone 221-4044; **Livraria Potylivros:** Av. Conde da Boa Vista, 1413 - fone 423-1100; **Livraria Sodiler:** Aeroporto dos Guararapes - fone 326-0883; **Bazar 494:** R. da Hora, 456 - fone 241-9842; **Livraria 1001 Livros:** R. do Príncipe, 410 - fone 221-2270; **Banca Globo I:** Av. Guararapes - fonex 224-0317; **Banca Destaque:** Av. Conde da Boa Vista, 814 - fone 222-0799; **Box Viva Ler:** Shopping Boa Vista, quiosque 132; **Senhor Martins:** Pátio de São Pedro, 25 - fone 424-1366. **TERESINA:** Rua Eliseu Martins, 1673 - fone 221-2635. **CURITIBA:** Av. Vicente Machado, 18/Conj. 503 - fone 232-5785. **RIO DE JANEIRO:** Tadeu Wagner dos Santos / fone (21) 2569-5342. **NATAL:** Rua Vaz Godin, 86 - fone 211-8412; **Cigarreira Tio Patinhas:** Av. Rio Branco, 682A - fone 222-0760; **Cigarreira o Revistão:** Rodoviária - fone 231-2765; **Cigarreira Calçadão:** Centro; **Cooperativa Cultural da UFRN:** Centro de Convivência - Campus Universitário. **PORTO VELHO:** Rua 15/220 Conj. Parque Burtis - fone 981-6545. **BOA VISTA:** Av. Mario Homem de Melo, 1081 - fone 224-2107. **PORTO ALEGRE:** Rua Cristóvão Colombo, 950 - fone 3228-2154. **FLORIANÓPOLIS:** Pça Oliveira, 18 Sobreloja 3 - fone: 3025-4227. **ARACAJU:** Rua Simão Dias, 642 - fone 211-2218; **Banca São Francisco:** Pça. Olimpio Campos; **Banca Ponte do Imperador:** Pça. Fausto Cardoso, Centro, fone 224-9516; **Livraria Escanziz:** Shopping Jardins lj. 81/83; **Livraria Universitária:** Didática I (UFS); **Livraria Minuano:** Didática II (UFS). **GURUPI/TO:** Rua Alicante, 376 - fone 712-2479.

# Barra do Garças te espera de braços abertos



Cachoeiras, praias, montanhas, águas quentes,  
os rios Garças e Araguaia e uma diversidade étnica  
e cultural te esperam no coração do Brasil.  
Venha desfrutar de nossas maravilhas.  
Agora Barra do Garças está ainda melhor, com uma  
gestão para todos e trabalhando pela inclusão social.



**Barra do Garças**  
Bela e Melhor Para Todos  
PREFEITURA MUNICIPAL

# Centenário de *Erico Verissimo*

Erico Lopes Verissimo nasceu em Cruz Alta (RS) no dia 17 de dezembro de 1905 e deixou a vida no dia 28 de novembro de 1975, após legar uma obra literária vasta, bela e original. Seus livros, com enredos e personagens marcantes, desnudam singularidades de nossa história e revelam valores da alma do povo brasileiro.

Carlos Drummond de Andrade fez-lhe justa homenagem – quando do desaparecimento do escritor amigo – nos versos abaixo

## ***A Falta de Erico***

*(Carlos Drummond de Andrade)*

*Falta alguma coisa no Brasil  
depois da noite de Sexta-feira  
Falta aquele homem no escritório  
a tirar da máquina elétrica  
o destino dos seres,  
a explicação antiga da terra.*

*Falta uma tristeza de menino bom  
caminhando entre adultos  
na esperança da justiça  
que tarda – como tarda!  
a clarear o mundo.*

*Falta um boné, aquele jeito manso,  
aquela ternura contida, óleo  
a derramar-se lentamente,  
falta o casal passeando no trigal.*

*Falta um solo de clarineta.*

